Foto: Cesar Nascimento

André Amado nasceu em 1946, no Rio de Janeiro. Diplomata, serviu em Washington D.C., Montevidéu, Paris e Madri. Como Embaixador, assumiu a chefia de nossas missões diplomáticas em Lima, Tóquio e Bruxelas. Autor de quatro novelas: *Desde os tempos da esquina* (Record, 1989), *A casa de Dona Iolanda* (Maltese, 1992), *Exílio nacional* (Topbooks, 2001) e *Clube dos injustiçados* (Record, 2013). *Exílio nacional* recebeu o Prêmio Nacional de Literatura Luiza Claudio de Souza, em 2002, dado pelo Pen Clube do Brasil, na modalidade de ficção.

ISBN 8574314258
9 788574 314257

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
www.funag.gov.br

632

André Amado

Por dentro do Itamaraty:
impressões de um diplomata

O desempenho do diplomata brasileiro é de alto nível, mas ainda tem de ser aperfeiçoado, em razão dos desafios que se insinuam no horizonte das relações internacionais.

Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata não se destina, porém, a analisar a conjuntura internacional. Analistas das mais diversas instituições já se debruçaram sobre as razões e as repercussões do fim da Guerra Fria, do 11 de Setembro, da crise financeira de 2008, do desastre de Fukushima, da Primavera Árabe, das turbulências do euro, do recuo estratégico dos Estados Unidos e da emergência da China.

O objetivo de André Amado é mostrar como o diplomata brasileiro tem-se preparado e deve continuar preparando-se para servir aos interesses nacionais no exterior, tanto mais quando, em países como o Brasil, política externa é tema a ser tratado em estreita coordenação com múltiplos setores de nossa sociedade.

Em estilo direto e com envolvente franqueza, Amado conduz o leitor pelas principais funções da diplomacia, ora oferecendo exemplos concretos, ora explicando os conceitos expostos, em prosa que não exclui fino humor.

O livro destina-se a um público amplo e variado, desde estudantes de relações internacionais a advogados, jornalistas e todos os que se possam interessar pela presença do Brasil no exterior, para não mencionar os milhares de candidatos e candidatas que todos os anos se apresentam aos concursos de admissão à carreira diplomática.

Por dentro do Itamaraty

impressões de um diplomata

André Amado

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

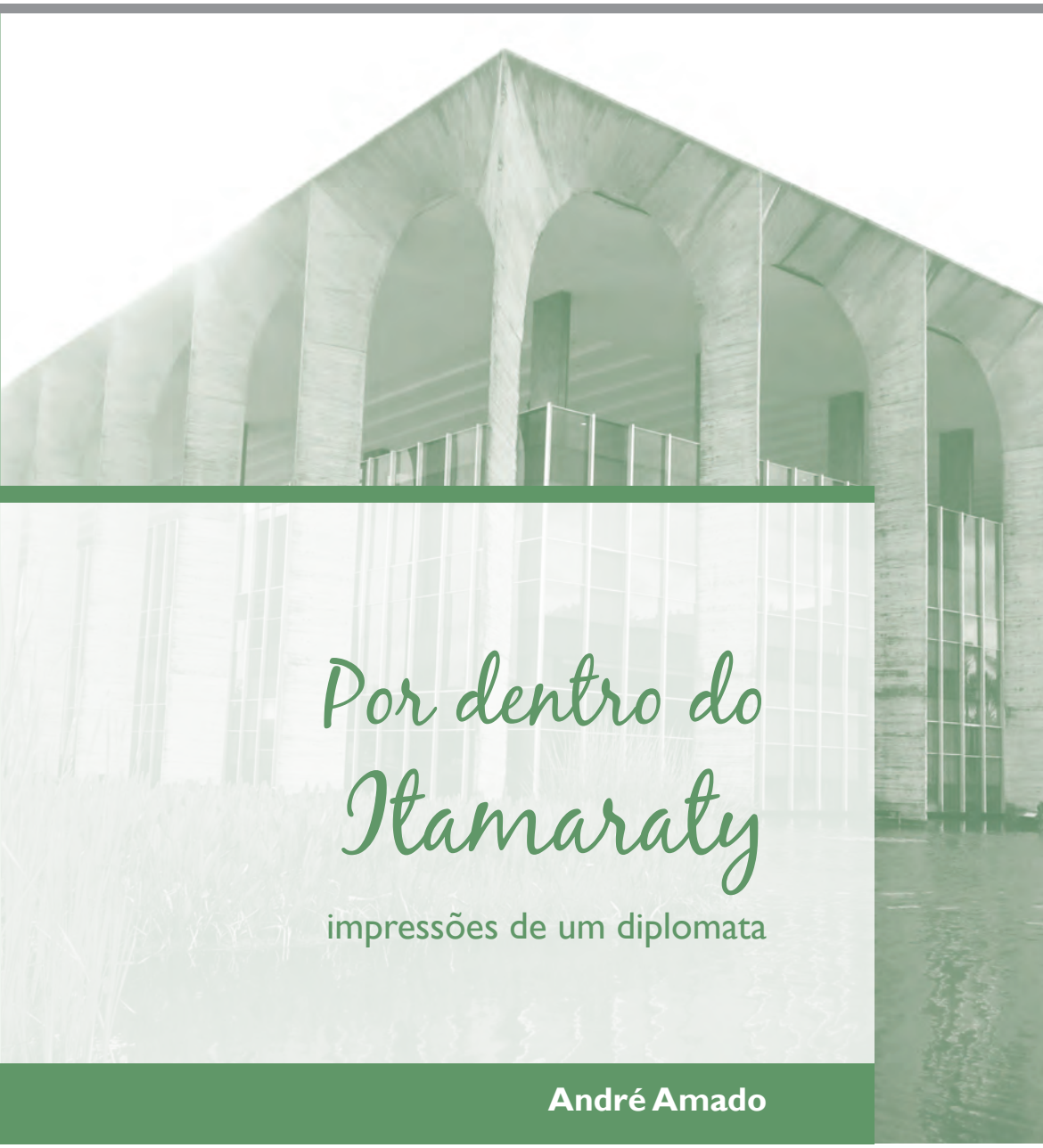
Diretor do Instituto Rio Branco (IRBr) de 1995 a 2001 e diplomata de carreira há mais de 40 anos, André Amado trata neste livro da formação do diplomata brasileiro, que considera de alto nível.

Segundo o autor, o diplomata tem como objetivo defender e projetar o interesse nacional na esfera internacional, razão por que, desde os primeiros momentos na carreira, ele fala, atua e representa o país. Em outras palavras, deixa de ser "pessoa física" para tornar-se "pessoa jurídica".

Não se trata, pois, de um estudo das relações internacionais. Antes, um ensaio sobre o Itamaraty, em geral, e o IRBr, em particular, na sua função de preparar o diplomata brasileiro para fazer frente com competência aos desafios que se avolumam no concerto de nações, cuidando, ao mesmo tempo, dos interesses do Brasil e do encaminhamento pacífico e construtivo das questões de alcance mundial.

Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata explora, em estilo direto e franqueza contagiante, as principais funções da diplomacia e, por isso, haverá de atrair público amplo e diversificado, desde estudantes universitários, sobretudo os de relações internacionais, a profissionais liberais envolvidos com a presença do Brasil no exterior, para não mencionar os milhares de candidatos que todo ano se apresentam ao concurso de admissão à carreira diplomática do IRBr.

Trata-se de excelente material de debate sobre uma das mais consequentes políticas públicas brasileiras, a política externa, cuja legitimidade exige atualização permanente.



Por dentro do Itamaraty

impressões de um diplomata

André Amado

Fundação Alexandre de Gusmão

Por dentro do Itamaraty

impressões de um diplomata

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Eduardo dos Santos

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Por dentro do Itamaraty

impressões de um diplomata

André Amado

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2013

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Jessé Nóbrega Cardoso
Vanusa dos Santos Silva

Projeto Gráfico e Foto da Capa:
Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2013

A481
AMADO, André.
Por dentro do Itamaraty ; impressões de um diplomata /
André Amado; prefácio de Georges Lamazière. — Brasília : FUNAG, 2013.
184p.; 23 cm.

ISBN: 978-85-7631-425-7

1. Ministério das Relações Exteriores. 2. Diplomacia brasileira.
I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 354.11(81)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Esclarecimento

O primeiro objetivo deste ensaio é compartir com meus colegas diplomatas — os mais experientes, eufemismo para os de minha geração, os mais jovens e até os futuros, hoje em preparação para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr) — minhas impressões sobre a preparação e o funcionamento dos diplomatas brasileiros.

Ao escrever este ensaio, dei-me conta de que, em coerência com sua mensagem central, o objetivo devesse ser compartir também com a sociedade brasileira como e por que o diplomata serve ao interesse nacional no exterior.

Não surpreende, assim, que, em muitas passagens, o ensaio ora se detenha em reflexões sobre o ofício do diplomata, destacando expressões e conceitos correntes no Itamaraty, ora tenha tom de trazer ao grande público como se dá o desempenho do funcionário diplomático.

Espero que essas duas vertentes ampliem o interesse pelas discussões e pensamentos que desenvolvo ao longo do texto.

Acreditem. Foi para mim fonte de imenso prazer escrever este ensaio, sentimento que conto possa ser compartido por muitos leitores, dentro e fora do Itamaraty.

André Amado

Ao diplomata brasileiro

Agradecimentos

Muitas pessoas intervieram na realização deste ensaio, a quem muito agradeço:

Embaixador Alberto da Costa e Silva
Embaixador João Carlos Fragoso
Embaixador Lucio Pires de Amorim
Embaixador Georges Lamazière
Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Conselheiro Cláudio Garon
Conselheira Claudia de Borba Maciel
Conselheiro Augusto Souto Pestana
Conselheiro Roberto Doring
Conselheira Paula Aguiar Barboza
Conselheira Maria Angélica Ikeda
Conselheiro Luís Guilherme Parga Cintra
Primeiro Secretário Pablo Duarte Cardoso
Segunda Secretária Adriana Telles Ribeiro
Terceira Secretária Amena Martins Yassine
Oficial de Chancelaria Rodrigo Rigão
Senhora Mileide R. de Carvalho Ximenes

Reconhecimento especial reservo à Senhora Cecília Scharlach.

Sumário

Prefácio 13

O diplomata brasileiro 19

O Instituto Rio Branco: um breve histórico 31

O Instituto Rio Branco e a socialização da carreira 51

Representar 75

Informar 85

Negociar 103

Estreitar as relações políticas, econômico-comerciais e culturais 113

Prestar assistência aos brasileiros no exterior 133

Epílogo 151

Conclusões 167

Anexo — Entrevista com a Segunda Secretária Adriana Telles Ribeiro 171

Prefácio

Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata, do Embaixador André Amado, não é uma obra sobre diplomacia, como aquele já muito antigo de Harold Nicholson, diplomata britânico que escreveu um livrinho despretensioso e ao mesmo tempo clássico, "Diplomacy: a basic guide to the conduct of contemporary international affairs" (publicado em 1939), sem nunca ter chegado a embaixador – renunciou à carreira ainda como conselheiro. Não é tampouco um livro sobre diplomacia brasileira, como muitos outros.

É um livro sobre o diplomata brasileiro, sobre seu passado, seu presente e seu futuro e sobre seu perfil, o atual e o ideal. De entrada, o autor joga as cartas na mesa, assumindo sem hesitação que o atual e o ideal não estão distantes assim, pois "o diplomata brasileiro é muito bom".

Na mesma cartada, de alguma forma aproxima as três dimensões temporais que pareciam conflitar. Se o diplomata brasileiro é bom, mesmo em comparação com os representantes das melhores diplomacias do mundo, é porque algo de certo foi feito no passado, seja na sua formação, seja na construção de uma política externa que tem gozado de amplo consenso nacional e claro respeito internacional.

Da mesma forma, o presente não tem desmentido essa herança bendita, que ostenta nomes como o do Barão do Rio Branco e de uma infinidade de profissionais da diplomacia citados ao longo do texto, ou não seríamos mais defensáveis como bons diplomatas.

Resta o futuro, sobre o qual nada se pode assegurar, mas que parece promissor, na linha do que fomos e somos, ainda mais se soubermos sempre manter o rumo sem manter a mesma nau, pois os interesses e os

valores nacionais mudam pouco, mas as tecnologias e as maneiras de fazer se transformam constantemente, e, como todos sabem, em um ritmo cada vez mais vertiginoso.

A pergunta, portanto, que perpassa o livro é a dupla indagação sobre se somos mesmo efetivamente bons diplomatas, e, se a resposta é sim, por que estranha razão. As respostas do Embaixador André Amado são múltiplas, complexas e exploram questões de grande profundidade. Sua vasta experiência não só como diplomata de carreira e embaixador, chefe de posto (como dizemos no nosso jargão) em Lima e em Tóquio, mas também como responsável pela formação dos diplomatas em longo mandato como diretor-geral do Instituto Rio Branco (de 1995 a 2001) dão-lhe autoridade para tal.

Como seu sucessor, ainda que não diretamente, coube-me um belo legado, de muitas realizações acadêmicas, funcionais, organizacionais — a menor das quais não é, seguramente, a sede do Instituto Rio Branco (IRBr), em Brasília, que André Amando logrou arrancar do papel e transformar em uma realidade de pedra, cal e azulejos de Athos Bulcão, além de obras de outros muitos artistas nacionais. Os alunos do Rio Branco passaram a ter, assim, casa própria, permitindo que sua formação acadêmica, tão vinculada, quase que aspirada, sorvida pela carreira que se abre à frente, ocorra por cerca de ano e meio num remanso espacial e temporal que estimula a reflexão e a independência, um oásis de livre exercício do pensamento e de busca do conhecimento, antes que se imponham os limites naturais da profissão — oásis de que talvez seja ao mesmo tempo símbolo e realidade vivida o jardim central do prédio, aberto à luz, ao ar e à chuva, refletindo em sua concepção arquitetônica os pátios ibéricos e trazendo para dentro da clausura dos estudos as estações peculiares a Brasília.

Outra herança do Diretor-Geral André Amado que ainda hoje se perpetua no IRBr é a sua visão de que "a dicotomia entre o acadêmico e o profissionalizante não deveria existir no IRBr. [...] Decerto será uma repetição do curso universitário [...] manter abordagem acadêmica das matérias que se forem ministrar no IRBr. O grande desafio a esse respeito será estudá-las com o olhar da diplomacia [...]". De fato, o que há de singular e

adicional na formação oferecida pelo Rio Branco é o aprendizado do olhar e do fazer diplomáticos, de um ponto de vista sobre o mundo diplomático, especialmente da diplomacia brasileira.

Não se pode esquecer que o público brasileiro em geral — e os futuros diplomatas estão, obviamente, aí incluídos — recebe informação sobre política internacional, majoritariamente, de fontes que não estão sediadas no Brasil; lê livros de História Mundial ou de Teoria das Relações Internacionais traduzidos, oriundos quase sempre dos mesmos centros universitários — como confessava o artigo célebre de Stanley Hoffmann, "An American Social Science: International Relations"; e pela primeira vez se depara com o que tem pensado e dito a nossa diplomacia sobre os mais diversos temas da ordem internacional ao entrar no IRBr.

Dou um exemplo pessoal do aprendizado de certo pensamento ou mesmo estilo diplomático brasileiro, que se torna uma segunda natureza. Recentemente, estive em um seminário de tipo acadêmico, sem objetivo de aprovar resoluções ou decisões de qualquer natureza, quando foi apresentado ao grupo de diplomatas e acadêmicos presentes um documento com certas propostas práticas, que alguns queriam ver aprovadas ali, pelo menos em princípio. Sem instruções, comecei a reagir às propostas com minhas observações e intuições pessoais, até poder recuperar, mais tarde, um documento que refletisse o que o Brasil vinha dizendo oficialmente sobre o assunto. Quando finalmente pude lê-lo, descobri, para meu alívio, que tudo o que dissera era plenamente compatível com o nosso discurso oficial sobre o tema, quase que ponto a ponto.

Volto à pergunta, ou dúvida, bipartida e insidiosa, sobre se somos efetivamente bons diplomatas no contexto internacional e, caso a reação seja afirmativa, por qual motivo. Quanto à primeira, bastaria talvez, para evitar permanecer no autoelogio, sempre suspeito, mencionar, entre outros, o acervo de realizações deixado pelo Barão do Rio Branco; os prestígios regional e global que têm cercado o Serviço Exterior brasileiro e seu instituto de formação, a segunda academia diplomática a ser criada no mundo, após a de Viena, como recorda o Embaixador André Amado; o papel crescente do Brasil no mundo e, em especial, nos foros multilaterais, nos quais temos

tradição reconhecida de participação e excelência; e, para sermos muito práticos, os resultados que obtivemos, repetidamente, em pleitos em foros como a Organização Mundial do Comércio (OMC), nos quais nos defrontamos com as mais poderosas diplomacias comerciais do mundo.

A propósito de academias diplomáticas, abro parênteses. Cita o Embaixador Amado o fato de que grandes nações desenvolvidas, que foram ou são potências globais, não as têm, narrando inclusive a surpresa de diplomata de um desses países com nosso sistema de formação. Quando me defronto, com frequência, com essa observação, entre admirada dos nossos esforços e autossatisfeita por supostamente poder prescindir deles, "mas nós não temos academia diplomática", uma resposta me vem à mente, que não uso, por ser diplomata: "Dá para ver."

Quanto à segunda parte da pergunta ou dúvida anteriormente apontada, o motivo de sermos diplomatas de alguma qualidade e reputação — afinal, encontramos no livro do Embaixador André Amado uma variedade enorme de respostas, todas aportando o seu grão à explicação — me aferro, sobretudo, a uma, ou a um conjunto particular de explicações. Trata-se da frase "o segundo vetor, que termina por influir em todas as posições que adotamos, é o que somos como país". Não há dúvida de que nossa natureza multiétnica, miscigenada, em suma, para citar o autor mais uma vez – *et pour cause* –, e nossa integração de tantos e tão diversos aportes em uma sociedade plural permitem que ao mesmo tempo quase tudo nos seja próximo e que quase todos se sintam próximos de nós. Entendemos com certa naturalidade os problemas dos outros — os do excesso de desenvolvimento e os do subdesenvolvimento; somos países de emigração e ainda, apesar de em menor escala, de imigração; sofremos os dramas do subconsumo e da sociedade de consumo, e por aí afora. Por isso mesmo, em muitos tópicos da agenda internacional, quando corretamente analisados, temos ao mesmo tempo os chamados interesses ofensivos e defensivos, temos ousadias e cautelas, o que conquistar e o que proteger. Pela mesma razão, os outros parecem nos entender com certa facilidade, ou pelo menos nos olhar com certa simpatia, como inclusive comprovaram recentes pesquisas de opinião de escala mundial.

Há outra dicotomia essencial nessa obra de um diplomata "por dentro" da diplomacia que fala ao mesmo tempo para dentro e para fora do Itamaraty, para todos os leitores que não pertencem ou pertenceram aos quadros da Casa, como carinhosamente se diz entre nós. Como reconhece o autor, ora é conversa intramuros, ora é prestação de contas para a sociedade sobre o que faz um diplomata, das grandes questões internacionais às pequenas rotinas cotidianas que nos são peculiares — e, neste caso, não só aos diplomatas brasileiros, mas também à profissão em sua história e variedade geográfica.

Uma palavra sobre peculiaridades. Temos as nossas, os diplomatas profissionais do mundo inteiro, e outras mais que são próprias a cada país, apesar do relativo cosmopolitismo inerente à atividade. Algumas parecerão mais curiosas, para fora da diplomacia, que aos seus praticantes, mas não é assim em todos os rituais e em todas as tribos?

Da mesma maneira, temos nosso jargão, como qualquer outro ofício ou grupo humano o tem. Por isso, uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) que parece igual a todas as outras para a maioria dos jornalistas e para o público em geral pode custar dias e dias de negociações em torno a uma palavra ou a uma frase.

O livro do Embaixador André Amado, para benefício do leitor, não recorre ao jargão, apenas o apresenta ou o explica, aqui e ali, como objeto de estudo. Aliás, se já terei conseguido provar que a matéria é variada e sempre rica, sem esquivar as complexidades dos temas abordados, a escrita, por sua vez, é agradavelmente clara e direta. Diplomata, professor e escritor tanto de ficção quanto de ensaio, André Amado mostra que é do ramo, e de vários ramos, e consegue fazer de suas impressões não um guia, um breviário, ou um manual — a diplomacia não se presta a isso —, mas um diário de bordo que servirá, com certeza, para muitos outros viajantes.

Georges Lamazière
Diretor-Geral do Instituto Rio Branco
Brasília, maio de 2011.

O diplomata brasileiro

Começo com a afirmação de que o diplomata brasileiro é muito bom, mesmo na comparação direta com os diplomatas de outros países, incluindo ou mesmo pondo em destaque os dos mais desenvolvidos. Isso não quer dizer que seja o melhor do mundo nem que seu treinamento não careça de melhoria, apenas que é de fato muito bom[1].

As razões são várias. Muito tem a ver com o forte sentido de intuição e improvisação que nós, brasileiros, desenvolvemos, em grande parte para compensar deficiência de educação formal, de treinamento de base e de profissionalismo, valores em geral pouco estimados, às vezes ainda hoje rotulados de ultrapassados, em alguns círculos.

Sociólogos, antropólogos e outros cientistas sociais haverão de formular essa atitude de maneira mais sofisticada. Interessa-me, aqui, ir além e assinalar que, lado a lado com o que brota de espontâneo no diplomata brasileiro, alguns fatores específicos fazem a diferença em suas conformação e atuação profissionais.

O primeiro deles foi a herança legada pelo Barão do Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira. Nomes de reconhecida competência já estudaram sua obra[2]. Meu objetivo é ressaltar a autoridade que o Barão

1 Tentei utilizar o(a) diplomata, o(a) funcionário(a) e todas as variações possíveis, como os(as), do(a), dos(as), aos(às), um(as) e eles(as), para estar mais em sintonia com o politicamente correto de nossos tempos. No entanto, o texto resultou um tijolo, difícil de ler, em alguns parágrafos. Contando com a compreensão das leitoras, optei pelo sentido genérico do masculino, apenas em razão da fluidez da leitura. Algumas exceções impuseram-se, porém, ao longo do texto, como será fácil identificar.

2 Consultar, entre outras obras, CARDIM, Carlos Henrique; FRANCO, Álvaro da Costa (Orgs.). *O Barão do Rio Branco por grandes autores*. Brasília: CHDD/FUNAG/EMC Edições, 2003. LINS, Alvaro. *Rio Branco (biografia)*. Rio de Janeiro. José Olympio Editores, 1965. RICUPERO, Rubens. *Rio Branco, o Brasil e o mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobras, 2000. VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Martins Editora, 1967.

nos conferiu, ao ter conseguido, por meio de negociações diretas com as chancelarias dos países limítrofes ou do apelo a arbitragens internacionais, completar o traçado da fronteira terrestre do Brasil com seus 10 países vizinhos. Reduzir sua colossal biografia a essa conquista pode soar injusto, posto que até candidato a presidente da República o quiseram tornar, tamanha sua popularidade junto à opinião pública brasileira.

Mas que maior contribuição poderia o Brasil prestar à estabilidade política da América do Sul do que acertar, de maneira pacífica, todas nossas fronteiras, ao longo de mais de 14 mil quilômetros de extensão? Pelo mundo afora, em nossa vizinhança ou em outros continentes, quantas guerras foram travadas, quantos momentos de tensão assustaram a comunidade internacional, no rastro de disputas territoriais em áreas de fronteira, tanto no passado remoto quanto recente? É, portanto, com credenciais muito claras que a diplomacia brasileira reclama autoridade para defender, no concerto de nações, o princípio da solução pacífica de controvérsias.

O segundo fator, que termina por influir em todas as posições que adotamos, é o que somos como país. De modo sumário, aponto alguns tópicos em relação ao Brasil:

- exibe história, valores e visão de mundo ocidentais;
- situa-se na América Latina — lindeiro com 10 outros Estados, com os quais vive em paz há mais de 140 anos — e, ao lado da China e da Rússia, integra o grupo de países com o maior número de vizinhos terrestres;
- faz a maior fronteira marítima com a África;
- é multiétnico e miscigenado, vale dizer, as inúmeras etnias que compõem a brasilidade, desde o negro trazido escravo às mais recentes levas de imigrantes, foram integradas em uma sociedade plural, e muitas puderam manter, ao mesmo tempo, laços culturais e familiares com suas respectivas pátrias de origem;
- está nas primeiras posições, na escala mundial, em termos de dimensões territoriais, população, Produto Interno Bruto (PIB), comércio exterior, produção de energia (incluindo petróleo e

renováveis) e de avião, serviços bancários, uso da internet e telefones celulares;

- juntamente com os Estados Unidos e a Rússia, é um dos poucos países que dispõe de reservas importantes de urânio e que domina o ciclo do combustível nuclear;
- foi eleito 10 vezes para ocupar vaga de membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), feito que apenas o Japão iguala;
- é ator expressivo no comércio internacional, com perfil equilibrado em termos de diversificação dos mercados, o que lhe faculta atuar com a devida objetividade na defesa de seus próprios interesses à mesa de negociação bilateral ou nos vários foros multilaterais de comércio; e
- em razão do desempenho de sua economia nos últimos anos, a despeito da crise que afetou a maioria dos países, e em reconhecimento à estabilidade de sua vida política, passou a ser partícipe obrigatório das negociações de maior relevância no cenário internacional, condição evidenciada no âmbito do G-20 financeiro[3].

O legado do Barão e as credenciais do Brasil não são, porém, suficientes para assegurar, de maneira automática, as boas qualidades do diplomata brasileiro. Quando eu era diretor do IRBr, o então Chanceler Luiz Felipe Lampreia convocou-me, certa manhã, a seu gabinete para encomendar-me encargo de difícil cumprimento. Acabara de ganhar da Chanceler Rosario Green, do México, um belo livro, de capa dura e muito bem encadernado, sobre os intelectuais de seu país que ingressaram no serviço exterior, como Octavio Paz e companhia. Instruiu-me, com poucas palavras:

3 Grupo formado por ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia (UE). Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década. Visa favorecer a negociação internacional, com base em um diálogo ampliado entre os países com maior peso econômico, os quais, juntos, representam 90% do PIB, 80% do comércio (incluindo o comercio intra-UE) e cerca de 65% da população mundiais. O peso econômico e a representatividade do G-20 conferem-lhe significativa influência sobre a gestão do sistema financeiro e da economia global.

— O Itamaraty abrigou número mais elevado de diplomatas, também intelectuais de renome, e nós nunca os homenageamos. Produza um livro que faça justiça à nossa galeria de celebridades.

Despediu-me, sem indicar onde encontraria eu recursos para desincumbir-me da tarefa. Pensei em deixar a direção do IRBr, até mesmo em pedir remoção para o exterior, mas fui salvo por curiosidade aguda. Por que pessoas como Joaquim Nabuco, Domício da Gama, Gilberto Amado, Guimarães Rosa, Antônio Houaiss, Vinicius de Moraes, João Cabral de Melo Neto e José Guilherme Merquior entraram para a carreira diplomática?

Uma resposta fácil tentava explicar que essas eram todas pessoas muito sensíveis, por isso escolheram uma carreira que lhes oferecesse o mundo como mesa de trabalho, povos e culturas diferentes como parceiros de viagem, conjunto de estímulos de que brotariam produções artísticas inimagináveis.

Não parecia resposta adequada. Fosse assim, os serviços exteriores de todos os países seriam verdadeiros abrigos de artistas talentosos, todos à espera da oportunidade de viajar, viajar e viajar e, bem assim, amadurecer como artistas e sobreviver como funcionários públicos. Além disso, a vida profissional de muitos daqueles senhores revelava terem sido bons profissionais. Cito apenas dois casos, entre os muitos que poderia arrolar. Domício da Gama foi embaixador em Washington e, depois, chanceler; Gilberto Amado representou o Brasil por 20 anos na Comissão de Direito Internacional da ONU, que até hoje lhe reserva um *Gilberto Amado Memorial Day*.

Outro esforço de explicação apostava no acaso, na mera coincidência. Como o Brasil é um país populoso, defendiam alguns, seria razoável esperar que, de todas as turmas de diplomatas, se destacassem um ou dois, o que, no longo prazo, serviria para lotar uma galeria de celebridades. Seria? E quantos Nabucos, Rosas, Houaiss, Cabrais e Merquiores têm as chancelarias da China, Índia, Estados Unidos, Rússia e Indonésia, países de grande densidade demográfica?

Logo no início do processo de preparação do tal livro, o Embaixador Alberto da Costa e Silva, a quem convidara para a curadoria do projeto, acrescentou àquela lista de nomes outros diplomatas brasileiros que, da mesma maneira, se haviam notabilizado em áreas da cultura, paralelas à carreira: o historiador Varnhagen, o músico Brazílio Itiberê, o escritor Aluísio Azevedo, o historiador Oliveira Lima e os poetas Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto e Raul Bopp. Tomou-se, ainda, uma decisão delicada. Diplomatas vivos não fariam parte do livro, com o que se excluíram Sérgio Corrêa da Costa, Sérgio Rouanet e o próprio Alberto, todos à época membros da Academia Brasileira de Letras (ABL), além do historiador Evaldo Cabral de Mello e dos poetas Francisco (Chico) Alvim e Geraldo Holanda Cavalcanti, este, mais tarde, também eleito para a ABL.

O livro *O Itamaraty na cultura brasileira* só foi publicado na gestão do Ministro Celso Lafer, seguinte à do Lampreia, quando eu já havia sido removido para Lima. A edição resultou requintada, com capa dura, ilustrações magníficas e textos escritos pelos melhores ensaístas do país[4]. A publicação muito deve ao hoje Conselheiro Rodrigo Fonseca, à época no Ministério das Comunicações, e a Karla Osório Netto, incansável gerente de todo o projeto.

O mais incrível é que ninguém foi até hoje capaz de responder, com argumentos irrefutáveis, à pergunta-chave: por que aquelas sumidades ingressaram no Itamaraty, foram bons diplomatas e, ao mesmo tempo, influíram — reconhecem todos — nos campos em que brilharam, como o filólogo Houaiss, o romancista Guimarães Rosa (talvez o maior do país no século XX), os poetas Vinicius de Moraes e João Cabral, e o enciclopédico Merquior, quem, como disse o Embaixador Rubens Ricupero, "fazia diplomacia ao fazer cultura"?

Se alguém quiser voluntariar sua própria resposta, sinta-se à vontade para fazê-lo, será muito bem-vindo. Todos os autores dos belos textos produzidos para *O Itamaraty na cultura brasileira* já desistiram. De minha parte,

4 COSTA E SILVA, Alberto da (Org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001.

creio que o Brasil e o Itamaraty tiveram uma sorte danada. Aqueles gênios eram cidadãos brasileiros e entraram para a carreira diplomática. Assim como o Barão, que nasceu brasileiro, cresceu diplomata e imortalizou-se como patrono da carreira.

É óbvio que não se pode sobreviver apenas com explicação dessa categoria. O diplomata brasileiro, que qualifico de muito bom, não nasce pronto. No começo do século XX, sorte à parte, era sabido que o Barão selecionava os futuros diplomatas pelo jeitão dos candidatos. Tivessem presença, o chamado *physique de rôle*, falassem línguas e, sobretudo, procedessem de boa família, estariam admitidos na *carrière*. De certo, o convívio com o patrono da diplomacia e seus pares, como Oliveira Lima, pode ter sido muito estimulante e contribuído de maneira criativa para a conformação de vários diplomatas. No entanto, convenhamos, ainda é pouco para explicar e justificar todo o edifício de excelência em que se transformou o Itamaraty.

Novos desafios

É pouco, também, para explicar e justificar as responsabilidades adicionais que o diplomata brasileiro tem sido convocado a assumir em seu funcionamento profissional, tanto quanto a complexidade de técnicas e a multiplicidade de instâncias de treinamento que o Itamaraty teve, tem e terá de incorporar, no esforço de garantir ao diplomata brasileiro os instrumentos capazes de permitir-lhe fazer frente de maneira competente aos desafios que se apresentam em seu horizonte de trabalho.

E que desafios são esses? Para muitos países, a prioridade é o que ocorre em seu entorno, excluídas crises de alcance mundial, como as do petróleo, na década de 1970, e a financeira, em 2007 e 2008. No caso do Brasil, no entanto, tudo nos afeta, mais além de nossa vizinhança imediata. Nossa postura e nosso olhar são globais, de modo que o cenário externo

se torna extensão e, ao mesmo tempo, veículo de conformação dos interesses nacionais. Daí a caracterização do Brasil como ator global (*global player*). Não há alternativa; ao contrário, o Brasil tem de compenetrar-se dessa condição, com atitude serena e assertiva.

Parte dos problemas começa quando, para atuar com proficiência nesse cenário externo, dispomos de análises das tendências estruturantes em gestação que não convergem nem resultam convincentes. Analistas renomados das relações internacionais contemporâneas vêm suscitando debates em auditórios universitários, publicações especializadas e antessalas do poder, para tentar explicar a dinâmica de nossos dias, desde a queda do Muro de Berlim à atual crise no mundo árabe — inflexões que ninguém previu, aliás.

Durante o período da Guerra Fria, todos conheciam os códigos de conduta, ainda que fosse pela ótica míope bipolar, que não só simplificava as opções — à base de dogmas do tipo "este lado está coberto de razão, o outro, de todo equivocado" —, mas também ditava a estreita margem de manobra dentro da qual os países poderiam agir, e suas populações, reagir. Quando caiu o muro, Francis Fukuyama chegou a apostar que também cairia todo o edifício da História.

Ao que tudo indicava, enfraquecia-se ou desaparecia, dependendo do caso, a capacidade de controle e de orientação da política, nos planos interno e internacional. A imagem a que recorro é a do destape de uma represa, cujas águas varressem tudo à frente, em particular as torres de comando e os postos de vigilância, erigidos com a finalidade precípua de monitorar a possibilidade de enchentes devastadoras.

Para Bauman, o sentido mais profundo e danoso da globalização seria o caráter indeterminado, desordenado e autopropulsor das relações internacionais, ante a "ausência de um centro, de uma mesa de operações, de uma junta de diretores, de um escritório gerencial", o que estaria agravando a geração de "nova desordem mundial"[5].

5 BAUMAN, Zygmunt. *Globalization, the human consequences*. New York: Columbia University Press, 1998.

Alguns sugerem que a falta de rumo da nova ordem se teria acentuado, primeiro, nos países da ex-Cortina de Ferro, para, depois, contaminar a comunidade de nações. Naqueles países, o desmonte do socialismo real e a derrubada dos regimes autocratas foram recebidos como um "abre-te sésamo" das angústias reprimidas, uma confiança cega em que a democracia por si só funcionasse, num passe de mágica, como cura a todos os males da sociedade. Ralf Dahrendorf ironizou essa ressaca cívica — que, em alguns momentos, chegou mesmo a alimentar a nostalgia do Estado interventor, ineficiente, mas paternalista —, ao alertar que "'nós, o povo,' podemos impedir as arrogâncias do poder, mas não podemos governar, legislar ou distribuir justiça. A democracia", arrematava, "é uma forma de governo, não um banho turco das vontades populares"[6].

A transição difícil no plano da política interna animou o ritmo da globalização. Do ponto de vista político, o fim da bipolaridade haveria de guindar a democracia também para dentro do processo de tomada de decisões no concerto de nações. E, no âmbito econômico, a superação dos alinhamentos políticos excludentes impulsionaria a universalização da produção, de modo a elevar a qualidade dos bens industriais, utilizar mão de obra mais barata e explorar recursos primários abundantes nos países periféricos, para reduzir preços e atender aos vorazes mercados consumidores[7]. Justificava-se, assim, certa euforia diante dos horizontes iluminados tanto no *front* político, pelo aceno de construção de um mundo mais integrado e pacífico (viva a democracia dentro e fora das fronteiras nacionais!), quanto na seara econômica, ao abrigo de uma nova ordem que premiava a eficiência, encurtava as distâncias, acelerava os avanços tecnológicos e revolucionava o setor produtivo.

Se não antes, a primeira guerra do Golfo (*Desert Storm*) conspiraria para arrefecer os ânimos. A ação militar pela reconquista do Kuwait vol-

6 DAHRENDORF, Ralf. *Reflections on the revolution in Europe*. New York: Times Books: Random House, 1990.

7 Ler, por exemplo, dois livros de um dos apóstolos da globalização: OHMAE, Kenichi. *O poder da tríade: a emergência da concorrência global*. Pioneira, 1989. _____. *The Borderless World: the power and strategy in the interlinked economy*. Harper Business, 1990.

tou a dividir o mundo e frustrou os anseios de tolerância e integração. Ao mesmo tempo, a avassaladora velocidade dos avanços tecnológicos nos meios de comunicação traria para a intimidade dos lares, de um lado, a macabra coreografia dos ataques aéreos ditos cirúrgicos e, de outro, as deformações da corrida consumista e materialista, que aumentava, a olhos vistos, o abismo entre ricos e pobres — tratava-se da globalização agora travestida em uma espécie de perverso darwinismo econômico.

Já era tarde, contudo, para deter a avalanche que o referido destape provocara no plano político. Nos países tanto de passado autoritário recente quanto em outros de ilibada tradição democrática, a voz dos governos passou a ser questionada por setores da sociedade, mobilizados, por exemplo, em organizações não governamentais, com militância e interesses de alcance planetário, e toda sorte de organizações políticas que representam grupos minoritários, como *Human Rights Watch*, Partido Verde etc.

No plano externo, multiplicou-se o número de Estados. Em 1930, eram 50; em 1960, o total elevou-se para 79; e, hoje, já superam 190. Adicione-se a pressão da comunidade internacional em favor da discussão de temas diversos, não só tradicionais — desarmamento, desnuclearização, regras universais de comércio —, mas também os chamados "novos" — direitos humanos, meio ambiente, discriminação racial, mudanças climáticas, tecnologia da informação, choque de civilizações, combate à pobreza e inclusão social.

Na seara econômico-comercial, um dos efeitos da globalização foi exacerbar o protagonismo das grandes empresas, as multinacionais, no âmbito das relações internacionais. Alguns analistas chegam mesmo a questionar a eficácia de foros como a OMC, sucessora do *General Agreement on Trade and Tariffs* (GATT), nos quais os Estados nacionais se reúnem para ordenar e disciplinar, entre outros, o intercâmbio de mercadorias, as regras de investimento, o estabelecimento de normas sanitárias e fitossanitárias e a prestação de serviços. A preocupação central dos países é universalizar as regras, de acordo com o mesmo espírito da máxima

de Ovídio, para quem a lei existe justamente para impedir que os poderosos possam tudo fazer. No entanto, que papel haverão de desempenhar as grandes empresas, que foram, são e provavelmente continuarão a ser as responsáveis por parcela expressiva das relações econômicas, comerciais e financeiras do mundo?

Vale ressaltar que a ampliação significativa da pauta internacional reforçou a vertente multilateral dos debates e desembocou na multiplicação dos foros. Conferências especiais sobre criança, meio ambiente, direitos humanos, população, desenvolvimento social, assentamentos humanos, segurança alimentar, racismo e mudança climática começaram a ser convocadas com regularidade. O extenso leque de reuniões sobrepôs-se ao já intenso calendário da ONU e de sua rede de órgãos especializados, bem como de organizações regionais e sub-regionais. Nos últimos tempos, novos foros, como G-20, BRICS[8] e IBAS[9], somaram-se à lista, que, embora restritos em número de membros, alargaram e diversificaram a agenda de trabalho. Muitas dessas reuniões realizam-se "em nível de Cúpula", o que, em linguagem diplomática, quer dizer com a presença de chefes de Estado e de governo, para não mencionar que, considerando as complexidades técnicas dos temas tratados, as delegações presentes passaram a ser integradas por funcionários de agências do governo, e não mais apenas por diplomatas.

A análise da evolução dos acontecimentos nos últimos anos não é tarefa para amadores. Como explicar, por exemplo, nos esquemas dinâmicos e sistêmicos das relações internacionais, a irracionalidade do 11 de Setembro, quando o terrorismo se infiltrou como modalidade soturna de guerra, na qual os soldados não mais respondem a fidelidades nacionais e se inclinam a matar civis? Agora mesmo, como explicar a

8 Acrônimo utilizado por Jimmy O'Neal, do *Goldman Sachs*, para identificar e distinguir países emergentes no concerto de nações, como o Brasil, a Rússia, a Índia e a China. Os quatro países consolidaram-se como grupo político de cooperação e, a partir de abril de 2011, incorporam a Africa do Sul.

9 Acrônimo de Índia-Brasil-África do Sul (IBAS, em inglês). Os três países promovem intenso e amplo programa de cooperação entre si e, também, com países do Hemisfério Sul.

relação entre, de um lado, o Twitter e o Facebook e, de outro, a revolta popular no Egito, que fez brotar a chamada Primavera Árabe, com implicações imediatas sobre a situação no Oriente Médio e, portanto, a estabilidade política do mundo?

O objetivo deste ensaio não é a análise das relações internacionais, embora estas lhe sirvam de pano de fundo obrigatório. Lembro a afirmação, feita logo na primeira linha deste texto, de que o diplomata brasileiro é muito bom. Para tanto, caberá explicar como os diplomatas haverão de continuar a lidar com os mutantes cenários internacionais e neles atuar à altura de nossas tradições. Caberá, ainda, dimensionar a sobrecarga da agenda diplomática e examinar como, com que recursos, apelando para que tipo de treinamento, promovendo quais reformas na maneira de pensar e agir o Itamaraty e os diplomatas brasileiros lograrão nivelar-se à estatura dos novos desafios, para cumprir com competência a missão de servir aos interesses nacionais, como espera toda a sociedade.

O Instituto Rio Branco: um breve histórico

Para avaliar as questões ora abordadas e, sobretudo, "explicar e justificar todo o edifício de excelência em que se transformou o Itamaraty", convém examinar a imensa contribuição do IRBr, uma das mais antigas academias diplomáticas do mundo (depois da da Santa Sé e da criada pela Imperatriz Maria Tereza, da Áustria), para a formação de mais alto nível do diplomata brasileiro.

Uma das razões para isso foi a adoção, ainda em 1931, do concurso público para a seleção dos jovens diplomatas, então organizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Dos primeiros órgãos de governo a exigir o concurso como filtro obrigatório para o ingresso de novos profissionais, o Itamaraty avançaria ainda no esforço de profissionalizar seus quadros, ao propor, em 1934, a discussão de modalidades de treinamento para os cônsules de terceira classe, como se chamavam então os diplomatas iniciantes, exercício que culminaria, em 1944, com a criação do IRBr. De acordo com o histórico relatório do Primeiro-Secretário Jorge Latour, o IRBr deveria ser um "Centro de Investigação e Ensino", destinado a "ensinar e exercitar matérias de interesse para a conservação e a consolidação interna da nação e da nacionalidade brasileira, mediante o aperfeiçoamento da sua política externa e das suas relações internacionais em diferentes aspectos".

Desde então, ocuparam o cargo de diretor apenas 16 diplomatas (o Embaixador Sergio Bath assumiu a função por duas vezes), média, portanto, de quatro anos e dois meses para cada. A estabilidade institucional no decorrer de quase sete décadas decerto influiu na qualidade de reali-

zação da tarefa do IRBr de preparar da melhor forma possível o pessoal diplomático, para cumprir as seguintes funções básicas no exterior:

- representar o país;
- informar os acontecimentos mais relevantes no país onde se estiver atuando;
- negociar, no plano bilateral ou em foros multilaterais, questões de interesse nacional;
- estreitar as relações políticas, econômico-comerciais e culturais; e
- prestar assistência aos brasileiros no exterior.

O exame atento de cada uma dessas funções básicas, em geral cumpridas no exterior, precisa ser antecedido, porém, de algumas outras considerações, que são objeto de particular atenção no início do treinamento do diplomata, ainda no IRBr.

O concurso de admissão ao Itamaraty

Começo pelo próprio concurso de ingresso. Não cabe fazer neste ensaio levantamento comparativo das matérias e dos critérios de correção ao longo dos anos. Terão refletido, em seu momento, não só as precondições exigidas para a inscrição (variaram de conclusão de apenas o curso secundário completo, passando por matrícula no quinto semestre de um curso universitário, até a conclusão de curso superior completo), mas também os temas de maior interesse em cada época analisada[10].

É curioso notar nunca ter havido restrição à natureza do curso universitário. Embora no início prevalecessem candidatos vinculados a facul-

10 O ingresso na carreira diplomatica dá-se mediante concurso realizado pelo IRBr, órgão encarregado da seleção e do treinamento de diplomatas. Aprovado no concurso, o novo diplomata cumpre estágio de dois anos, organizado nos moldes de um curso de mestrado, entra para a carreira como terceiro secretário e segue a progressão que detalharei mais adiante. A idade de aposentadoria acompanha a regra geral do funcionalismo púlico, 70 anos.

dades de Direito, pouco a pouco os estudantes de Economia, História, Letras vieram a ocupar percentagens crescentes nas listas de candidatos. Nos últimos tempos, chegou a vez dos engenheiros, matemáticos e físicos, presença que estimo poderá contribuir para oxigenar a maneira de pensar das novas gerações de diplomatas.

Um fator constante, entretanto, na trajetória dos concursos foi a ênfase no domínio de idiomas estrangeiros, em geral, e da Língua Portuguesa, em particular. Durante décadas, as provas de Línguas Inglesa e Francesa foram eliminatórias, com testes escritos e orais[11]. Mais tarde, eu mesmo ajudei a excluir o Francês do concurso — e por isso quase me tiraram do IRBr, mas isso é assunto de que tratarei mais adiante.

Destaco o Português porque é, como já disse, o instrumento primeiro de trabalho do diplomata. Ele vive da palavra, do *mot juste*, como diriam os franceses e os poetas. Como veremos no capítulo relativo à função "informar", o diplomata redige ou fala o tempo todo. Em ambos os exercícios, ele é refém da precisão e da correção. Na Secretaria de Estado (SERE), em Brasília, por exemplo, o que quer que lhe tenha acontecido de relevante do ponto de vista profissional foi decerto articulado em conversas — diretas ou por telefone — e será, em seu momento, transformado em texto (memorando, telegrama, exposição de motivos, aviso ministerial, *aide-mémoire*, informação, artigo de imprensa ou carta a alguma autoridade). E é melhor que esteja redigido de maneira impecável, senão ninguém concluirá a leitura, e as propostas de ação, se houver, se esfumarão.

No exterior, as observações sobre a política interna ou externa do país em que se está trabalhando, a avaliação das oportunidades e dos desafios das relações bilaterais, o relato do teor de reuniões mantidas entre autoridades do alto escalão brasileiro e local acabarão sendo transformados em comunicação para a SERE. Quando não, o diplomata estará na linha de frente de alguma negociação, em busca da conclusão de um tratado, acordo, memorando de entendimento, resolução em organismo interna-

11 Atualmente, a Língua Inglesa continua como eliminatória, sem prova oral, porém; a Francesa é classificatória.

cional, notas a serem trocadas com a chancelaria local etc. As múltiplas conversas ao pé do fogo, as estratégias tecidas nos sussurros ao telefone e nos cochichos de fim de tarde, os conchavos articulados nos corredores das sessões plenárias, para selar acordos salvadores de última hora, só terão consequência jurídica e política se conseguirem expressão escrita em linguagem a mais clara possível, sob pena de se tornarem entendimentos natimortos. Até hoje, algumas resoluções do CSNU — órgão político internacional de mais alto relevo não há — não são cumpridas dado o conflito de interpretação, a partir do uso de mero artigo definido ou indefinido. Em uma palavra, cedo ou tarde, na vida diplomática, só valerá o que estiver escrito, vale dizer, bem escrito.

Ao lado da Língua Portuguesa, a Inglesa é instrumento imprescindível de trabalho para o diplomata. Os países latino-americanos preferirão usar o espanhol; o *Quai d'Orsay*, o francês; o *Auswärtiges Amt*, o alemão; o *Gaimusho*, o japonês; no entanto, ninguém deixará de comunicar-se com adequação se o idioma da conversa for o inglês. Em reuniões internacionais, quem quiser intervir em uma das seis línguas oficiais da ONU poderá fazê-lo, mas, se não tiver escolhido o inglês, verá a maioria dos delegados das outras delegações recorrer aos fones de ouvido, sem dúvida em prejuízo das ênfases e das sutilezas da mensagem original.

A proposta de retirada do Francês do concurso apoiou-se nos seguintes argumentos. Em 1971 (e estávamos em 1995), o Conselho Federal de Educação determinou que as escolas só precisavam ministrar um único idioma estrangeiro. Dizem que o objetivo era excluir o Latim e o Grego da carga escolar — como se estes pudessem ser considerados idiomas estrangeiros. O resultado foi que, para a surpresa de poucos, os estabelecimentos de ensino optaram pelo Inglês. Deixou-se, por conseguinte, de estudar Francês de forma regular e institucional no Brasil. Só continuaram praticando o idioma os que tinham recursos para acrescentar ao Inglês o estudo de outra língua ou morado em países francófonos, o que reforçava a impressão de que manter o Francês no concurso do IRBr acentuaria a elitização da carreira, impressão que muitos queríamos corrigir.

No concurso de 1995, com o Francês obrigatório, o número de inscritos caiu para 545. A média dos anos precedentes, quando a prova do idioma era apenas classificatória, fora de 730. Além disso, a tendência declinante do desempenho dos candidatos na prova de Francês era evidente. Naquele ano, 66% obtiveram menos de 30 pontos em 100, que era a nota mínima exigida, e 91% teriam sido reprovados, caso a nota de corte fosse 50, como acontecia com o Inglês. Excluído o Francês do concurso de 1996, apresentaram-se 2.355 candidatos, aumento de 432% em relação ao ano anterior.

Jamais se pensou em eliminar o idioma francês da formação do diplomata, apenas do concurso. Eu mesmo aprendi o Francês antes do Inglês, tamanha a influência da cultura francófona na minha geração. À época, os melhores livros de História, Geografia, Economia, Direito, para não mencionar Filosofia, Sociologia e Antropologia, eram publicados primeiro na França. E o que dizer dos romances, da dramaturgia, da poesia e do cinema franceses? Discussões infindáveis passavam por Proust, Sartre, Simone de Beauvoir, Godard e companhia. Como desconsiderar ou desestimar esse patrimônio? Mais do que isso, falando como diplomatas profissionais, quantos países falam a Língua Francesa, quantos funcionários de organismos internacionais, de cuja boa vontade tanto dependemos na preparação ou no curso mesmo de reuniões, são de origem francesa e apreciam aos sorrisos que se lhes dirijam a palavra em seu idioma? Por tudo isso, o Francês teria de ser obrigatório dentro do IRBr, mas não como instrumento de discriminação à porta de entrada da carreira.

Quase fui ejetado da cadeira de diretor do IRBr. Por sorte, não existia *e-mail* naqueles dias, senão teria sido afogado por mensagens desaforadas, como o eram as que costumava receber por cartas, notinhas de imprensa e, mais do que tudo, artigos de jornal. Um jornalista de prestígio chegou ao cúmulo de dizer: "Entre o Itamaraty e o francês, eu tiraria o Itamaraty".

A discussão ultrapassava, portanto, para meu desespero, a seara do treinamento e da formação do diplomata. A desinformação era absoluta, tanto a espontânea (de pessoas que ainda não conheciam a realidade dos fatos em sua plenitude e achavam que estávamos, sem dúvida, empobre-

cendo os instrumentos de trabalho do diplomata brasileiro) quanto a mais elaborada (dos que militavam em favor de seus pontos de vista, em geral defensores do conhecido, inimigos confessos de mudanças, quaisquer que fossem). Ao final, eu e, sobretudo, o IRBr sobrevivemos, e é voz corrente que as turmas formadas sob a nova orientação não comprometeram — nem comprometem — a alta reputação de nossos agentes diplomáticos no Brasil e no exterior.

Não resisto a comentar que só consegui transmitir à opinião pública brasileira o que de fato estava em jogo nessa polêmica ao comparecer ao programa de entrevistas do Jô Soares. Lembro que suava por todos os poros. Jô é pessoa sofisticada e mordaz. Se eu derrapasse na sua frente, poderia ser fulminado com uma simples tirada de humor, daquelas que deliciam a plateia no auditório e em casa, mas eletrocutam o entrevistado. Não podia esquecer que, quando jovem, Jô fora estudar na Suíça. Portanto, além de tudo, era um francófilo convicto. E se eu já tivesse me tornado seu inimigo público número um? Quis abandonar o estúdio antes da gravação.

Havia ainda um agravante. Eu trabalhava com os alunos do IRBr, em Linguagem Diplomática, matéria de que era professor, justo a prática de entrevistas. Insistia na importância de conhecer jornalistas brasileiros e estrangeiros, de cultivá-los em almoços, jantares, cafezinhos, de prometer passar informações úteis, de trabalhar a divulgação de uma ou outra matéria de interesse para o Brasil, enfim chamava a atenção para toda uma série de atitudes e gestos na contramão da timidez, se não pânico, das pessoas diante de um microfone, filmadora ou mero bloquinho de notas. Insistia, sobretudo, no domínio dos nervos na hora de conceder uma entrevista e de algumas técnicas de como e o que falar. Ao entrar no estúdio do Jô, perguntava-me por que faltara às minhas próprias aulas. Estava nervoso, a boca e os lábios secos, a alma em suspensão, mas não deixei transparecer, inclusive quando me regelava a pergunta que eu mesmo me fazia: "E se eu não conseguir convencer o Jô e sua plateia cativa dos meus argumentos?".

Até hoje, suo frio ao rever o teipe da entrevista, mas resultou tudo bem. A gravação entrou no ar quase à 1h — fui o terceiro entrevistado. E, ainda assim, o público e os telespectadores ouviram com toda atenção a minha mensagem. Nunca mais fui interpelado por pessoa nenhuma sobre a questão. O IRBr estava salvo, e eu poderia voltar à sala de aula.

Mais tarde retornarei a esse ponto — a relação do diplomata com a imprensa —, que considero de fundamental importância. Aproveito a discussão sobre proficiência na língua natal e na de trabalho, para tratar da questão dos idiomas em geral.

Formação especializada

Não existe diplomata monoglota. Serviços Exteriores como os dos Estados Unidos, do Canadá e da Grã-Bretanha (creio que os de Alemanha, Rússia, China e Austrália já se juntaram à lista) atribuem alta prioridade ao treinamento em idiomas estrangeiros. Nos casos chinês e japonês, a norma de suas chancelarias é adotar um sistema de imersão de 18 meses. Isto é, ao longo desse período, o funcionário é desviado de suas atividades habituais e enfurnado em instituições especializadas de ensino, no país de origem e no de destino, para estudar não só a língua, mas também os costumes, o modo de adquirir maior intimidade com a cultura e com o povo do país para onde será enviado. Se o destino for a Rússia ou um país árabe, a imersão será de 12 meses — o tempo de imersão varia em função das dificuldades de aprendizado do idioma. Acrescente-se que, na academia diplomática norte-americana (uma fazenda no estado da Virginia, próximo a Washington), as pessoas podiam acompanhar os jornais nacionais televisados pelos países cujos idiomas estavam aprendendo — e isso em 1997! De sua parte, a academia diplomática canadense programava para o horário vespertino na América do Sul aulas de espanhol, preparadas em Ottawa, para serem transmitidas por computador para todos os funcionários das embaixadas e dos consulados no continente.

Conta-se a anedota a respeito de um diplomata inglês que se apresentou ao Departamento de Pessoal do *Foreign Office*, a fim de informar ter sido removido para o Azerbaijão e de solicitar, o mais cedo possível — frisou com um sorrisinho maroto —, o início das aulas da Língua Azeri. Deixou o número de seu telefone celular e dirigiu-se a uma agência de turismo, para reunir prospectos de viagens fantásticas pelas ilhas gregas, seguro de que tardaria a ser convocado para o treinamento. Em menos de 24 horas, recebeu a mensagem de que, já no dia seguinte, seu professor de Azeri estaria disponível. O sistema existia e era eficiente.

Nem todos os países podem bancá-lo, porém. Primeiro, o número de funcionários tem de ser incrementado, de modo a permitir deslocamentos regulares de pessoal para o aprendizado de idiomas, sem comprometer a continuidade nem a qualidade dos serviços. Segundo, a permanência dos diplomatas no posto, terminado o período de imersão e iniciado o de trabalho, tem de ser dilatada para compensar o investimento, sem gerar, com isso, prejuízo à trajetória e às perspectivas de carreira. Terceiro, a conta a ser paga não deverá ser pequena. Serão necessários recursos orçamentários importantes, para mobilizar instrutores, instalações e equipamentos ou contratar serviços externos. E, quarto, o custo dos equipamentos e do material produzido para o ensino de idiomas é caro, além de exigir constante manutenção e periódica atualização.

Apesar de todos os obstáculos, o Itamaraty caminha célere, no momento, para implementar programa de cursos de Árabe, Mandarim e Russo no exterior. A ideia é promover a imersão total em uma das três línguas indicadas, com dedicação exclusiva de seis meses, prorrogável por igual período. Ao término desse estágio de estudo, terão início as funções na embaixada. Por enquanto, o programa está previsto apenas para diplomatas. Estou seguro de que, em um futuro próximo, também oficiais e assistentes de chancelaria poderão ser incluídos. Contudo, mesmo sem a modalidade de imersão total, apenas com aulas paralelas ao serviço, já está em vigor, para todos os servidores, o programa de aperfeiçoamento no idioma do país em que estiverem servindo, mediante reembolso das despesas incorridas em instituições locais especializadas.

Ensino acadêmico e profissionalizante

Falando em horizontes ideais de treinamento, claro está que, por melhor que tenha sido e seja o IRBr, o diplomata brasileiro não pode prescindir de programas suplementares. Refiro-me, em especial, a cursos de longa duração em universidades ou centros de pesquisa e pensamento em relações internacionais, tanto no Brasil quanto no exterior, como veremos mais à frente.

De momento, caberia tentar distinguir no tempo a discussão sobre a ênfase a ser dada ao treinamento de cunho acadêmico na carreira. Para os escalões médios, digamos primeiros secretários e conselheiros, o aperfeiçoamento poderá variar entre o acadêmico e o profissionalizante ou, em termos ideais, nas duas vertentes ao mesmo tempo. No curso inicial, porém, inclino-me a privilegiar o lado profissionalizante.

Que se esclareça, antes de tudo, que o Itamaraty precisa de funcionários com perfil não só acadêmico, mais reflexivo, mas também operativo, mais executivo. Cada caso será um caso. A formação universitária e o temperamento do diplomata haverão de conduzi-lo seja a trabalhar com maior facilidade nas estruturas conceituais que ajudam a enquadrar, se não explicar, situações complexas no cenário internacional e, assim, proporcionar opções de pauta para a política externa brasileira, seja a dar prioridade ao desenho de linhas de ação e de programas específicos que se traduzirão em projetos concretos da atuação diplomática. Claro que um perfil não é melhor do que o outro; dependendo das circunstâncias, o Itamaraty saberá acionar o diplomata que melhor atende às necessidades da missão. Seria um poema se pudéssemos contar com diplomatas ao mesmo tempo reflexivos e executivos, mas isso é difícil, pois poucos profissionais são capazes de jogar bem nas 11 posições, como diria um cronista esportivo.

Pelo menos no âmbito da metodologia de ensino, o cerne da discussão no IRBr não é a dicotomia entre o acadêmico e o profissionalizante. Os aprovados concluíram, todos, curso superior; alguns foram até mais

longe, fizeram mestrado e/ou doutorado. Embora o leque de formações seja amplíssimo, desde Direito, Economia, História, Letras, Museologia e Relações Internacionais a Engenharia, Física, Matemática, Medicina e Veterinária, prevalecem os formados em Ciências Humanas. Decerto será uma repetição do curso universitário, concluído pela maioria, ou dos estudos preparatórios ao concurso, seguidos por todos os candidatos, manter a abordagem acadêmica das matérias que se forem ministrar no IRBr. O grande desafio a esse respeito é estudá-las com o olhar da diplomacia, de acordo com o qual dois mais dois pode ou não somar quatro, dependendo do interesse nacional.

Não se trata de falsear a verdade, a pretexto de "diplomatizar" o ensino das matérias. A máxima de que o diplomata é pago para mentir por seu país no exterior é de particular infelicidade. Atribuem-na a um cidadão britânico, o que é uma lástima, porque, como é sabido, a Grã-Bretanha, berço do humor, em geral soube evitar derrapagens para o cinismo. Política externa é, antes de mais nada, política, a qual, segundo um sábio mineiro, é igual nuvem: "Você olha, e ela está de um jeito; olha de novo, e ela já mudou o formato e a direção." O desempenho do diplomata é ditado pelo interesse nacional; para alcançá-lo, é necessário praticar ações diplomáticas, cujo conteúdo não costuma ser igual para todas as situações, em todos os momentos, com todos os parceiros externos, isto é, não chega a ser definível com precisão matemática.

Torna-se, assim, muito interessante estudar como Talleyrand operou no xadrez político da Europa do século XIX, assim como o Barão do Rio Branco atuou junto ao Presidente Cleveland, na disputa territorial com a Argentina, e à Confederação Helvética, na questão da Guiana contra a França. A história a ser estudada no IRBr haverá sempre de ser a diplomática, a que envolveu a visão estratégica de um agente diplomático ou, como se tornou mais frequente nos tempos modernos, a convergência de visões de diplomatas que, mesmo apegados com unhas e dentes a seus respectivos interesses nacionais, souberam evoluir para celebrar

acordos satisfatórios para as partes envolvidas, como o caso exemplar do Tratado de Itaipu.

Até mesmo o ensino ou a prática de idiomas tem de seguir padrões mais criativos. Sarah Walker, a querida professora de inglês do IRBr, há anos tem montado com os jovens diplomatas cenários de verdadeiras atuações profissionais, com direito a "*Mister Chairman*", "*Madam Chairwoman*" e todos os cacoetes das intervenções em foros multilaterais de negociação.

Na verdade, reduzido a sua última expressão, a formação do diplomata, tendo podido contar com uma academia diplomática com as virtudes do IRBr, haverá de refletir-se de maneira muito favorável na qualidade de seu desempenho profissional, desde que o treinamento se torne ininterrupto. Em uma empresa no setor privado, o termo treinamento é repetido sem parar e aplica-se a todos, dos altos executivos aos estagiários. O serviço público deveria imitar esse procedimento.

O Itamaraty estabelece como precondição à promoção de segundo secretário para primeiro secretário (o que equivaleria, nas Forças Armadas, de major a tenente-coronel) a aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD); em relação à promoção de conselheiro a ministro de segunda classe (de coronel a general), a superação do Curso de Altos Estudos (CAE). Os referidos cursos do IRBr obrigam, no primeiro caso, a atualização dos conhecimentos para o melhor desempenho da atividade diplomática e, no segundo, a apresentação de uma tese na qual o candidato aprofunde o tratamento de tema de sua intimidade, não para avançar o conhecimento sobre a matéria, como seria a abordagem preferida perante bancas universitárias, mas a fim de dar sua contribuição pessoal para a execução de políticas públicas que haverão de facilitar a consecução da política externa em alguma área específica da diplomacia.

Ambas as oportunidades implicam treinamento dos quadros profissionais do Itamaraty. Mas isso ainda é pouco. Um embaixador experiente costumava dizer que toda turma, a despeito de seu tamanho e da instituição a que pertencer, se compõe de 10% de pessoas brilhantes, quase prontas para o que quer que seja; 10% daqueles que têm mais dificulda-

des; e 80% de tropa. A obrigação da instituição é seguir estimulando os 10% superiores; trabalhar os 80% da turma, com o objetivo de elevá-los ao primeiro time; e guindar os 10% restantes a pelo menos o escalão médio do grupo. Para isso, a instituição tem de investir pesado em treinamento regular e pontual, tema de que tratarei mais adiante, quando abordar a contribuição do IRBr para a socialização da carreira e o ensino de idiomas.

Novos diplomatas

Os números relativos tornam-se preocupantes quando transformados em absolutos. Ao longo de toda a história do IRBr, o instituto formou turmas, em média, de 20 diplomatas. Houve épocas em que se formaram 50 pessoas (a turma de 1970, por exemplo — a minha), e outros momentos em que menos de 10 concluíram o curso — trata-se em geral de alunos provenientes de concursos diretos[12]. Diante da elevação exponencial dos temas na agenda internacional, de postos no exterior e, portanto, da necessidade de mais diplomatas para cuidar das novas exigências da atividade diplomática, acertou-se a expansão dos quadros do Serviço Exterior e, por conseguinte, a convocação de um grupo maior de novos diplomatas. De 2006 a 2010, foram aprovados nos concursos de ingresso no IRBr 535 alunos, isto é, média de 107 candidatos por turma. E o Congresso Nacional acaba de aprovar a criação de mais 400 vagas para diplomatas[13].

12 Houve momentos no passado em que, diante da necessidade de aprovar número mais elevado de diplomatas, o Itamaraty convocou, em paralelo aos concursos regulares, os chamados "concursos diretos", que exigiam conhecimentos mais amplos e que estabeleciam regras mais difíceis, com o atrativo de, uma vez aprovado, o aluno ser nomeado terceiro secretário em um ano, e não dois, como seria o caso então vigente. Houve de três a quatro desses concursos, dos quais resultaram, em geral, turmas pequenas. O último foi em 1968 e o penúltimo, em 1963.

13 Lei nº 12.601, de março de 2012, que cria também 893 cargos para oficiais de chancelaria. Ambos os cargos serão preenchidos de maneira gradual, segundo as disponibilidades orçamentárias, de acordo com autorização expressa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Como treinar esse contingente, primeiro, dentro do próprio instituto e, segundo, ao longo da carreira? De início, os números desafiavam desde as instalações do IRBr até as liturgias do ensino. Enfim, como muitas instituições acadêmicas no Brasil e no mundo costumam receber por ano, mesmo para cursos de pós-graduação, número até superior de alunos, a direção e os professores do instituto souberam apoiar-se em precedentes criativos para promover os ajustes necessários — e, em alguns casos, revolucionários — no tradicional Curso de Preparação da Carreira Diplomática (CPCD). Os resultados foram positivos. Pelo menos, eu, como chefe da Casa, ainda não tropecei nos habituais 10% menos preparados. Ao contrário, conheci mais do que seria a quota regular dos muito bons.

Mas, e depois? Os novos jovens diplomatas representarão mais de um terço do quadro. Essa base da pirâmide, alargada em curto espaço de tempo e em dimensões expressivas, tem de ser treinada, segundo os parâmetros dos que escreveram a história do Itamaraty, ao terem marcado a instituição com protagonismo expressivo[14]. Ou ocorrerá o movimento inverso, de erosão das tradições em nome da vitalidade do novo, como se todo novo fosse por definição melhor. Confiemos no Itamaraty e nas gerações recém-ingressas na carreira.

---

14 Toda lista é curta e fonte de muita polêmica. Sempre haverá alguém contrariado com a inclusão e, sobretudo, a exclusão de nomes. Embora ciente desse risco, refiro-me, entre tantos (sublinho a perífrase), a: Mauricio Nabuco, Vasco Leitão da Cunha, Roberto Campos, Laffayette de Carvalho e Silva, Cyro Freitas Valle, Edmundo Barbosa da Silva, Camillo de Oliveira, Carlos Alves de Souza, Decio Moura, Sette Câmara, Paschoal Carlos Magno, Bolitreau Fragoso, João Augusto Araújo Castro, Sergio Frazão, Gibson Barbosa, Miguel Ozorio, Saraiva Guerreiro, Ronaldo Costa, George Maciel, João Clemente Baena Soares, Paulo Vidal, Paulo Tarso Flecha de Lima, Paulo Nogueira Batista e Luiz Felipe Lampreia. O Embaixador Marcos Azambuja, na verdade o autor da expressão "os bons fantasmas do Itamaraty", recordou, em artigo recente na revista *Piauí*, que, além desse grupo de diplomatas, havia ainda pessoas eminentes que, apesar de não fazerem parte dos quadros do ministério, estavam associadas de maneira íntima à instituição e, por vezes, chamadas a socorrê-la ou representá-la. Trata-se de Afonso Arinos de Melo Franco, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Raul Fernandes, Walther Moreira Salles, Gilberto Amado, Oswaldo Aranha, Augusto Frederico Schmidt e um punhado mais. Segundo Azambuja, eram vistos pela Casa e viam-se a si mesmos, imagino, como membros *fuori muri* da família diplomática, com a qual entretinham laços estreitos e fraternos.

O concurso de admissão

Acredito, no entanto, já estar demonstrado de maneira cristalina que o concurso do IRBr é difícil e liso. É difícil porque é alvo de competição crescente, em particular depois de facultado o uso da internet para a realização da inscrição. O número de candidatos já supera alguns milhares (mais de nove mil, em 2010). Inclui, claro, aqueles que se prepararam com afinco e dedicação, apoiados por professores ou cursos especializados Brasil afora, bem como os que anunciam que "vão fazer Itamaraty", para talvez tentar reparar sua imagem junto a parentes e amigos, como se a mera inscrição no concurso do IRBr pudesse equivaler a estar, enfim, tomando rumo na vida.

O concurso é difícil, também, porque não pode descuidar da seleção de quem, afinal, vai defender e projetar os interesses nacionais no exterior. O rigor na seleção é, além do mais, prerrequisito para assegurar a alta qualidade ao treinamento. Burilar pedras brutas não é tarefa para academias de nível superior. Se a tendência prevalecente for, como espero siga sendo, favorecer o ângulo profissionalizante do treinamento dos jovens diplomatas, não se pode perder tempo com programas de recuperação, de reforço dos fundamentos. Se a ênfase é agora filtrar as abordagens tradicionais da História, da Política, da Economia e do Direito pelo olhar intrigante e desafiador da diplomacia, os conhecimentos de base nessas matérias têm de ser assegurados pelo processo de seleção. Como dizia um embaixador experiente, só pode improvisar quem já entende do assunto. As exigências no concurso de ingresso são, portanto, instrumento essencial para garantir a excelência do diplomata, um processo de elitização, no melhor sentido da palavra, pela via democrática, que é ao que deve aspirar todo concurso público, ao selecionar os melhores, assegurando a todos os candidatos as mesmas oportunidades e o mesmo tratamento.

Além de rigoroso, o concurso é de impecável lisura. As provas são desidentificadas. O número de cada uma delas só é revelado diante de atenta plateia, no momento de cotejar prova por prova com as notas

atribuídas pelos examinadores. Não se conseguiria, mesmo se houvesse alguma instrução explícita — e, como funcionário do Itamaraty há mais de 40 anos, jamais soube de caso que pudesse justificar insinuações nessa linha —, influir no resultado do exame. Daí, quem for aprovado no concurso, o terá sido por méritos próprios. Da mesma forma, quem for reprovado, está convidado a retornar no ano seguinte, para ser mais uma vez tratado em igualdade de condições.

Afrodescendentes e mulheres no Itamaraty

Aproveito para admitir que, apesar da verificação empírica de que a composição das turmas há décadas se vem aproximando do perfil da sociedade brasileira, tendência vitoriosa sob estímulo da crescente democratização dos quadros do Itamaraty, o número de mulheres e de afrodescendentes na carreira ainda está aquém do desejado. Em um caso e no outro, a questão não é de preocupação exclusiva do Itamaraty. Estende-se, em geral, a muitas outras instituições dentro e fora do governo no Brasil.

Ainda como diretor do IRBr, com relação aos afrodescendentes, promovi uma aproximação com a Fundação Palmares, para incentivar o ingresso dos estudantes dessa instituição no Itamaraty. O IRBr evoluiu, depois de minha saída, para assisti-los no custoso processo de preparação para o concurso e hoje dispõe também de exemplar legislação de ação afirmativa em favor desse segmento da sociedade[15]. Convém recordar, porém, distorções do próprio sistema universitário brasileiro. Uma vez, perante estudantes de uma universidade de prestígio em São Paulo, tentava

15 Conforme o edital publicado para o concurso de ingresso em 2011, os candidatos que se declarassem afrodescendentes seriam classificados até a 30ª posição e aprovados na primeira fase do concurso, desde que atingissem o valor mínimo de aprovação exigido para a etapa. Os candidatos afrodescendentes não ficam, portanto, automaticamente aprovados, uma vez que deverão ainda superar as outras três fases do concurso.

eu divulgar as virtudes da carreira e, assim, atrair mais candidatos, quando um jovem afrodescendente me interpelou para alegar discriminação no IRBr. Quem conhecesse a composição das turmas do instituto poderia até dar-lhe razão. O problema era que uma das precondições para a inscrição no concurso estipulava conclusão de curso superior e, olhando em volta naquele enorme auditório, só havia um afrodescendente, o rapaz que me dirigira a pergunta. Ele e eu lamentamos a verificação.

A questão das mulheres é de igual complexidade, por outras razões, porém. De 1938 a 1954, estava vedado o ingresso de mulheres[16]. Foi Maria Sandra Carneiro de Mello (depois Macedo Soares) quem questionou a proibição: inscreveu-se *sub judice* no concurso, foi aprovada e cursou o IRBr; em janeiro de 1954, presenciou a revogação da proibição. Uma batalha havia sido ganha, mas havia outras ainda a travar. Durante muitos anos, os casais formados por diplomatas não podiam ser removidos para ocuparem ambos funções no exterior. Um dos dois tinha de pedir licença e ficar agregado à carreira. Com uma única exceção — a do hoje Embaixador Evandro Didonet e da também Embaixadora Susan Kleebank —, "agregava" o cônjuge feminino do casal. Demorou o Itamaraty a corrigir essa limitação, que resultava, em geral, em discriminação contra a mulher. Quem alterou a legislação foi o Ministro Saraiva Guerreiro, por sugestão do chefe da Administração à época, o Embaixador Alberto da Costa e Silva.

Nos dias de hoje, até em um mesmo posto, marido e mulher, companheiro e companheira, estão autorizados a trabalhar. Não estou seguro de que tudo isso seja do conhecimento público. O número de mulheres nas várias classes da carreira, tanto quanto na chefia de subsecretarias-gerais, departamentos e divisões do Itamaraty, ainda é desnivelado em relação ao de homens, para não mencionar o de mulheres à frente de missões diplomáticas ou repartições consulares. É muito provável que esse panorama se altere em um futuro próximo, como resultado da mudança na relação

16 Antes do Decreto-Lei nº 791/1938, algumas mulheres lograram ser admitidas no Itamaraty, entre as quais Odette de Carvalho, Beata Vettori e Dora Vasconcellos.

dos gêneros na lista de aprovados no concurso de admissão. À época do meu concurso, em fins da década de 1960, era raro uma turma formar-se com mais de 10% de alunas. Em meados da de 1990, a cifra era em torno de 15%. Nos últimos anos, porém, de um total de 532 alunos, as aprovadas somaram 130, ou seja, 23%. Não é a equiparação plena à realidade da sociedade brasileira, mas, se indicar uma tendência, acena com a perspectiva de dias melhores.

"Lembrando da pátria por toda a parte"

Superar as imensas dificuldades, reais e subjetivas, que se enfrentam ao longo do concurso do IRBr leva alguns aprovados a se sentir acima dos reles mortais. Afinal, estão ingressando não só na academia diplomática, mas também na carreira, como terceiros secretários, tornando-se funcionários públicos de ofício (Serviço Exterior), com as vantagens da estabilidade no emprego e da segurança previdenciária que o cargo oferece. A esse quadro objetivo, acresce-se a ilusão, ainda alimentada por alguns, de que ser diplomata significa pertencer ao que seria, se existisse, uma espécie de "boa sociedade".

Atitudes desse tipo têm de ser podadas de imediato. A razão primeira é a de que, apesar de aprovado em um concurso no qual milhares de outras pessoas foram reprovadas, o jovem diplomata ocupa, na carreira, o último lugar na ordem de antiguidade do ministério. E, no Itamaraty, como se verá mais adiante, antiguidade é posto.

A razão mais importante, entretanto, é a de que, ao ingressar na carreira, o diplomata deixa de ser pessoa "física" e torna-se pessoa "jurídica". Os novos diplomatas "serão Brasil" de manhã, de tarde e de noite, dentro e fora das fronteiras. Seus nomes continuarão sendo motivo justificado de orgulho para familiares e amigos. Contudo, na hora de cumprir as funções básicas do diplomata, seus nomes próprios terão relevância apenas cadas-

tral. O lema do Barão do Rio Branco, hoje impresso em bronze na insígnia que leva seu nome, explica tudo, "*Ubique patriae memor*", em português "lembrando da pátria por toda parte".

Não serão o Paulo, o João ou a Ruth que estarão à frente da campanha de lançamento de um produto brasileiro no mercado exterior; tampouco serão o Antonio, a Claudia ou a Ioko que assinarão um artigo de jornal em língua estrangeira sobre a nossa realidade; menos ainda a negociação das questões de interesse na Rodada de Doha haverá de depender da ação pontual de um Roberto, de um Ricardo ou de uma Paula; sem mencionar as gestões junto a autoridades policiais de imigração em países onde os viajantes do Brasil não têm sido tratados com dignidade. O que estará por detrás de cada um desses nomes é a identidade plural do diplomata brasileiro. Os nomes próprios tenderão a diluir-se na memória das demais pessoas; o país de origem do diplomata, jamais.

Ilustro com a experiência que vivi logo que cheguei a Washington. Acabara de comprar um carro e, junto com a placa diplomática, recebi a cobrança do seguro contra terceiros. Paguei sem hesitar, eram, enfim, meus primeiros momentos como diplomata, ainda não tinha ideia do que podia ou não fazer, do que podiam ou não me exigir. Até certo ponto, surpreso com o meu desprendimento ao aceitar pagar o tal seguro sem pestanejar, o vendedor do carro explicou-me que a novidade decorria do acidente que um diplomata do país "x" provocara em plena rua da capital norte-americana, ao atropelar uma senhora cuja recuperação se negara a assistir, em tratamento que se estenderia muito além do que a seguradora dela estava obrigada a cobrir. O caso chegou aos jornais, e se identificaram o nome do diplomata e o de seu país, com adjetivos pouco lisonjeiros[17].

Com o nome do Brasil estampado sobre todo o seu corpo e presente em todos os atos e gestos praticados no país e, sobretudo, no exterior, o diplomata serve ao interesse público, isto é, ele deve servir *ao* público.

17 A partir de então, ato do Poder Legislativo tornou obrigatória, sem exceção, a contratação de seguro obrigatório para carros de passeio.

Quem serve *o* público é garçom, e quem se serve *do* público... Servir ao público significa, pois, servir ao interesse nacional, que é o somatório dos interesses de toda a sociedade, isto é, das autoridades de governo, nas esferas federal, estadual e municipal; dos parlamentares de todos os partidos políticos; dos empresários de firmas grandes, médias e pequenas; dos líderes sindicais e estudantis, e representantes de organizações não governamentais; e de todos os compatriotas preocupados com o desempenho do país no exterior ou que demandam apoio a suas atividades lá fora. Ao servir ao interesse público, volto a ressaltar, o diplomata deixa de ser "pessoa física" para tornar-se "pessoa jurídica".

O Instituto Rio Branco e a socialização da carreira

Adiante, neste ensaio, veremos não só como se desdobram as várias formas de servir ao interesse nacional, mas também os possíveis conflitos que podem surgir entre diferentes agências de governo.

Concentro-me, agora, em outro aspecto, digamos, "subterrâneo" — em oposição a visível, fácil de verificar — da atividade diplomática: a importância do IRBr como instrumento de socialização da carreira.

Não há nada de espetacular em o diplomata brasileiro ter o Brasil como âncora e radar central de seu desempenho profissional. Os agentes diplomáticos de todo o mundo comem, dormem, sonham, respiram os interesses de seus países. Essa é, portanto, uma condição necessária, mas ainda não suficiente, para chegar-se ao patamar de bom diplomata. A meu ver, o que termina por distinguir o diplomata brasileiro é uma forma própria de pensar e agir, em grande medida, tributária da socialização no IRBr.

Por socialização, quero dizer antecipação no treinamento de tudo que possa suceder-se na vida profissional. Há regras escritas e, sobretudo, muitas não escritas ("subterrâneas") no Itamaraty. O fluxo da carreira segue processos peculiares e difíceis de explicar em um só ensaio. O recém-diplomata começa como terceiro secretário para, depois, assumir os cargos de segundo secretário, primeiro secretário, conselheiro, ministro de segunda classe (MSC) e, por fim, ministro de primeira classe (MPC). Os MPCs são chamados de embaixadores ao assumirem a chefia de missões diplomáticas. Contudo, mesmo antes de sair para o exterior, um MPC recém-promovido espera ser tratado como embaixador. Regra não escrita número um: ai de quem preferir ater-se à regra escrita e dirigir-se

a esse diplomata como ministro de primeira classe! Chame-o(a) logo de embaixador(a), antes que ele(a) se ofenda[18].

As regras não escritas são, em geral, a tortura dos iniciantes. Contam o seguinte caso que, verdadeiro ou não, haverá de servir para ilustrar a questão. Um grupo de diplomatas, de diferentes níveis hierárquicos — digamos, três secretários, um conselheiro e um embaixador —, aguardava a chegada do elevador, em algum lugar do Itamaraty. As portas por fim abriram-se, e um dos jovens secretários, gentil e educado, mais do que depressa convidou o embaixador a entrar primeiro. Foi quando o diplomata mais experiente corrigiu: "Obrigado, meu filho, mas precedência só dá quem tem, portanto eu é que o convido a passar na frente."

Ordem de precedência

E o que é ordem de precedência? É o mesmo que ordem de importância? Ordem de precedência é a ordem dos funcionários civis e militares nas respectivas classes da carreira; dos embaixadores no exterior, de acordo com a data de apresentação de suas credenciais ao chefe de governo local; dos ministros de Estado, segundo a ordem de criação das pastas que ocupam; e de muitos outros critérios, que podem até levar em conta a idade do convidado[19].

Existem documentos legais que disciplinam a ordem de precedência da República, mas não seria útil citá-los. As mudanças na avaliação das muitas funções de governo, nas quais o sobe e desce na hierarquia do poder

18 No caso das mulheres promovidas a MPC, é preciso ter cuidado para não confundir embaixadora com embaixatriz. A primeira, de carreira ou nomeada, é ocupante da chefia da missão diplomática; a segunda é cônjuge do embaixador.

19 Por exemplo, levando-se em conta apenas o Itamaraty e as três Forças Armadas, a ordem de precedência entre eles é Exército, Marinha, Itamaraty e Aeronáutica, segundo a ordem cronológica de criação dos respectivos ministérios. Em termos de cargos, a ordem de precedência é:

é constante, e as sucessivas reformas dos órgãos da Administração Pública terminam por atribuir ao chefe do Cerimonial, seja da Presidência da República, seja do Itamaraty, a ingrata tarefa de arbitrar quem se senta em que lugar à mesa de um almoço, quem integra em que posição uma fila de cumprimentos ou quem posa ao lado de quem na foto da equipe de governo. Até mesmo a disposição dos passageiros pelos assentos de um carro tem de seguir a ordem de precedência, em se tratando de autoridades.

Ordem de precedência leva em conta, enfim, a antiguidade dos cargos e dos órgãos, não a importância das pessoas que os ocupam nem o tamanho de seus egos. Uma vez, no Itamaraty, ao ter início um banquete para muitos talheres, no qual o presidente da República do Brasil homenageava colega seu da América do Sul, um ministro de Estado interpelou o funcionário do Cerimonial, para reclamar da mesa que lhe tinham reservado, e ouviu: "Ministro, seu lugar à mesa está correto. Ali — apontou com queixo para frente — estão apenas os titulares das pastas criadas antes do seu ministério, e aqui — olhou para trás — os das pastas criadas depois do seu."

Essa discussão torna-se tão mais relevante porque normas, regras e práticas do Cerimonial não são instrumentos exclusivos dos diplomatas.

General de Exército	Almirante de Esquadra	Ministro de Primeira Classe/Embaixador (apresentou credenciais)	Tenente Brigadeiro do Ar
General de Brigada	Vice-Almirante	Ministro de Primeira Classe/Embaixador (não apresentou credenciais)	Major-Brigadeiro
General de Divisão	Contra-Almirante	Ministro de Segunda Classe	Brigadeiro
Coronel	Comandante de Mar e Guerra	Conselheiro	Coronel
Tenente-Coronel	Comandante de Fragata	Primeiro Secretário	Tenente-Coronel
Major	Comandante de Corveta	Segundo Secretário	Major
Capitão	Capitão	Terceiro Secretário	Capitão

Elas são em geral essenciais na vida de muitos profissionais, até mesmo quando organizam almoços ou jantares em sua própria casa. Nesse ambiente mais íntimo, a casa, alguns poderiam pensar poderem sentar-se os amigos do anfitrião bem perto deste, e o resto dos convidados pelos espaços que sobrassem à mesa.

De saída, os organizadores do evento teriam de aprender com o Presidente Tancredo Neves, político mineiro de particular sensibilidade, para quem a expressão "o resto", designando as outras pessoas, deveria ser sempre evitada, por ofensiva. Em seu lugar, impõe-se o uso de "os demais", que não choca e, ao mesmo tempo, identifica à perfeição os convidados aos quais nos queremos referir.

Superado esse primeiro possível tropeço, a distribuição dos convidados (tanto amigos quanto os demais) terá de seguir a ordem de precedência. Para isso, há regras escritas, desenvolvidas, adaptadas e modernizadas ao longo dos séculos, aplicáveis de ambiente imperiais a salões republicanos, de eventos oficiais a ágapes privados, todos seguindo, porém, uma mesma orientação: o bom senso. São regras feitas para homenagear autoridades e celebridades, não as ofender.

Em um jantar na residência de uma alta autoridade, um embaixador europeu decidiu retirar-se, depois de verificar que seu lugar à mesa estava distante da precedência a que tinha direito pela antiguidade naquela capital (data de apresentação de suas cartas credenciais). Um assessor do dono da casa tentou demovê-lo de partir e rogou:

— Não dá para o senhor relevar o infeliz incidente desta vez?

Ao que o embaixador, já próximo à porta de saída, respondeu:

— De minha parte, sem dúvida, o problema é que minha rainha nunca me perdoaria.

As regras de precedência aplicam-se a várias situações, muitas do próprio dia a dia. Por exemplo, o ritual de uma conversa ao telefone. Um

funcionário de hierarquia mais baixa não pode chamar colega mais graduado por intermédio de uma secretária. Ressalta-se o caso da ligação feita para telefone celular. Como é fácil de prever, atenderá a chamada o titular da linha, que não é outro senão o funcionário de hierarquia mais alta que terá, agora, de aguardar o jovem colega dignar-se a vir ao telefone. Cuidados desse tipo devem estender-se às comunicações entre todos os funcionários do governo, sobretudo de parte dos diplomatas, em princípio mais familiarizados com as regras de precedência. Um secretário (DAS-6) ou um chefe de departamento (DAS-5) não podem apreciar chamadas de conselheiros (DAS-4) ou secretários (DAS-3 ou DAS-2) via suas secretárias, por mais simpáticas que sejam. Quem aguarda o interlocutor ao telefone é, claro, o funcionário de mais baixa precedência.

O cotidiano do diplomata

Outra questão "subterrânea" da maior importância para a atuação do diplomata é a pontualidade. Diria mesmo, para o funcionamento de todos na sociedade. Não existe falta de respeito mais patente do que chegar atrasado, salvo razão de força maior — mas de força maior mesmo. As razões para evitar os atrasos variam desde uma questão de educação — deixar alguém plantado à sua espera — até considerar os possíveis compromissos que a pessoa poderá ter engatado, logo após este, que já deveria, aliás, ter começado há algum tempo, se seu interlocutor tivesse tido a gentileza de chegar à hora combinada. No entanto, para mim, a formulação mais convincente contra o atraso é a dos japoneses, povo por todos reconhecido como um dos mais bem-educados do mundo. No Japão, estar atrasado é dizer à outra pessoa que você se sente superior a ela. É definitivo, não?

Trazendo a discussão para a carreira diplomática, provoco. Considerem um jovem secretário em uma embaixada no exterior. Seu chefe informa que oferecerá jantar para o chanceler local no dia tal, às tantas

horas, e convida o colega para estar presente — convida é termo de cortesia, pois, vindo do chefe do posto, o convite é o mesmo que convocação. De toda forma, com justa razão, o jovem secretário se sentirá envaidecido, e não é para menos. Comparecer a acontecimento social que decerto congregará as mais altas autoridades dos meios diplomáticos, parlamentares, jornalísticos e empresariais do país onde se está trabalhando é uma distinção. Só naquela noite, o funcionário haverá de economizar muita sola de sapato. Vários dos interlocutores mais cobiçados por diplomatas de quase todas as embaixadas estarão a meio palmo de distância. Não será difícil abordá-los. Pode, portanto, o convidado começar a elaborar sua lista de temas de assuntos a tratar, dúvidas a esclarecer, projetos a plantar etc. Fantástico!

Muito bem. A que horas se deve chegar ao jantar? À hora marcada. Errado. Junto com os demais convidados, para não incomodar. Dois equívocos em uma única resposta. Então antes de começar? Certo, desde que se saiba por quê. Ao chegar antes, o diplomata terá condições de ajudar o embaixador a receber os convidados. Aliás, adianto que antes, durante e depois do jantar o diplomata terá também de assistir o embaixador a entreter os convivas. Ele jamais deve restringir-se a uma roda com outros colegas de serviço, para não mencionar aboletar-se no melhor sofá da sala, para tirar o peso da noite dos pés. É sempre importante lembrar que o convite não foi para divertir-se, foi para trabalhar. Logo, primeira providência: "Embaixador, a partir de que horas o senhor acha que poderei ser útil?"

Regras "subterrâneas"

A socialização no IRBr introduz os jovens diplomatas a regras "subterrâneas" da carreira. Não surpreende que, em geral, a primeira reação seja tachá-las de ridículas, na base de que, na democracia moderna, não há mais

espaço para esse tipo de convenções. Suponhamos, então, que um empregado de uma firma qualquer convide o chefe para jantar em casa, na companhia da ilustríssima senhora. A avaliação do anfitrião é a de que o casal convidado não demanda rapapés. Portanto, o anfitrião e seu cônjuge substituem o vinho pela cerveja, oferecem uma caninha sensacional e, em gesto de máxima espontaneidade, capricham no trivial simples, para que os convidados se sintam, de fato, em casa. Na hora de passar à mesa, diriam, em coerência com todos os preparativos: "Olha aí, galera, fiquem à vontade, a casa é de vocês, tá?" Transcorrendo assim a noite, ou algo parecido, confesso não ter a menor curiosidade em saber como será seu futuro na referida empresa.

Em outro cenário, um embaixador informou a um jovem secretário que o Deputado Fulano de Tal chegaria em 10 minutos e pediu-lhe o favor de esperá-lo na portaria da embaixada e levá-lo a seu gabinete.

— Pois não, embaixador, assentiu o diligente diplomata, e para a portaria partiu.

Em pouco tempo, voltou, abriu a porta do gabinete do embaixador e anunciou:

— O deputado já chegou.

Seu chefe retrucou:

— Não chegou, não.
— Chegou sim, eu mesmo o trouxe, está aqui na sala de espera.
— Não, não chegou.
— Chegou, sim.
— Não chegou, porque se tivesse chegado, você estaria com o botão da frente de seu paletó atacado.

O diplomata demorou segundos para recompor-se, retrocedeu alguns passos, abotoou o paletó, recuperou o visitante na sala ao lado e de novo anunciou:

— O deputado já chegou.

E o embaixador mais do que depressa acrescentou:

— Muito obrigado, meu filho, não o faça esperar, que entre logo, por favor.

O princípio a nunca esquecer é o de que a diplomacia é tanto forma como conteúdo, o que, aplicado ao caso acima, resulta em não desconsiderar as regras de cortesia e boa educação. Antes de entrar em uma sala, sendo você um diplomata brasileiro, sua reputação já lhe antecedeu. Ela começa, no imaginário das pessoas, com a reconhecida competência que esperam que revele não só na discussão dos temas a serem abordados, mas também na certeza de que as informações e as reflexões que você houver por bem expressar serão decerto úteis e interessantes — para não mencionar que, se a conversa derivar para alguma questão conflitiva ou polêmica, deverão ser suas as propostas de solução mais criativas e harmoniosas. Essa expectativa complementa-se com a de civilidade de conduta e gentileza de gestos. Entrar em um ambiente de trabalho ou dirigir-se a uma autoridade, nacional ou estrangeira, de paletó aberto significa que você é ou um agente de segurança que precisa ter acesso desimpedido à sua arma ou que não foi bem treinado. O diálogo a se iniciar poderá estar comprometido por essa primeira impressão, decepcionante, para dizer o mínimo.

O estrito cumprimento dessas regras, por muitos vistas como frívolas, é recomendável porque, entre outros, desde cedo na carreira, o diplomata brasileiro "tropeça" em autoridades. Dependendo de suas primeiras funções — por exemplo, em uma área geográfica que se ocupe de um país cujo chefe de Estado ou de governo esteja em visita oficial ao Brasil —, pode ocorrer que um diplomata ainda iniciante na carreira seja incluído em reuniões de trabalho com a presença dos altos dignitários, na condição de tomador de notas das conversas, lado a lado com vários ministros que as pessoas em geral só veem em reportagens de televisão. Cabe ou não esperar que o diplomata se prepare também no plano das "frivolidades", para atuar, de maneira conveniente, em situações profissionais desse tipo?

Cabem, aqui, alguns outros comentários, antes de voltar às funções básicas do diplomata. O primeiro diz respeito ao que se deve fazer com o chefe do posto e seu cônjuge, ao chegar removido ao posto ou mesmo em razão de visita de trabalho. Apresentar-se, tão simples quanto isso. A chegada do funcionário terá sido anunciada por comunicação da SERE do Itamaraty, em Brasília. Ao retornar à SERE, senão ainda na cidade onde se realizou a reunião ou o seminário, deverá seguir um telegrama para dar conta do que ocorreu. Só então o chefe do posto vai inteirar-se da passagem do colega por seu posto. Ele "só" é o representante do presidente da República naquele país. Tem, portanto, o direito — e o dever — de saber o que está acontecendo no quadro das relações do Brasil com aquele país ou, se for o caso, no encaminhamento de alguma questão multilateral, a respeito da qual sempre poderá ser chamado para fazer alguma gestão junto ao governo local. E não mereceria a gentileza, de parte do diplomata em viagem de serviço, de um gesto de apresentação?

Essa regra deve estender-se tanto a funcionários de todas as agências do governo quanto aos demais brasileiros que estejam em viagem de serviço ao posto, conduta que pode ser mais difícil de controlar.

Representante da nação brasileira

Depois de passar pela arguição no Senado, que chamamos de sabatina, mais do que representante do presidente da República — como se fosse pouco —, o embaixador torna-se, na verdade, representante da nação brasileira. Se esse argumento ainda não é suficiente para justificar uma visita de cortesia, tratemos da questão de um ponto de vista pragmático. Quem conhece, ou deve conhecer, tanto as autoridades locais quanto os hábitos e os costumes recomendáveis a seguir são o embaixador e seus assessores, que têm, aliás, a visão de conjunto da política, da economia e das oportunidades de negócios do país em questão. Como veremos em

capítulo a seguir, às vezes a solução ou o encaminhamento favorável de uma causa de interesse para governo ou setor privado brasileiros pode avançar mais se for articulada com outros projetos em curso, na base de um ajudar o andamento do outro. E quem melhor do que o embaixador e seus assessores para identificar esse potencial de barganha? Se ainda assim não proceder a visita de cortesia, esgotaram-se os argumentos do bom senso. Voltemos ao ponto anterior.

Quando o diplomata chega removido ao posto, as deferências são mais fáceis de compreender. Começam no momento em que se publicou a remoção, por meio de carta ou *e-mail* ao embaixador, com informações como as que se seguem: (a) data de publicação da remoção; (b) a honra de trabalhar sob a orientação do futuro chefe; (c) a situação de família — estado civil e filhos, se houver; (d) a trajetória na carreira e as áreas de maior experiência; (e) a disposição de atuar com dedicação e denodo em qualquer função que lhe venha a ser atribuída; e (f) os planos de viagem, como a data de desligamento de onde se estiver, os prazos de chegada etc. Grande parte dessas informações não será novidade para o chefe do posto, afinal, a Administração sempre o consulta antes de processar a remoção de um candidato àquela embaixada ou àquele consulado; no entanto, estamos falando do conjunto de boas maneiras que costuma envolver o rito das relações humanas.

Se ambos o removido e o chefe do posto tiverem cônjuges, outra carta será enviada, com as devidas adaptações, com o acréscimo obrigatório do oferecimento de préstimos, caso o cônjuge do futuro chefe queira encomendar algo do país de onde estiver partindo o diplomata ou o casal.

Não resisto a abrir um parêntese para abordar outra situação bem mais delicada. O cônjuge do diplomata tem funções a cumprir, durante a missão, nos sábados, domingos e feriados, e à noite? Não respondam com impulsividade. Explorem, primeiro, algumas considerações de base. Por exemplo: por que o diplomata está naquela cidade? Resposta imediata: porque ele foi removido para aquele posto. O que significa atuar como

diplomata no exterior? Acho que já tocamos na resposta a essa pergunta, mas sempre se pode ressaltar que, na essência, ele está a serviço do Estado, do interesse nacional, e que o desempenho dessa função desconhece limites quanto ao oficial e ao privado, bem como sua incidência em dias da semana ou em horários noturnos.

Ilustro com uma das regras do Código de Ética do Servidor Público Civil e Poder Executivo Federal[20], documento que, como é natural, privilegia o ângulo da probidade no trato da coisa pública, mas que se aplica à discussão em curso e estabelece: "A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor." E conclui: "[...] Os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão acrescentar ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional", conclusão que eu parafrasearia substituindo "o seu bom conceito na vida funcional" por "a boa imagem do país no exterior", se falarmos da atuação do diplomata.

De qualquer maneira, sejamos práticos e tratemos de casos concretos. Como deverá comportar-se o cônjuge de um diplomata diante de uma obrigação profissional em conflito com outro compromisso já assumido? É questão delicada. Comecemos pela circunstância de que o cônjuge seja estudante de algum curso — de Física Nuclear a decoração de bolos — ou, ainda, que se ocupe de crianças sem apoio de terceiros e que justo nos mesmos dia e horário do coquetel, do vernissage, do concerto de música, da mostra de cinema patrocinados pela embaixada ou, pior, do jantar de lugares marcados em homenagem a uma personalidade do Brasil ou do governo local sobrevenha a conveniência de favorecer o compromisso acadêmico ou familiar, para não mencionar questões de saúde. No passado, o comentário corrente nos corredores da embaixada seria: "Que pena, seu cônjuge vai ter de cancelar a agenda pessoal e comparecer ao evento do embaixador." Hoje, diante da ascensão social da mulher

20 Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, anexo, capítulo I, seção I, Das regras deontológicas, VI.

na sociedade brasileira, que a situa, de forma crescente, em posições há pouco tempo reservadas ao homem, não há como impor o que quer que seja, mesmo em nome do interesse do serviço público. O psicólogo social francês Gustave Le Bon resumiu a questão: "Muitas pessoas são dotadas de razão, muito poucas de bom senso."

O bom senso tem de prevalecer, tanto mais que há outros casos ainda mais complexos. Um diplomata brasileiro em um país africano é casado com uma funcionária de um organismo internacional, operando ambos na mesma cidade. E aí? Na eventualidade de a agenda de trabalho do cônjuge feminino recomendar a presença do diplomata brasileiro, aplicar-se-iam os mesmos critérios de primazia, válidos para a situação clássica de compromissos sob os auspícios da embaixada? A meu juízo, sem dúvida que sim, porque a prevalência é do profissional sobre o pessoal, o que, claro, pode ocorrer na vida de qualquer um dos dois funcionários.

São situações como essas, ao lado de tantas outras na atividade diplomática, que recomendam aplicação inspirada no bom senso. Sempre haverá maneira de encontrar-se a melhor solução para acomodar, de modo satisfatório, os interesses em questão. O primado da agenda do embaixador e do cumprimento dos deveres e das obrigações do diplomata, como servidor público, sobrepõem-se a motivos frívolos ou caprichosos. Nas outras situações, vale, de parte a parte, o ensinamento maior do Chanceler Azeredo da Silveira: "Tudo considerado, nunca se esqueça de ser feliz."

Embaixada de plantão

Passemos agora a tema menos polêmico, a apresentação ao novo chefe no exterior. A carta ou o *e-mail* enviados deverão gerar alguma resposta — caso contrário, seu futuro chefe é mal-educado, mas isso, claro, nunca acontece. Ao chegar, portanto, ao posto, já se terá estabelecido um primeiro contato, que permitirá ao diplomata se apresentar, de imediato,

ao embaixador e, por intermédio dele ou de sua secretária, verificar a melhor hora de o cônjuge não diplomata fazer uma chamada telefônica à residência do chefe do posto, para programar uma visita de cortesia. A partir daí, a química e a civilidade entre as pessoas comandarão as relações. Dependerá de cada um dos lados estimular meios e maneiras de desenvolver contato harmonioso e cordial, no qual pese a inevitável distância protocolar. O envio de flores ou de caixas de chocolate é de rigor — será necessário, apenas, extrair da secretária do chefe um par de confidências: o tipo de flores preferido pela embaixatriz e/ou se ela já desistiu da dieta para emagrecer.

A frase, que se pretendia irônica, de que "chefe nunca é mal-educado", acaba, numa segunda análise, por revelar alguma verdade — lamento que seja pelo comportamento de alguns diplomatas de minha geração. Como vimos, ordem de precedência consiste de um protocolo básico que codifica a educação profissional. O exemplo concreto, que me permitirá, inclusive, recordar colegas meus do que não devem continuar fazendo, refere-se a recebimento no aeroporto. Alguns embaixadores já perderam o cargo por não terem estado no aeroporto quando da chegada de uma alta autoridade brasileira. Portanto, tratemos de casos mais chãos.

No Itamaraty, a liturgia implica que o ministro de Estado, o secretário-geral e os subsecretários-gerais estejam acima na hierarquia em relação aos embaixadores em posto[21]. Portanto, ao chegarem ao aeroporto, essas autoridades devem ser recebidas pelo chefe do posto. É um ensinamento importante para os demais diplomatas que aspiram, um dia, a chegar a cargo de chefia. Aplicando a equivalência com os demais ministérios, os titulares das pastas, seus secretários executivos e seus secretários devem merecer o mesmo tratamento de seus colegas do Itamaraty. Como subsecretário-geral de energia e alta tecnologia, uma única vez fui recebido no aeroporto pelo embaixador.

21 A exceção ocorre diante da presença de alta autoridade do país em que está acreditado o embaixador, situação na qual o subsecretário-geral lhe cede o lugar na precedência.

Em algumas capitais (Tóquio, por exemplo), a ausência justifica-se, tendo em vista a distância de 70 km entre a cidade e aeroporto de Narita e o provável tempo do deslocamento (uma hora e meia de ida e, claro, o mesmo tempo na volta). Nova York durante o período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e outras cidades em que se realizam reuniões multilaterais com particular frequência também poderão ser incluídas na lista de exceções; outras, porém, não. Já desembarquei em duas importantes capitais europeias, acompanhando visita oficial de ministros de Estado e verifiquei, pasmo e constrangido, a ausência do chefe do posto no aeroporto. A conduta já revela esgarçamento preocupante das boas práticas da Casa, que começam conosco, os colegas, mas que se estendem, sem exceção, a autoridades de outros ministérios. Não podemos esquecer, todos têm ego.

Mais consequente do que o recebimento no aeroporto, pelo menos do ponto de vista profissional, é o acolhimento na embaixada das missões integradas também por representantes de outras agências de governo, parlamentares, empresários, acadêmicos, jornalistas, entre outros. É provável que quem chega pela primeira vez em uma dada cidade precise de alguma introdução à vida política do país, para o que a visão do embaixador ou de algum assessor poderá ser muito útil aos visitantes. Poderá, também, ser aconselhável repassar o essencial dos temas a tratar e a melhor estratégia a seguir nas conversas com as autoridades locais. O primeiro item da agenda de missões de trabalho ao posto deve ser, portanto, a visita à embaixada, seja para um encontro de cortesia com o embaixador — e, de acordo com os códigos do Itamaraty, encontros de cortesia são um eufemismo para conversas de trabalho sem, no entanto, uma mesa à frente —, seja para uma reunião formal sobre os tópicos da agenda.

Se este é o primeiro compromisso da missão visitante, o último deveria ser um coquetel, na embaixada, de confraternização entre as autoridades brasileiras e seus interlocutores locais, grupo a que sempre se poderão somar outros convidados, como congressistas, jornalistas, acadêmicos, para ampliar e amadurecer as relações entre personalidades dos

dois países. O coquetel torna-se ainda mais importante quando se trata de visita de delegações negociadoras. Em geral, as complexidades técnicas dos temas agendados sempre exigem mais tempo de discussão do que o previsto pelo calendário de reuniões. Encerrar o encontro sem acordos pode dar a impressão de fracasso, sobretudo quando, na maioria das vezes, o que falta mesmo são arredondamentos de última hora, de caráter mais político do que técnico, o que se pode alcançar no ambiente distenso e amigável de um coquetel.

Consciente da importância do apoio que a embaixada deve dar à presença dos visitantes, o Embaixador Marcos Azambuja, quando chefiava o posto em Buenos Aires, instruía que se organizasse todas as noites um coquetel de plantão. Para qual missão? Às vezes, mais de uma. O clima de confraternização entre brasileiros e argentinos ampliava-se, em claro benefício do estreitamento das relações bilaterais.

Regras de apoio

Conviria cuidar de uma questão menor, mas, nem por isso, sem importância: cartões de visita e assemelhados.

Em cada país, há modelos de tamanho, tipo e relevo de letra a seguir. Sugiro os mais simples e papel branco de muito boa qualidade. Tenha uma variedade de cartões, para usos diferenciados. O mais comum exibirá apenas o nome no centro, nada mais, a ser usado em situações ou lugares nos quais ou não é importante ou você não quer — ou não deve — ser identificado como profissional. Por exemplo, quando enviar flores ou caixa de bombons à embaixadora ou à embaixatriz, use esse cartão pessoal. Recordo, mais uma vez que, em diplomacia, forma e conteúdo são inseparáveis. O rito da cortesia é uma das chaves para o êxito das relações pessoais, mesmo quando envoltas em razões profissionais.

Outro modelo de cartão incluirá todas as informações do diplomata, como cargo, função, endereço, telefone, celular, fax etc. Há ainda o cartão com duas abas, em cuja capa se identificarão "Sr. e Sra. Fulano de Tal", ou "Fulana de Tal" na parte superior e "Sicrano de Tal" abaixo, se o casal tiver optado por manter os nomes individuais, mesmo após relação estável. São cartões muito úteis, para responder a votos de Natal, anunciar acontecimentos, enviar *pour-mémoires* de almoços e jantares[22].

Tudo o que vimos sob o tema da socialização é comum a outras academias diplomáticas. As academias de preparação de diplomata em países desenvolvidos são, no fundo, centros de treinamento em práticas e técnicas do serviço, que vão desde ensino de idiomas a aulas de redação; de técnicas de negociação a funcionamento de células de crise; de regras de cortesia a preparação de discursos. As instituições acadêmicas das quais procederam os alunos naqueles países já os equiparam com conhecimentos de base, necessários para lidar com a ampla agenda das relações internacionais. Ali, na academia diplomática, caberá apenas burilar o ofício, e por pouco tempo. Cedo, os aprovados em seus respectivos exames de seleção já serão postos à disposição da chancelaria, e, a partir daí, o treinamento terá ênfase profissionalizante e na mesa de trabalho (*on the job*).

Na Grã-Bretanha, por exemplo, nem academia diplomática há. Tudo — isto é, apenas três meses de apresentação e circulação pelas áreas de trabalho do *Foreign Office* — é coordenado pelo Departamento de Pessoal. Aliás, o próprio exame de seleção é bem peculiar. Não são aplicadas provas cognitivas. "Por que no Brasil há provas de História, Direito e Economia no concurso?", perguntou-me o diplomata britânico encarregado do processo de seleção da chancelaria. Justifiquei com nossa prática — penso que não o convenci, e seguimos conversando. Ele explicou-me que o filtro central na escolha de funcionários para todo o serviço público britânico era, primeiro, entrevistas várias e, depois, testes de lógica, como:

22 Feito e aceito o convite para alguma função social, só cabe enviar ao convidado um lembrete com os dados do evento, como data, hora, traje e, lógico, endereço. Daí o nome "*pour-mémoire*".

"John tem dois vizinhos. Das afirmações a seguir, qual ou quais lhe permitirão concluir se John mora antes, no meio ou depois de seus vizinhos?" Uma vez aprovados, os jovens futuros funcionários públicos escolhem os órgãos nos quais estimam trabalhar e, após nova bateria de entrevistas, são distribuídos, segundo a avaliação dos entrevistadores, isto é, o interesse da Administração britânica.

No *Foreign Office*, iniciado enfim o trabalho, cada jovem diplomata tem dois monitores, um funcionário do Departamento de Pessoal e, sempre, o chefe imediato, os quais, ao cabo de reuniões periódicas, para comparar avaliações, têm de confirmar a lotação do funcionário na unidade em que estiver ou propor-lhe treinamento adicional específico para corrigir alguma deficiência no desempenho profissional, como reforço em idiomas ou em redação oficial etc. Quando visitei a instituição, em 1995, a verba orçamentária reservada apenas para treinamento era quase 15 vezes superior à de todo o IRBr, sendo metade exclusiva para o ensino de línguas, razão pela qual o professor de Azeri citado anteriormente pôde ser contratado em tempo recorde.

Em compensação, em outra capital de país desenvolvido, nem tudo eram flores. A academia diplomática funcionava sobre rodas, era eficiente, bem equipada, com instrutores fantásticos e material didático de apoio de primeira linha. Os diplomatas treinados aterrissavam nas repartições da chancelaria e, mais tarde, nas missões diplomáticas do país no exterior em condições de atuar com grande proficiência. Acontece que, como o breve período de treinamento favorecera habilidades profissionais sem cuidar dos alicerces de uma carreira nem da socialização na academia diplomática, 25% dos jovens diplomatas que retornavam de seu primeiro estágio no exterior mudavam de emprego, muitas vezes no próprio serviço público, transferindo-se para outras agências do governo. No Itamaraty, a quantidade de jovens diplomatas que deixaram a carreira nos primeiros momentos da vida profissional, acredito, não deve ter ultrapassado o número absoluto de 20 desde que entrei no ministério, em 1968.

Outra regra que o IRBr explora é não confundir informalidade com intimidade. A questão central é definir o tipo de tratamento a ser reservado às pessoas.

Em países de língua inglesa, tudo se simplifica pelo uso do *you*, que serve tanto para você quanto para senhor. Na Espanha, é mais curioso, porque o *usted* é usado hierarquicamente, de cima para baixo, isto é, do chefe para o subordinado; no entanto, também é utilizado de baixo para cima, como demonstração de respeito. Entre iguais, porém, o tratamento é *tú*. O problema é definir quem é igual a quem. Logo que cheguei a Madri, como conselheiro, dirigi-me a um experiente embaixador espanhol e, claro, usei o *usted*. Ele me corrigiu. Passei a tratá-lo por *tú*, mas nunca abandonei o *embajador*. A frase soava estranha, "*Embajador, tú*...", mas não tinha saída, esse era o código local. Na França, a regra é bem mais simples. Se não conhece o interlocutor, o tratamento é *vous*. Nas relações rotineiras, também usa-se o *vous*. Ouvi jovens casais de namorados se chamarem por *vous*. No Japão, onde a informalidade não existe, até na academia que frequentava, todos acrescentavam o *san* (senhor, em português) ao final do sobrenome, moços ou velhos.

Não faz sentido na vida profissional do diplomata o tratamento informal. No Itamaraty, uma das regras não escritas ("subterrâneas") é a de que, tendo conhecido o diplomata como até primeiro secretário, pode-se tratá-lo utilizando o pronome você. Caso contrário, usa-se senhor, até o diplomata mais graduado liberar. Alguns ministros e até embaixadores pedem logo de início para ser tratados pelo pronome você. Como regra geral, porém, estimo que confundir os planos pessoal e profissional é dos maiores equívocos não só no Itamaraty, mas também na vida.

Conta-se uma história a respeito de um jovem chanceler brasileiro ter convidado a Brasília, logo no começo de sua gestão, ex-ministros das Relações Exteriores e ex-secretários-gerais (sob a chefia de alguns já havia trabalhado) para trocar ideias sobre as linhas mestras da política externa do país. Antes de sentarem-se à mesa, a conversa fluiu amistosamente e, às vezes, de maneira até íntima, com perguntas sobre membros da família

de uns e de outros. Começada a reunião, no entanto, o anfitrião agradeceu a presença de todos, repetiu o objetivo do encontro e ofereceu a palavra. O primeiro a intervir foi o ex-chanceler mais velho entre os presentes, que começou: "Senhor ministro, Vossa Excelência muito nos honrou com o convite para [...]" Quem não entendeu as razões da mudança de tratamento, não entendeu coisa nenhuma acerca das tradições do Itamaraty, da vida diplomática em geral.

Viver no exterior

No IRBr, antecipa-se também outra regra "subterrânea" da carreira: viver no exterior. Viajar é uma delícia. Quantos sacrifícios e contas as pessoas fazem em seus orçamentos domésticos para conhecer as cidades e os locais de seus sonhos? Viver lá fora, entretanto, é muito diferente. No caso dos diplomatas, a passagem de ida não tem a data de volta. Em geral, a permanência em cada posto é de dois a cinco anos, variação que acompanha as dificuldades de vida ou as necessidades de serviço. Ao imponderável, portanto, do tempo da estada, acrescem-se a nem sempre fácil experiência de viver longe dos familiares, a sofreguidão de comunicar-se em idioma diverso (às vezes sequer pronunciável de início) e, para mim, o pior, sentir dor, por exemplo, na cadeira do dentista, em espanhol, francês, inglês ou sei lá que outra língua.

O maior desafio de viver no exterior, contudo, é resolver o aparente conflito entre dois tipos de vida a levar. O primeiro, mais seguro, é envolver-se com as questões de trabalho e não com as pessoas. De acordo com essa opção, o diplomata é um beija-flor, usufrui de tudo o que o país oferece, desde o aprendizado profissional até a ida a museus, salas de espetáculo e sítios turísticos mais recomendáveis, mas mantém com a gente local a mais cordial, embora contida, relação. Qualquer que seja a crítica a essa atitude, dói muito menos na hora das despedidas. O segundo tipo é o

de quem mergulha fundo na vida do país, o que inclui toda a programação do beija-flor e mais os conhecimentos pessoais que puder entreter.

Optei pelo segundo tipo de conduta e considero-me gratificado. Minhas relações em Madri, por exemplo, eram diversificadas e incluíam um grupo de artistas que pensavam e funcionavam de maneira alternativa. Costumavam reunir-se em um restaurante que permanecia aberto até altas horas da noite, conveniência que se enriquecia com a presença regular, entre outros, de Rafael Alberti, o maior poeta espanhol da época, e Cristina Almeida, advogada dos *etarras* (da ETA[23]). Já tendo sido removido para Brasília, retornei a Madri na condição de funcionário do Cerimonial e aproveitei, depois do jantar de gala que os reis ofereceram ao casal presidencial brasileiro, para rever meus amigos no restaurante de sempre. Claro, entrada a noite, preferi não passar pelo hotel para trocar de roupa, e cheguei de casaca e condecorações. Um grupo de pessoas tentava ler os preços no cardápio afixado à porta do restaurante, para decidir se entrariam ou não. Quando me viram, exclamaram: "Só louco, olha a roupa desse aí, imagine os preços, vamos embora." Nunca me arrependi de ter mergulhado de cabeça na vida dos países em que servi. Até hoje, guardo recordações e amizades belíssimas.

Não dá para esgotar os temas que se recomendam abordar no IRBr, para melhor formar o diplomata, tanto nos momentos iniciais da carreira quanto mais tarde, por conta de atualizações e aperfeiçoamentos pontuais. Sempre mais atento ao que a instituição pudesse antecipar aos jovens diplomatas, no plano profissional, insisti para que o curso de preparação se dividisse em duas etapas. A primeira trata pela óptica diplomática as matérias de ensino mais recomendáveis; e a segunda, de caráter mais profissionalizante, é também dividida em duas fases: uma em Brasília, a outra no exterior.

A etapa de Brasília estendia-se por cerca de oito meses, durante os quais os jovens diplomatas trabalhavam em unidades do ministério que

23 Refere-se a "*Euskadi Ta Askatasuna*", "Pátria Basca e Liberdade", em português, grupo que buscava a independência do país Basco pelo uso das armas.

se ocupassem de temas políticos, econômicos, culturais, consulares e administrativos. Cada diplomata teria de passar cinco semanas em unidades do Itamaraty que tratassem dessas matérias. O objetivo não era produzir especialistas, pois, em função do prazo limitado que tinham, seriam, sem sombra de dúvida, apenas amadores. O objetivo era fazê-los conhecer, ainda que de maneira introdutória, a diversidade do trabalho da SERE. Cada chefe de divisão era responsável pela definição das tarefas a serem cumpridas e, ao cabo do estágio, a avaliação do desempenho incluía: (a) a capacidade de bem escrever e a de bem relacionar-se com colegas e subalternos; (b) a disposição para cumprir missões e a iniciativa para atividades que não tivessem sido encomendadas de modo expresso; (c) o interesse pelos temas novos; e (d) o respeito aos horários e às normas gerais de funcionamento da unidade. As avaliações teriam de ser transcritas em formulário próprio, concebido por firma especializada em gerência de pessoal, ligada à Fundação Getúlio Vargas.

Os três meses seguintes eram cumpridos no exterior. Como as turmas durante minha gestão eram de, no máximo, 35 alunos, centrei-me na América do Sul e no México, cuidando para que, em todos os estágios, um mês fosse reservado à prática consular, caso existisse consulado na cidade ou no setor competente nas embaixadas.

De novo, ninguém sairia pronto para assumir função diplomática consular nenhuma apenas com a curta exposição em nossas missões no exterior. No entanto, todos poderiam verificar, do outro lado da linha, como as instruções da SERE eram recebidas, como se cobravam novas instruções, como se cumpriam, em que nível, de que maneira, em que cenário preferente etc. Os embaixadores encarregavam os chefes dos setores de definir, distribuir e cobrar tarefas, e, depois, juntos, avaliavam o desempenho de cada jovem diplomata, segundo a mesma orientação do formulário expedido para o estágio na SERE.

Os estágios na SERE e no exterior eram esboçados por mim e submetidos ao secretário-geral. Uma vez aprovados, caberia aos alunos escolherem, com base na respectiva ordem de precedência, o que, naquele

momento, equivalia à estrita ordem de classificação no concurso de ingresso. Assim, o primeiro colocado escolhia o estágio em que começaria em Brasília (não havia grande diferença nas opções, era mais uma questão de reconhecimento a seu desempenho acadêmico) e em qual posto no exterior aterrissaria. As diferenças poderiam estender-se de Buenos Aires a La Paz, da Cidade do México a Assunção etc. O segundo vinha a seguir, o terceiro, depois, até o último. O respeito aos alunos do IRBr era total, por ordem expressa do secretário-geral, para nós todos o chefe da Casa[24].

Pelo que pude observar e ouvir de meus colegas em Brasília e no exterior, o sistema funcionou a contento. Mais tarde, com a introdução de turmas de cem ou mais alunos, a limitação a postos na América do Sul resultou mais difícil, e os estágios terminaram sendo cumpridos em vários continentes. Não acredito que a novidade tenha gerado dano nenhum ao treinamento, pode tê-lo até enriquecido.

Não saberia dizer se essa experiência esteve na base de decisão posterior de remover para postos na África os jovens diplomatas, após breve permanência na SERE (um ano), concluído o curso do IRBr. Essa é uma iniciativa que, acredito, deve ser repensada. Os postos na África carecem de funcionários e são, em geral, administrados pelo chefe e, com sorte, mais um diplomata. Expor funcionários recém-ingressos na carreira à responsabilidade de lidar na linha de frente com os temas de um posto tão pequeno, onde, na ausência temporária do chefe, ele poderá assumir a encarregatura de negócios, é apostar alto no otimismo. Se atuar no exterior dispensa experiência prévia para que se trabalhe bem, então os jovens diplomatas poderiam, pelo mesmo tipo de raciocínio, começar suas carreiras já nas chefias das missões em Washington, Buenos Aires, Tóquio, Berlim etc.

O argumento de deficiência de pessoal resolve-se com planejamento. Servir em postos pequenos é para diplomatas que já tenham tido pelo

24 Por força da legislação, o secretário-geral das relações exteriores tem de ser diplomata de carreira, ao passo que o ministro de Estado, como cargo político, poderá ser de fora da Casa.

menos outra experiência no exterior, o que se pode programar, de maneira objetiva, com o artifício de casar a remoção de um funcionário para destinos ditos glamorosos, do chamado circuito "Elizabeth Arden", com a remoção posterior para os que se consideram de sacrifício, na África, por exemplo. Diminuir-se-ia o risco de deslizes de atuação, compreensível para quem, afinal, acabou de entrar na carreira, e dar-se-ia a todos o direito de preparar-se de maneira conveniente para os desafios da função diplomática.

Representar

Representar o país no exterior é tarefa que exige preparação e observação. A preparação é ministrada no IRBr; a observação deve ser afiada ao longo da carreira. Deve-se lembrar sempre que o diplomata não é pessoa física no exercício de sua função. Todo o seu comportamento tenderá a ser interpretado como a expressão típica do coletivo, dos brasileiros em geral. Um sorriso em lugar público que resvale para uma gargalhada poderá levar a supor que todos os brasileiros se comportem assim.

Por isso, fecho os olhos e franzo a testa ao me recordar de incidente que provoquei nos Estados Unidos, quando servia como segundo secretário na missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington.

Viajava para Nova York a bordo de minha potente Fiat. A qualidade da estrada era tão fantástica que não resisti e pisei forte no acelerador. Não tardou para um carro da Polícia Rodoviária mandar-me parar. Tomei a direção do acostamento, desliguei o motor e aguardei o policial, quem, pelo que podia ver no retrovisor, tinha dimensões de altura e peso de um tronco de árvore. Pediu-me os documentos, como se precisasse de algum tempo para controlar-se. É que, meses antes, o povo norte-americano acabara de tirar da Casa Branca um presidente que desrespeitara as leis do país. E, agora, um servidor da lei encontrava-se impotente diante do escudo da imunidade diplomática de um motorista que pusera em perigo sua própria vida e a dos demais viajantes, em uma autoestrada dos Estados Unidos.

Aos poucos, fui-me dando conta do que provocara, mas, antes de conseguir demonstrar constrangimento e pedir desculpas, recebi uma das

mais contundentes lições da minha vida diplomática. O guarda rodoviário, com o dedo em riste, ensinou-me pela janela da Fiat:

— O senhor vai ficar parado aqui por pelo menos uma hora, para que os demais motoristas, por quem você passou em alta velocidade, vejam a punição que lhe estou aplicando.

E arrematou, ainda furioso:

— Quero que saiba que imunidade não é impunidade, e que ninguém neste país pode estar acima da lei, diplomata ou não.

Quantas vezes eu repeti esse incidente, para benefício de outros colegas. Quantas vezes torci para que aquele guarda tivesse se esquecido do nome do Brasil, impresso em letras garrafais nos meus documentos[25].

A representação diplomática

Representar o país no exterior começa com a exibição da bandeira nacional, símbolo maior da nação — daí vem o respeito absoluto. Como se espera que, em nosso país, um carro oficial só seja utilizado em eventos ligados ao serviço público, no exterior a bandeira que tremula no carro do embaixador e nos prédios da chancelaria[26] e da residência oficial tem de refletir a dignidade que se pretende atribuir à presença e à imagem do Brasil naquela cidade. Ainda mais porque, em muitas capitais, o imóvel que abriga o embaixador e o carro que o transporta são as poucas expressões

25 Esclareço, de passagem, que, há anos, todos os diplomatas brasileiros residentes no exterior pagam multas de trânsito. O disposto na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, que garante ao agente diplomático liberdade de movimentação e circulação, não o autoriza a estacionar em cima de calçadas ou em qualquer outro local proibido, menos ainda dirigir como um alucinado, dentro ou fora da cidade, para não mencionar furar sinais de trânsito.

26 Nessa acepção, chancelaria é onde se localizam os escritórios dos funcionários da embaixada.

visíveis do Brasil. "Mostrar a bandeira" ("*show the flag*"), como dizemos na carreira, pode significar, portanto, bem mais do que o exercício protocolar da função diplomática.

"Mostrar a bandeira" tem como corolário comparecer aos eventos oficiais para os quais o governo local convidar, bem como às festas alusivas a datas nacionais que seus colegas nas outras embaixadas/repartições consulares estiverem organizando. No caso de eventos locais, há postos em que a programação oficial pode se repetir por muitos dias e/ou se estender por muitas horas, como no Vaticano, sobretudo nas cerimônias litúrgicas de fim e de começo de ano. Com relação às datas nacionais, dependendo do número de embaixadas — em Bruxelas, Washington, Paris, Londres, Pequim e Tóquio, pode haver mais de 150 missões diplomáticas —, a circulação será constante. Embora estressante e cansativa, essa vertente da representação é essencial para o êxito de uma gestão diplomática.

Para não falar da obrigação de estar presente nos eventos oficiais e nas festas nacionais programadas no país onde se trabalha, resulta mais fácil tentar obter uma informação ou plantar algo de interesse para o Brasil em ambientes descontraídos do que enfrentar a frieza dos gabinetes, que nunca deixaram de tornar as conversas mais formais[27]. A intensidade da frequentação anteriormente aludida contribui, sem dúvida, para o rápido alargamento dos círculos de pessoas conhecidas. Ao chegar a um posto, desde o chefe de missão ao mais jovem diplomata, todos têm de apresentar-se a seus prováveis futuros interlocutores. Não se trata apenas de gentileza; na hora em que você precisar verificar alguma informação, realizar gestão sobre tema de interesse para o país, organizar a agenda de contatos de autoridades brasileiras etc., serão as pessoas de quem você se tiver aproximado em vários ambientes e circunstâncias que haverão de facilitar-lhe a vida.

Uma palavra de cautela ao diplomata de retorno ao Brasil, depois de algumas missões no exterior. Por falar, ler e escrever em dois, três ou

27 Meu avô, assíduo frequentador de bar nas noites cariocas, esmerou-se em tentar driblar os controles de minha santa avó, sob a alegação de que era "no fundo de um copo" que ele haveria de conseguir emprego para os 11 filhos que tiveram.

mais idiomas estrangeiros, o diplomata não pode pressupor que essa seja a regra aplicável às demais pessoas de seu país. Poucas atitudes resultam mais desagradáveis e cabotinas, sobretudo quando seu interlocutor só fala português, do que recorrer, toda hora, a palavras nas línguas que você domina, ainda que seus substitutos impliquem perífrases, como *handicapped*, *desubicado*, *déjà vu*, *insight*, *enhorabuena*, *dépayisé*, *update*, *boutade*, *pitaco*, *bad cop/good cop approach*, *mis au point, vin d'honneur* etc.

Preparação para o posto

O ato de representar o Brasil no exterior tem início bem antes de o diplomata chegar ao posto. Além do período de formação e de treinamento institucionais — mais longo e intenso à medida que se avança na carreira —, os diplomatas devem ter plena consciência dos conhecimentos que terão de aprofundar, de forma regular, sobre tanto o Brasil quanto o leque crescente de temas que integram a pauta das relações internacionais, para não mencionar o país e as pessoas junto aos quais os diplomatas nos representarão.

No Brasil, os embaixadores são obrigados a preparar-se de maneira especial para a missão que assumirão no exterior, entre outros motivos, porque a sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado exige que estudem as características centrais do país onde servirão e as questões mais promissoras e sensíveis das relações bilaterais. O processo de preparação para a sabatina constitui, porém, mero preâmbulo dos estudos que o embaixador haverá de aprofundar sobre o país de destino. Todos atuarão melhor se não desconsiderarem as informações de base[28].

28 Um exemplo extremo: uma vez, presenciei um diálogo entre dois diplomatas, um deles sendo israelense. O primeiro confessou que teria problemas em servir em Israel porque não falava Ídiche. "Se fosse por isso, eu também teria", comentou de volta o israelense, antes de completar: "Por sorte, falo hebraico, que é a língua de meu país."

É, enfim, indesculpável não se preparar de maneira conveniente para representar o país no exterior, sobretudo hoje, pois a enciclopédia virtual, que é a internet, e a coleção de publicações e de livros a que se pode ter acesso em *sites* especializados, como a Amazon.com, suprem mais do que se pode absorver sobre o país onde se vai trabalhar. Tão logo soube que seria designado embaixador em Tóquio, passei a ler com regularidade pela internet, em língua inglesa, os principais jornais japoneses, em busca não só de informações atualizadas sobre a política, a economia e a cultura do Japão, mas também de algumas pistas acerca da maneira de ser e de viver daquele povo tão admirável.

Sobre o conhecimento que os embaixadores têm de expandir sobre o Brasil e a pauta das relações bilaterais, recordo conversa que mantive com o Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho sobre sua preparação para assumir sua primeira missão no exterior, Caracas. Convidei-o a repeti-la para uma turma do IRBr, pelos múltiplos ensinamentos que continha.

De início, no caso do Hugueney, parte da preparação facilitava-se por sua formação em Economia, que o habilitou a avaliar, com maior facilidade, quais projetos de cooperação teriam melhores perspectivas de futuro. O passo seguinte foi ampliar as conversas sobre a agenda política — questões nas áreas de fronteira por conta de imigração ilegal de parte a parte, aperfeiçoamento dos foros regionais de consulta e concertação, convergência de posições em foros internacionais — e buscar convergências de posição no tocante à agenda, que incluía, entre outros itens, meio ambiente, mudança do clima, produção e uso de biocombustíveis, desarmamento, não proliferação, direitos humanos etc.

Para cada um desses temas, há pelo menos um ministério envolvido. Portanto, o itinerário do embaixador que pretende preparar-se com adequação para suas novas funções haverá de incluir visitas aos ministros de Estado que cuidarem dos assuntos previstos na pauta bilateral e, ainda mais importante, às autoridades de segundo, terceiro e quarto escalões a quem corresponder o trato direto das questões. A vantagem dessa abordagem é dupla. Primeiro, complementa-se a visão estratégica dos titulares das pastas ministeriais com a de seus assessores, responsáveis, em geral,

pelo detalhamento e pelas medidas de seguimento de cada tema. Segundo, parte-se para o posto com o nome e o número de telefone da autoridade que terá sempre mais tempo de atender-lhe do que seu chefe supremo, sentado no alto, na cadeira de ministro.

Esse procedimento — que eu mesmo adotei na minha preparação para Lima, Tóquio e Bruxelas — precisa ainda se enriquecer com os contatos que se recomendarem em cada caso, como recordou Hugueney. A começar, os governadores e os parlamentares dos Estados com interesses na agenda das relações bilaterais; em seguida, os empresários com investimentos e negócios no país de destino, ou desse país no Brasil. A lista estende-se também a universidades, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil que já tenham iniciado ou planejem lançar projetos conjuntos com instituições congêneres.

O que se aplica aos embaixadores neste capítulo relativo à representação, não só em relação à chegada ao posto, mas também à preparação no Brasil para as funções no exterior, é válido para os demais funcionários diplomáticos que integrarão a embaixada. De um lado, os interlocutores locais terão a segurança de que o agente diplomático brasileiro tem a devida autoridade para tratar da substância dos temas e, se for o caso, canal aberto com os responsáveis no Brasil, para dar seguimento aos projetos. De outro, a melhor representação junto a um país será demonstrar respeito pelo povo com quem se conviverá e pela nação onde se viverá parte da vida. Isso significa tentar entendê-los e interpretá-los também sob a óptica deles, exercício fascinante e recompensador, que costuma resultar em reconhecimento ao profissionalismo do representante do Brasil.

Coordenação das ações

Para que tudo isso se confirme, entretanto, convém estabelecer-se relação estreita e coordenada entre a embaixada e a SERE. No fundo, a representação começa no Itamaraty, isto é, depende, na essência, da

autoridade que a SERE souber conferir a seus agentes diplomáticos, para representar com legitimidade o país. Refiro-me ao desempenho do embaixador no tocante à agenda do posto. Nada pode acontecer no país sem o conhecimento e o envolvimento do embaixador. Não é suficiente, portanto, que a coordenação se tenha processado entre a SERE e a outra agência do governo apenas em Brasília, porque, se assim for, na prática, a ação será implementada à revelia da missão diplomática. Tais acidentes de percurso podem ser interpretados pelas autoridades locais como falta de prestígio do agente diplomático junto à sua própria chancelaria.

O *Foreign Office* contornou problemas desse tipo por intermédio de mecanismos como o *My First Impressions*. Embaixadores britânicos partem para o exterior sem instruções precisas e articuladas. Claro que muitos, se não todos, terão percorrido os gabinetes da alta cúpula do Serviço Exterior, para discutir, ainda que em largos traços, as linhas mestras da sua atuação no futuro posto. Contudo, o mecanismo consiste em conceder ao embaixador cem dias para que ele mesmo proponha ao *Foreign Office* seu programa de trabalho.

Logo ao chegar ao posto, portanto, o embaixador cuidará de aguçar todos os seus sentidos profissionais, para captar, de acordo com os interesses de Londres, o que de mais importante estiver acontecendo no país. As leituras que fizer, os encontros que iniciar, as conversas que entretiver, as observações e reflexões que desenvolver, tudo servirá de base para seu programa de trabalho. Ao final dos cem dias, as *first impressions* serão submetidas ao *Foreign Office*, dando início a um diálogo que, em seu momento, resultará nas instruções de ação ao embaixador.

Esse procedimento evita surpresas quanto a atividades conduzidas por outras agências de governo. O programa de trabalho terá detalhado o calendário dos principais eventos e todas as providências que lhe deverão anteceder, para não mencionar as coordenações que se impuserem. O mesmo procedimento contribui, também, para que embaixada britânica nenhuma alegue "abandono" no exterior, referência que, em geral, significa reclamação quanto à falta de respostas aos frequentes pedidos de instrução.

Aprovado o programa de trabalho, no rastro das *first impressions*, tudo de que o posto precisa para funcionar com autoridade e legitimidade já lhe terá sido assegurado.

Arquétipos distorcidos

Representar o Brasil no exterior constitui desafio adicional quando se tem de corrigir arquétipos, construídos ao longo do tempo, que tendem a favorecer simplificações, caricaturas e clichês a respeito da realidade nacional ou mesmo do brasileiro em geral.

Para nós, por exemplo, Carmen Miranda prestou grande serviço à cultura do país, ao divulgar nos Estados Unidos a alegria da música e a maneira popular de dançar e de se enfeitar. Quanto tempo, porém, se passou para se desfazer essa caricatura da mulher brasileira? O exotismo, contudo, de um país situado nos trópicos, berço de populações originais, com densas florestas e aves e pássaros deslumbrantes, acrescentou atrativos à imagem turística do Brasil, mas, ao mesmo tempo, passou a impressão equivocada de sermos um país atrasado, indolente, sem capacidade de gerir de maneira responsável nossos preciosos recursos naturais, como a Amazônia. Mais grave é quando se alardeia que, para o Brasil de fato desenvolver-se, terá de agredir o meio ambiente, em geral, e a Amazônia, em particular, comprometendo de passagem a sobrevida dos índios. Portanto que não se desenvolva.

Pelo menos essas batalhas podem ser, em parte, combatidas pela porta de frente, mediante a apresentação de dados e reflexões apoiados na ciência. Nos principais foros internacionais, delegações brasileiras têm revelado como, em grande medida, o Brasil está, na verdade, na linha de frente da comunidade de nações no manejo sustentável dos recursos naturais e na intensificação de programas em favor das populações indígenas.

O problema ganha outros contornos quando se lida com distorções que beiram o ridículo. Contam que o então jovem embaixador brasileiro em Washington Oswaldo Aranha, que mais tarde seria o chanceler do Presidente Getúlio Vargas e, como tal, na condição de presidente da Assembleia Geral da ONU, em 1947, teria papel central na criação do Estado de Israel, foi interpelado em jantar cerimonioso por uma senhora da sociedade local:

— Me diga uma coisa, embaixador, o que mais tem o Brasil, além de bananas e macaquinhos — disse ela em voz alta, para que todos ouvissem.

Uns riram, a maioria constrangeu-se, porém. E Oswaldo Aranha respondeu:

— Ah, temos orquídeas e esmeraldas para ornar mulheres bonitas como a senhora.

Em outra ocasião, uma senhora europeia provocou o Embaixador Gilberto Amado, ao perguntar-lhe em um banquete:

— Embaixador, é verdade que existem cobras nas ruas do Rio?

Amado mandou de volta, bem a seu estilo:

— Tem sim, minha senhora, mas não se preocupe, elas só mordem mulheres bonitas.

Complicado mesmo era representar o Brasil na época dos governos militares. O êxito da gestão econômica (o PIB chegou a crescer mais de 11% ao ano no começo da década de 1970) e a campanha orquestrada para defender o país contra a ameaça do comunismo (movimento sedioso que visava, como se alardeava, destruir os pilares da sociedade ocidental) seduziram amplos setores da opinião pública nacional e internacional.

Contudo, a censura aos jornais e a distância de Brasília (sede do governo) dos principais centros do país[29] davam foro de verdade às versões oficialistas sobre o que ocorria no Brasil. Muitos tentaram questionar e interpelar o regime, mas as manifestações de jornalistas, acadêmicos, artistas, estudantes, sindicalistas e parlamentares eram de pronto reprimidas com violência e tinham, portanto, curto alcance. No exterior, insinuava-se a impressão de que todos os brasileiros eram cúmplices das políticas do governo, incluindo violações dos direitos humanos e outras práticas autoritárias.

O Brasil conseguiu, por fim, reafirmar-se no concerto de nações como um país onde se respeitam e se fortalecem as instituições democráticas, ordem nova que não compromete o crescimento econômico, pelo contrário, o estimula. Pouco a pouco, as evidências contribuíram para projetar o Brasil como país emergente e parceiro legítimo e confiável em todos os campos das relações internacionais.

Ao longo desse período, a atuação dos diplomatas buscou pautar-se pela condição de funcionário de Estado, não de governo. A aposta era a de que, nos médio e longo prazos, a nação brasileira reencontraria seu destino democrático e trilharia com mais autoridade o desenvolvimento econômico, com justiça social. A Constituição de 1988 abriu caminho para a categorização das profissões de Estado[30] e, ao que tudo indica, o Governo Federal trabalha, no momento, com a hipótese de compor o Núcleo Estratégico do Estado com apenas cinco carreiras: advocacia, diplomacia, políticas públicas, polícia e fiscalização.

29 Distância que poderia se medir pela prática, no início da década de 1970, de plantar uma pessoa ao telefone por mais de uma hora, para aguardar o sinal de linha e permitir uma chamada para fora de Brasília.

30 Conferir Inciso III do § 1º do Art. 41 e o § 7º do Art. 169.

Informar

Diplomatas de todo o mundo têm sua própria escala de prioridades em termos das funções básicas que cumprem. Para muitos, informar encabeça a lista. A exemplo do que ocorre na imprensa — o que não for noticiado não existiu —, o que não for informado, na diplomacia, não poderá influir no processo de tomada de decisões. Sem a visão e o conhecimento do tabuleiro, enxadrista nenhum conseguirá mover a contento as peças que haverão de definir a sorte da partida.

No caso do Brasil, adicione-se a circunstância de que somos, como vimos no começo deste ensaio, um ator global (*global player*), o que vale dizer que tudo o que ocorre no mundo, de uma maneira ou de outra, nos interessa. Logo, de fato, uma das mais importantes funções do diplomata brasileiro haverá de ser informar de maneira regular e competente sua chancelaria do que está acontecendo em seu posto ou na região em que atua, para que as altas autoridades do governo possam melhor definir e, se for o caso, ajustar as linhas mestras da política externa do país e, assim, as ações de seus agentes diplomáticos. Todos os que trabalham com planejamento sabem que os planos podem e devem ser revistos, se o cenário mudar.

Só que a intensidade e a velocidade dos avanços tecnológicos nos meios de comunicação revolucionaram a tarefa de informar do diplomata, desafio compartido, aliás, com vários outros analistas do momento presente, como, entre outros, os jornalistas, os empresários e os acadêmicos. Todos estarão concentrados em entender, decodificar, extrair lições e, se possível, projetar tendências em relação a uma conjuntura qualquer. O que distingue esses atores são os objetivos que perseguem, à luz de suas respectivas "deformações" profissionais. O jornalista, por exemplo, na linha

do lema do *The New York Times* ("*All that is fit to print*"[31]), estará, em princípio, centrado em buscar notícias, isto é, no "hoje". O empresário quererá conhecer as implicações do que estiver acontecendo ou por acontecer em relação a seus negócios; sua preocupação central poderá privilegiar tendências. O acadêmico tenderá a examinar os fatos, na expectativa de poder provar, em seu momento, como nas ciências não exatas, a irrevogabilidade de sua linha de pensamento, de suas propostas de trabalho e, sobretudo, de suas conclusões. Para o diplomata, porém, a prioridade é identificar o que diga respeito ao interesse de seu país.

Contudo, não é por isso que um tipo de analista será melhor do que outro. À sua maneira, cada um estará trabalhando para alcançar os objetivos definidos, em função das características próprias de suas profissões. O problema será saber identificar que texto ou fonte resultará mais útil, em meio ao volume avassalador de centros produtores e processadores de informação. Em uma capital europeia, diante da pletora de seminários, colóquios e mesas de discussão, a piada era a de que, ali, a população se dividia entre quem fazia conferência e quem as assistia. No tocante a fontes de informação, não custa recordar o livro *All the President's men*, no qual o jornalista Bob Woodward consegue, enfim, reforçar as denúncias de envolvimento da Casa Branca no caso do Watergate, as quais ele e Carl Bernstein vinham montando graças às pistas que lhes forneceu o informante Garganta Profunda, ao abrigo da escuridão de uma garagem em Washington, DC.

Fontes de informação

Exageros à parte, tudo isso serve para ressaltar o argumento de que não há álibi possível para a falta de informações. Uma chancelaria poderá

31 Literalmente, em português, "tudo o que for recomendável à publicação".

até entender que a linha de interpretação ou de reflexão sobre realidade ou crise pontual em um país varie a cada comunicação, mas sempre caberá alegar a superveniência de novas fontes de informação. Decepcionante, porém, será receber um telegrama com algo do tipo: "O jornal tal noticiou que...", "o posto deverá complementar com um...", "verifiquei a procedência da notícia com autoridades do governo (ou da oposição) e posso acrescentar que, segundo minhas fontes, a crise decorreu disso, daquilo ou daquilo outro." Requentar notícias de jornal é ofender o contribuinte brasileiro. Não se precisa de uma embaixada para isso.

O que se espera da informação de um diplomata é uma espécie de valor agregado. Os jornais são fontes necessárias de informação, mas não são suficientes, em parte porque a imprensa tende a favorecer a conjuntura. A seus leitores, a tarefa de buscar os antecedentes que há tempos vêm sendo objeto das matérias jornalísticas. Outra fonte relevante de informação são os funcionários da chancelaria local, mas seria muito otimismo esperar que os colegas repassem informações não públicas, a não ser que assim convenha ao governo que eles mesmos representam.

Por isso, considera-se altamente conveniente cultivar fontes próprias de informação. Os contatos devem ser aprofundados desde os momentos de calmaria, porque, quando o sismógrafo político local vier a registrar altos níveis de perturbação, a objetividade das informações costuma ser uma das primeiras vítimas. Outro cuidado é dar prioridade às visões dos nacionais. Por mais sensível que seja a capacidade de análise de um estrangeiro, salvo se é há anos residente no país em questão, o olhar de fora para dentro tende, em geral, a incorporar clichês, simplificações e distorções. Esse é um exercício que podemos avaliar a partir de nossa própria experiência. Recuperada a liberdade de imprensa no Brasil, não me lembro de uma análise da realidade nacional elaborada por um jornalista estrangeiro mais procedente e convincente do que a de seus colegas brasileiros.

Muitos países procuram desenvolver uma própria capacidade de interpretar interpretações. Não se cogita de competir com a velocidade do noticiário de imprensa. As agências internacionais sempre chegarão

antes em nossas capitais com as notícias mais relevantes do momento. No entanto, CNN, BBC, Al Jazeera e tantas outras empresas de comunicação perseguem objetivos diferentes de um diplomata na divulgação e na análise das notícias. Nessa linha, parece justificar-se a ação do governo de instalar missões diplomáticas brasileiras em quase todos os países do mundo, para que, em momentos de precisão, possamos acionar nosso radar na direção que mais nos aprouver, relativizando a visão de terceiros, no esforço de tentar entender, por filtros próprios, o que está acontecendo lá fora, sob a óptica do interesse nacional brasileiro.

De várias maneiras, portanto, as funções de representar e informar entrelaçam-se. A aparência dos fatos já chegou ao noticiário. Disputar com a internet o relato dos acontecimentos não é aconselhável. O que se impõe é analisar e interpretar da melhor maneira possível o ocorrido, tendo em vista os interesses do Brasil. Para isso, muito poderá ajudar contar com uma agenda telefônica de tamanho e amplitude de fazerem inveja ao melhor jornalista local.

Um renomado embaixador brasileiro chegava ao posto com uma pergunta na ponta da língua: "*Who owns this guy?*", brincava em inglês, ansioso por saber, logo de saída, quem tinha mais acesso e influência sobre o chefe de Estado do país junto ao qual estava acreditado.

A partir daí, e após mapear com cuidado o "fulanograma" nacional e o fluxo de pessoas que se moviam na vida política local, ele comia pelas bordas. Entretinha, primeiro, mais do que os assessores, os amigos de quem ocupava a cadeira número *uno*. Em pouco tempo, tecia imensa rede de cordialidade e simpatia e, da maneira mais natural possível, aproximava-se do núcleo duro (*inner circle*) do poder.

A capacidade de bem informar e de bem relacionar-se terminam por distinguir o diplomata. Um grande embaixador brasileiro, em posto em importante capital sul-americana, foi convidado pelo presidente desse país para passar um sábado em sua casa de campo. O pretexto era um desafio esportivo, uma partida de tênis, que oporia, de um lado da rede, o brasileiro e um embaixador europeu e, do outro, o próprio presidente e um alto assessor. O objetivo real era tentar sensibilizar o Brasil em relação a uma

causa de sumo interesse para o anfitrião. Em contrapartida, o horizonte, pelo menos para o embaixador brasileiro, era tentar esclarecer o rumor, que circulava à boca pequena, de um projeto do governo de construir uma obra com implicação direta para as relações com o Brasil.

O telegrama de relato da jornada foi bastante sucinto, de uma página e meia (trecho adaptado):

> O presidente pediu isso e aquilo outro, apresentou as razões de seu interesse, encareceu meus esforços para transmitir seu pleito a nosso presidente e encareceu toda discrição no trato do assunto, para não suscitar problemas na região. A deferência do anfitrião abriu, como esperado, a porta para que eu verificasse, depois de dispor-me com entusiasmo a intermediar a gestão encomendada, a procedência da notícia de construção do projeto "x". Procedia, e o presidente estava, inclusive, inclinado a favorecer a participação de firmas brasileiras. Acrescento, por oportuno, que o embaixador do país Tal e eu ganhamos por três sets a dois a partida de tênis.

Uns louvaram as informações transmitidas e prometeram avaliar o pleito formulado pelo presidente. Outros, porém, cogitaram até retirar o telegrama da série — o que, no dicionário do Itamaraty, significa dizer que a comunicação nunca teria existido —, por considerarem a conclusão com informações esportivas um desvio das altas tradições da Casa. Por sorte, prevaleceu a atitude do primeiro grupo.

Qualidade da informação

Fontes confiáveis e diversificadas de informação e bagagem intelectual para processá-la de pouco valem, entretanto, se o diplomata não souber transcrever de maneira apropriada, do ponto de vista profissional, o que

tem a informar. Quem quiser encontrar a literatura que os celebrizou nos relatórios de Graciliano Ramos, como prefeito de Palmeira dos Índios, ao governador de Alagoas, ou nos expedientes de Guimarães Rosa, como perito em questões de fronteira no Itamaraty, haverá de frustrar-se. Escrever bem em burocratês é também isso: ser conciso, incisivo, sem salamaleques.

A regra de ouro a esse respeito é: quanto mais alta é a autoridade que se deseja que leia o texto, menor ele terá de ser. A razão é simples, autoridades não têm tempo para ler mais de uma ou duas páginas, por mais importante e urgente que seja a comunicação. Quando visitei a *John F. Kennedy School of Government*, em Harvard, tomei conhecimento de uma palestra com o título de *Elevator Diplomacy.* Inseguro quanto a meu inglês, esperei que alguém me esclarecesse quanto à nova acepção do termo "*elevator*", até ouvir explicação claríssima: "Não, não tem nada de diferente, *elevator* é elevador mesmo." O que se quer ilustrar é o tempo que um assessor tem para transmitir algo a seu chefe: o tempo que um elevador levar para subir ou descer alguns andares, nada mais.

Decidida a extensão (curta) da comunicação, chega-se à regra de platina: o domínio do idioma. Os defeitos — já nem digo erros de gramática, mas meras deficiências de estilo — decepcionam os leitores, distraem a leitura, subtraem a concentração e comprometem o interesse pelo texto. "Propugnar" é pior que "pugnar", que, por sua vez, perde para o mero "lutar". O uso de "através de" exige o umbral de uma porta; para pessoas, é "por intermédio de". Inverter isso é entrar no terreno da metafísica. Informar bem é escrever bem. Não é ser barroco nem buscar palavras rebuscadas, exercício que pode resultar constrangedor: "a princípio" (como ponto de partida) e "em princípio" (em tese) não são sinônimos, menos ainda "ao encontro de" (a favor de) de "de encontro a" (em oposição a). Informar bem é ser profissional.

Regra de prata: evite muletas, por exemplo, "como é do conhecimento de Vossa Excelência...", porque jamais o é, poucas pessoas terão podido conhecer o tema, e muitas acabarão sentindo-se interpeladas; além do mais, acaba por desperdiçar parte do tempo de comunicação. Outra regra é evitar vícios de linguagem como "em encontro que se estendeu para

muito além do prazo de início previsto...", ou "cumpriu-se com rigor a agenda preparada com especial zelo...", ou ainda "a plateia não se conteve em aplausos no final do discurso do Sr. presidente da República..." Afora o aulicismo, sempre desgastante, alguém poderá encontrar fundamento à outra distorção de que acusam o Itamaraty — cultivar o corporativismo. Não há substituto para relatos objetivos e — se as circunstâncias pedirem críticas ou, sobretudo, elogios — apoiados em avaliações de terceiras pessoas, de fora do Itamaraty.

Regra de cobre: evite modismos, em particular quando agredirem a língua portuguesa. Por exemplo, o uso de "o mesmo" no lugar do sujeito da frase, como se estivéssemos falando espanhol. É frequente ouvir, pelos alto-falantes dos aeroportos, a informação de que "a aeronave do voo tal já se encontra em solo, e assim que *a mesma* estiver pronta, o embarque será pelo portão x". Outra derrapagem é quanto ao uso dos verbos "colocar", "botar" e "pôr". Alguém decretou que os últimos dois verbos são utilizados apenas para descrever o ato de a galinha botar ou pôr ovos. Portanto, pessoas nunca podem botar ou pôr coisa nenhuma, só estão autorizadas a colocar. Então, colocam uma ideia, uma proposta, um pensamento, uma teoria, quando, na verdade, colocar implica pôr algo com muito cuidado em algum lugar, como ovos na geladeira, jarra de cristal sobre uma mesa etc. O cúmulo ocorreu quando ouvi, em um documentário na televisão, que a ema *colocava* ovos. E quem disse que "a nível de professor" ou "enquanto professor" é melhor do que "como professor"?

Além de respeitar todas essas regras, escrever bem no Itamaraty reclama também respeito à dimensão profissional. Por exemplo, a concisão, a objetividade e a clareza do estilo, exploradas anteriormente, justificam-se ainda mais porque, na maioria dos casos, os telegramas recebidos no Itamaraty são retransmitidos a outros órgãos do governo, a setores da iniciativa privada e até a instituições da sociedade civil. Se sua comunicação suscitar perguntas do tipo, "onde ele quer chegar?", "o que está querendo dizer?", "que expressão é essa?" ou coisas parecidas, suas informações ou suas propostas, se você as submeteu, não irão muito longe.

Outra dimensão importante é identificar o autor da informação. Na mística do Itamaraty, quem assina todas as comunicações enviadas às missões diplomáticas e repartições consulares é o próprio ministro das Relações Exteriores. Por isso, a assinatura limita-se ao famoso "Exteriores". No passado, sempre era possível saber de que unidade do ministério a comunicação partia, pois a sigla da divisão ou do departamento de origem estava indicada logo no cabeçalho; no entanto, o autor em particular, não. Não foram poucos os casos de embaixadores, de passagem por Brasília, irem ao setor de comunicações e pedir a coleção dos originais de despachos telegráficos para seu posto, com o objetivo de verificar, na minuta de algum expediente polêmico, com instruções mais duras, as iniciais e a rubrica de seu autor e, em caso de rubricas sucessivas, de baixo para cima, até a bolinha reservada ao "Autorizo", todas as demais autoridades envolvidas na expedição do DT[32]. Hoje, já se superou a origem anônima dos expedientes. Cada comunicação, DT ou Tel, traz consigo as iniciais de seu autor. A assinatura continua sendo "Exteriores", nos DTs, e o nome do embaixador ou cônsul, nos Tels. Contudo, a autoria vem identificada, o que aumenta a responsabilidade quanto aos defeitos e às virtudes da comunicação.

Jamais se deve minimizar quem está no final da linha da informação. Se for para consumo exclusivo do Itamaraty, pode-se lançar mão de expressões clichês da Casa, do tipo "Como é do conhecimento de Vossa Excelência..." (embora quase nunca o seja, como já indiquei), "Vossa Excelência muito me obsequiará com..." (em geral, prepara um pedido pesado), "Salvo melhor juízo..." (cautela dos que sabem muito bem da existência de opiniões contrárias) etc. No entanto, se o leitor ou ouvinte — o princípio estende-se a discursos — forem diplomatas estrangeiros, por exemplo, outras considerações deveriam prevalecer.

32 Telegramas expedidos para o exterior são chamados de despachos telegráficos (DT), para distinguirem-se dos telegramas recebidos (Tel) das embaixadas ou das repartições consulares. Assim, em relação a uma missão no exterior, podemos falar do DT 470, sem o confundir com o Tel 470, porque sabemos, de saída, pelas siglas anteriores ao número, quem expediu o que para quem.

Um dos primeiros exercícios que propunha a meus alunos, em Linguagem Diplomática, era escrever um pequeno texto (de uma página, uma página e meia) sobre um tema, na aparência, pouco importante. O desafio estava em tratar algo desimportante como se importante fosse, em respeito a quem o apresentara. Isto é, todo e qualquer tema sobre o qual um diplomata deve se pronunciar é, por definição, importante, pelo menos para quem o propôs. Começava eu, assim, com a pergunta: "por que quis ser diplomata?"

Alguns caíam na armadilha do exercício e cediam à tentação fácil de recorrer a diálogos familiares para justificar a escolha. "Ah, minha mãe sempre quis que eu fosse diplomata", "meu pai me prometeu um carro se eu passasse no concurso", "acho que a Mariana não teria se casado comigo se eu não..." etc.

Outros, mais criativos, evitavam o confessionário familiar e ousavam explorar razões que já os aproximavam dos bons negociadores, que, mesmo diante de temas que pouco conheciam ou aos quais não haviam até então reservado maior atenção, buscavam valorizar o que estava sobre a agenda de discussão. O exercício valia, também, para introduzir os jovens diplomatas a momentos de frases de conveniência, típicos de diálogos em coquetel — pelo menos com aqueles interlocutores que não prometem ser fontes relevantes de informação —, ou a conversas preambulares à real discussão ou negociação diplomática.

Qualidade do texto

É inelutável que o texto e o discurso no Itamaraty sejam impecáveis, para poder comunicar-se e informar bem. Para tanto, é recomendável que o diplomata tenha, com frequência, tanto de enriquecer o arsenal de conhecimentos de que dispõe quanto a capacidade de usá-los como instrumento preferente de análise. Com isso, quero ressaltar a alta conveniência

de complementar o treinamento no IRBr com estágios de longa duração em instituições de relevo no mundo acadêmico de primeira linha. Durante minha gestão à frente do IRBr, consegui custear apenas as despesas de um doutorado e de dois mestrados no exterior. Não posso dizer que tenham sido grandes conquistas. Logrei, porém, inscrever, a cada ano, um diplomata no curso da já referida *Harvard School of Government*, que sempre abriga em suas turmas ex e futuras altas autoridades de países das Américas e que conta entre seus professores com celebridades da estatura de um Joseph Nye, Lawrence Summers, Robert Putnam, Nicholas Burns, Mangabeira Unger etc.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) já promove programa de treinamento de longa duração para os especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, também conhecidos como gestores. Todos os anos, 2% dos quadros dessa categoria são enviados ao exterior para aperfeiçoamento, em cursos de pós-graduação.

O IRBr teria de encontrar maneiras, talvez com a parceria do próprio MPOG, cuja sensibilidade para temas dessa natureza já foi despertada, de incorporar programas sabáticos, em favor de número razoável de diplomatas, que permitissem a esses funcionários aprofundar suas competências não só em áreas específicas do desempenho profissional, como a vasta pauta das negociações econômicas em curso no âmbito da OMC, as muitas disciplinas do Direito Internacional, a complexidade dos chamados novos temas no âmbito multilateral etc., mas também no tocante ao conhecimento aprofundado dos países de importância estratégica para o Brasil.

Ao que eu saiba, não existem no Brasil centros de estudo que tenham como foco a Argentina ou os Estados Unidos, para citar apenas dois casos evidentes de nossos interesses políticos e econômicos no exterior. Quantos especialistas em países africanos conhecemos no Brasil, continente ao qual tanto devemos no plano da cultura? Certa feita, um *scholar* norte-americano perguntou a um diplomata brasileiro: "Quantas pessoas vocês designam todos os anos para estudar a China?"

Era irrelevante se o "vocês" se referia ao Itamaraty ou ao Brasil. Além dos dedicados diplomatas lotados na embaixada em Pequim e nos consulados-gerais em Cantão, Hong Kong e Xangai (diga-se de passagem que nosso ex-cônsul em Xangai Embaixador Marcos Caramuru já domina o mandarim, e que o próprio Chanceler Antonio Patriota mantém aulas regulares do idioma, herança de seus tempos como secretário em Pequim e também de sua visão de futuro sobre a importância desse país), são poucos os brasileiros, ligados ao governo ou a empresas privadas, que estejam "estudando a China"[33].

Todos estão de acordo com a avaliação de que a China tem hoje influência direta e capital nos setores dinâmicos das relações internacionais, tanto por seu imenso apetite por *commodities* estratégicas, como minério de ferro, petróleo e urânio, quanto pela incorporação regular de inovações tecnológicas a seu processo produtivo, para não mencionar o talonário disponível para investimentos e aquisições no exterior, graças ao montante das reservas, que já ultrapassam os U$ 3 trilhões. Então, quantas pessoas temos, dentro ou fora do Itamaraty, estudando a China? — pergunta que se pode, aliás, estender aos casos de África do Sul, Índia e Rússia, só para restringir-nos ao âmbito do Brics.

Enquanto não se produzem soluções criativas para esse desafio, os diplomatas brasileiros, como, de resto, os da grandessíssima maioria dos países, inclusive alguns europeus, têm tentado, da melhor maneira possível, mitigar a distância em relação ao horizonte ideal de aperfeiçoamento profissional.

Tentei mostrar como, no caso brasileiro, temos caminhado nessa direção. Muito faltaria falar sobre o que ainda temos de acrescentar ao treinamento do nosso diplomata, o que prometo tratar mais adiante. Suponho que os comentários e as reflexões desenvolvidos até aqui tenham,

33 Atualizo a informação: o Embaixador Caramuru deixou o Itamaraty e trabalha, hoje, para uma empresa na China.

pelo menos, realçado que escrever é uma atividade central na atividade diplomática, tanto que já nem adiciono o "bem" ao "escrever", como se só houvesse uma única maneira de fazê-lo.

Relação com a imprensa

Talvez este seja o momento de resgatar promessa feita ao longo do ensaio, de aprofundar a discussão sobre a relação com os jornalistas, sendo eles fonte privilegiada de informação. Dei prioridade ao assunto como professor de Linguagem Diplomática no IRBr. Minha autoridade para abordar o tema refletia apenas a consciência que tinha da sua importância para a atividade diplomática. No entanto, como só improvisa quem entende do assunto, optei por convidar ao instituto os profissionais da imprensa de maior notoriedade naqueles momentos na sociedade brasileira, para que eles mesmos transmitissem aos alunos não só as necessidades do ofício, mas também a visão que tivessem sobre o comportamento que os diplomatas devessem ter com os jornalistas. Estiveram, assim, no IRBR, entre outros, Boris Casoy, Carlos Chagas, Míriam Leitão, Carlos Eduardo Lins da Silva, Clóvis Rossi e Franklin Martins.

O exercício resultou fantástico. Os alunos e os jornalistas visitantes prepararam um rol de lembretes de grande utilidade, para balizar as relações entre eles. Guardei algumas dessas notas que, por sua concisão e sensibilidade, reproduzo, com prazer, a seguir, tal como as encontrei em meus arquivos.

- Evitar contato com jornalistas não fará com que deixem de publicar uma matéria, pois os diplomatas não são sua única fonte de informação. Essa atitude apenas dará margem a que a reportagem se distancie ainda mais dos interesses do Brasil.
- A notícia, para o jornalista, é bem perecível. Para que uma informação importante seja publicada em tempo hábil, é necessário que o

diplomata compreenda estar o jornalista submetido a um horário rígido. Não adianta transmiti-la quando a edição já estiver fechada. Em outras palavras, notícia boa é a que chega à banca.

- Não basta receber bem o jornalista. Mesuras e presentes não substituem informações. Apesar disso, o jornalista saberá reconhecer um convite para um jantar, no qual será apresentado a novas fontes de informação.
- Um jornal não é *a priori* favorável ou contrário ao Itamaraty/governo brasileiro. Críticas ou elogios não refletem um padrão. Além disso, um jornal pode expressar diversas opiniões. Cabe ao diplomata oferecer informações relevantes que cativem a simpatia do jornalista.
- O diplomata deve estar consciente de que o jornalista, em geral, não é especialista em política externa. Se o objetivo é que a informação seja publicada no jornal, convém transmiti-la de maneira clara. Dite, se necessário.
- Não se deve esperar que a amizade com jornalistas evite a publicação de matérias contrárias ao Itamaraty/governo brasileiro. O dever profissional está acima das relações pessoais. Boas relações pessoais, porém, facilitam o trato profissional.
- O diplomata deve saber aumentar o interesse por sua informação, sem a tornar sensacionalista, o que poderá gerar distorções.
- É importante deixar claro ao jornalista quais informações podem ser de fato veiculadas. Quando o diplomata for questionado a respeito de assunto sobre o qual não se possa manifestar, não deve mentir nem induzir o jornalista ao erro, o que comprometeria sua credibilidade como fonte de informação. Causa melhor impressão indicar que a informação desejada é confidencial e que não pode, portanto, ser divulgada.
- É aconselhável controlar o impulso de passar informações em *off,* porque, de um lado, não ajuda a criar vínculo confiável com o jornalista, quem, se for usar sua informação, terá de inventar circunlóquios do tipo "fontes do governo", dos quais ninguém gosta, nem a redação nem o leitor. E, de outro, há sempre o risco de a

informação sair publicada, sob a alegação de que não estava claro o sigilo da fonte.

- É conveniente que as entrevistas sejam gravadas ou concedidas na presença de assessores, sobretudo quando se abordarem temas delicados.

Tratou-se, ainda, de linguagem corporal em entrevistas e de uma série de questões interessantes, como cuidar para que o colarinho do paletó não aparecesse, atrás do pescoço, largo em demasia; não ventilar a força de suas ideias com as mãos em movimentos erráticos diante do rosto; procurar convencer a plateia de que você quer responder às perguntas, e não se livrar delas o mais rápido possível; alternar a atenção entre a câmera da TV e o entrevistador, como se estivesse conversando, com toda naturalidade, ao mesmo tempo, com o jornalista e cada um dos telespectadores; não tentar ser esperto; e evitar frases de efeito ou humor que possam passar imagem de cabotinismo ou cinismo.

Lidar com a informação

Na relação com os jornalistas, para não mencionar quando o meio for rádio ou, sobretudo, televisão, o diplomata é obrigado a falar, isto é, fazer uso da palavra, para poder transmitir à opinião pública a mensagem de maior interesse para o país. Em alguns casos — na maioria, reconheçamos —, é uma tortura. Consola o fato de que, em geral, os artistas de teatro, por mais experientes e renomados que sejam, costumam tremer antes de entrar no palco e, se for dia de estreia, então, o comportamento pode beirar o pânico. Enfrentar aquela centena de olhares, todos focados em você, na sua respiração, na sua palavra inspirada, pode provocar síndrome de pânico, tanto que uma das técnicas mais utilizadas no teatro, assim que se entra em cena, é dirigir os olhos para a cabeça das pessoas lá na última fila. Não se deve encarar o público, e, do meio da plateia

em diante, todos pensarão que você está fixando o olhar neles, a ponto de reconhecê-los e mandar-lhes até um adeuzinho. Sugeri esse truque a muitos alunos, que, mais tarde, vieram me agradecer, a respiração recém-retornando ao normal.

A esse pavor da ribalta (*stage fright*), como se diz nos meios artísticos, soma-se, no caso dos diplomatas, a tarefa de lidar com a informação. No começo da década de 1970, no rastro do sequestro de diplomatas estrangeiros no Brasil, uma definição de terrorista, para aliviar a tensão do momento, era o sujeito que jogava uma notícia debaixo da mesa de um diplomata. A caricatura irreverente — e não de bom gosto — tinha algo de verdadeiro, porém. Toma tempo para o diplomata reagir com serenidade à perspectiva de um contato com a imprensa. Dar uma informação, aceitar ser entrevistado, receber com tranquilidade, ainda que aparente, a pressão incessante do entrevistador e, mesmo assim, sair-se bem na sua exposição são exercícios que exigem prática. Sobretudo quando surge do nada um pedido de informação, sem que você ainda esteja preparado para responder, como é compreensível aconteça nos primeiros anos da carreira.

Antes de suar frio ou esgueirar-se pela primeira porta, pense que o jornalista pode ser, como vimos no rol de lembretes anteriormente transcrito, um aliado de toda vida. Ao tocar, portanto, o telefone de sua sala em uma embaixada, por exemplo, e, do outro lado da linha, estiver um profissional da imprensa à cata da confirmação de notícia sobre algum aspecto da rotina pública brasileira, não hesite, ajude-o. Se a informação desejada for de domínio público, passe-a de imediato. Se tiver caráter reservado — por exemplo, o horário de chegada de uma alta autoridade, em geral tratada com discrição por considerações de segurança —, antecipe o que puder e explique a razão de sua informação não poder ser completa. Se, por acaso, não se conhecer a resposta, indique-o ao interlocutor, peça-lhe os dados pertinentes (nome, órgão de imprensa, setor onde trabalha, número de telefone, de preferência do celular) e tente obter os esclarecimentos cabíveis o mais rápido possível, para chamá-lo de volta em tempo de o profissional da imprensa poder cumprir o prazo da redação. Assim

agindo, o diplomata terá criado uma relação de trabalho e, quem sabe, de amizade com o jornalista para toda a vida.

Falar em tese é uma coisa; expor-se a situações reais, outra bem diferente. Em sala, no IRBr, trabalhava com os jovens diplomatas cenários possíveis de uso da palavra. O primeiro, trágico para a maioria, era dirigir-se a alguma autoridade, avaliar a relevância do evento e, em nome de todos do IRBr, diretor e alunos, agradecer as atenções dispensadas. Não era ficção, eram situações de fato, por exemplo, viagens de estudo à Amazônia. Recepcionavam-nos governadores, secretários de Estado, comandantes militares ou prefeitos das localidades incluídas no programa. Esmeravam-se todos em nos atender bem, para demonstrar o reconhecimento pela deferência da visita. O mínimo que esperavam eram palavras de agradecimento, e eu não os decepcionava.

Ao final da apresentação do nosso anfitrião de turno — em geral, cumpríamos de duas a três visitas por dia —, eu me levantava, dizia de minha imensa satisfação/prazer/honra de estar ali e, de imediato, lamentava não poder expressar os agradecimentos do IRBr, porque os alunos se sentiriam frustrados, se não o fizessem eles mesmos. O anfitrião sorria, os alunos retinham a respiração, e eu complementava: "Peço-lhe, então, Senhor Fulano, que escolha um número de 1 a 20 (ou 28, ou 35, dependendo do tamanho da turma), para conhecermos o diplomata que falará em nome de todos nós.

Os números correspondiam aos da lista de chamada, e os preferidos eram, em geral, o 1, o 7 e o 13. As pessoas correspondentes a esses números já sabiam que teriam de falar logo no início da viagem, mas, superada a sofreguidão, desfrutavam do arregalar de olhos dos demais, nos outros dias. Um por um, todos terminavam intervindo de uma maneira ou de outra nas sessões de agradecimento. À medida que minha popularidade despencava vários pontos com os alunos a cada evento, consolava-me que, ao longo das seis viagens que realizamos ao Brasil profundo e, também, nos eventos dentro do próprio IRBr, aluno nenhum deixou de formular

mensagem de muito bom nível, em nome da instituição. Tive muito orgulho dos resultados que eles alcançaram com o exercício.

Outra prática que desenvolvi com os alunos era, talvez, de mais difícil execução. Juntos, definíamos uma lista de 20 a 30 temas das relações bilaterais, regionais ou multilaterais brasileiras, por exemplo, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, a atualidade do Mercosul, os desafios ambientais, a política nacional de direitos humanos, os compromissos do país com a utilização pacífica da energia nuclear etc. Os alunos encarregavam-se um a um ou em pequenos grupos de preparar, com ajuda de diplomatas lotados nas divisões do Itamaraty, um breve dossiê sobre cada um dos temas. Todos reveriam os papéis que se concluíssem, com a obrigação de estudarem-nos e estarem prontos para o exercício.

Eu sorteava um tema e os nomes dos dois alunos que teriam de preparar a apresentação da posição do Brasil sobre a matéria diante de uma plateia simulada, formada de jornalistas, representantes de organizações não governamentais e estudantes universitários, todos ativistas hostis ao governo — os papéis eram desempenhados pelos demais alunos, os não sorteados para a rodada em questão. Cada dupla tinha 10 minutos para preparar fora da sala seu "caso" e decidir quem abordaria determinado aspecto da questão, em um total de 20 minutos de exposição. Terminada a apresentação, a plateia começava o bombardeio. Quem fizesse pergunta gentil, do tipo "quais são os planos do governo em tal programa?", perderia cinco pontos (em um total de cem) da nota que teria quando chegasse a vez de subir ao pódio. Eu queria questionamentos e pressões sobretudo madrastas. Exercícios foram inventados para ir muito além da realidade.

Eu e meu assistente, que os alunos do IRBr chamavam de samambaia, pois ficava pendurado ao lado do professor titular, anotávamos tudo: o conteúdo da mensagem; a adequação em relação às diretrizes da política externa brasileira; a propriedade na utilização da Língua Portuguesa, em termos tanto de precisão, riqueza e fluidez de vocabulário quanto do uso e do abuso de vícios de linguagem como "entendeu?", "não é?", "quero dizer", "aí" etc.; a capacidade de construir e defender um argumento, isto é,

a arte de negociar com a plateia seu ponto de vista; a linguagem corporal, como mãos enterradas nos bolsos, braços cruzados esmagando o peito, o corpo movendo-se como um pêndulo, as mãos querendo estapear quem se aproximasse, o tique de enrolar o cabelo ou coçar a orelha etc. A nota, então, era dada, com direito a explicações detalhadas de todos os critérios de correção. Para os primeiros, a tolerância era maior do que para os seguintes. Espertos como eram, os alunos não tardavam em evitar as armadilhas em que caíram seus colegas no começo do exercício.

Negociar

Passemos à outra função primordial da diplomacia, que é negociar. É um conceito intuitivo, pois, desde cedo na vida, aprende-se a necessidade de negociar, primeiro dentro de casa, com os pais; depois, com os mestres. No setor privado, negocia-se tendo em mente os interesses da empresa onde se trabalha. No Itamaraty, negocia-se com o interesse nacional no horizonte. Isso significa que negociar é ceder?

Sem entrar em detalhes da teoria jurídica pertinente, todo tratado, acordo, memorandum de entendimento ou outros textos jurídicos do estilo implicam cessão consentida de soberania. Dois ou mais países aceitam adotar regras comuns, mas além de suas realidades nacionais específicas, em favor de causas maiores. Portanto, negociar pode, sim, implicar ceder. No entanto, o diplomata sempre atuará em sintonia com o interesse nacional.

A questão em todos os países é quem define o interesse nacional. No caso do Brasil, em passado distante, poucas pessoas da Administração Pública Federal falavam idiomas estrangeiros, além dos diplomatas. Logo, não fosse por outros motivos, a tendência era atribuir-lhes a condução das negociações em foros bilaterais e multilaterais. Ainda bem que a Esplanada dos Ministérios dispõe, hoje, de quadros capacitados, muitos dos quais tendo concluído cursos superiores em universidades estrangeiras de reconhecido prestígio, exibindo, além do mais, em geral, a necessária fluência em inglês, francês ou alemão. Em relação ao espanhol, os vizinhos têm ajudado, podendo-se mesmo dizer que, em algumas reuniões internacionais, o português já é idioma de trabalho.

Quanto ao processo de definição do interesse nacional, convém lembrar que, durante os anos do regime militar, as instruções de que o Itamaraty precisava para atuar nos planos bilateral e multilateral dependiam da aprovação da Presidência da República, por conduto do Gabinete Civil, ou, falando mais claro, do Conselho de Segurança Nacional ou do Serviço Nacional de Informações (SNI), do qual foram chefes os Generais Emilio G. Médici e João Figueiredo, ambos mais tarde chefes de Estado.

A articulação entre os ministérios existia. Recordo-me, por exemplo, que o Ministério dos Transportes consultou o Itamaraty sobre a possibilidade de o Brasil e a República Popular da China (RPC) acertarem acordo para permitir que navios mercantes de ambos os países pudessem utilizar os respectivos portos. O Brasil e a RPC ainda não mantinham relações diplomáticas, e alguns setores do governo brasileiro resistiam a abrir exceção até no plano comercial nas relações com países comunistas, por mais promissoras que pudessem ser já então as perspectivas de intercâmbio de mercadorias com países como a China. O Itamaraty e o Ministério dos Transportes decidiram dirigir consulta à Presidência, vale dizer, ao Conselho de Segurança Nacional, em documento no qual se relacionavam os prós e os contras da proposta e que concluía em favor da celebração do acordo.

Dias depois de expedida a respectiva Exposição de Motivos, o Ministro Oswaldo Lobo, chefe da Divisão de Transportes e Comunicações do Itamaraty à época, recebeu uma chamada de assessor do Conselho, para conferir a posição dos dois ministérios sobre a matéria. Mas não bastante clara a posição favorável? Que posição? Em algum ponto da trajetória do papel, alguém achou melhor resumir o texto, saltando da apresentação de posições para o "aproveito a oportunidade para expressar os votos da minha mais elevada estima [...]", fecho habitual dos documentos oficiais, evitando, assim, explicitar o apoio que ambos os Ministérios davam à proposta de acordo com os chineses. Avaliou-se que o momento político interno ainda não estava maduro para concessões de qualquer espécie à China de Mao.

A coordenação da política externa

O processo de redemocratização coincidiu com a internacionalização dos ministérios e a participação crescente da sociedade civil no debate interno, o que deve anteceder e balizar a preparação das instruções a serem seguidas no âmbito externo. A evolução refletiu à perfeição os novos tempos, nos quais a multiplicidade de temas e a complexidade técnica de muitos deles impuseram a regularidade de reuniões de consulta e a coordenação entre o Itamaraty e as agências ministeriais especializadas. O senso comum reiterava que, se as posições a serem apresentadas em foros bilaterais e multilaterais refletiriam o interesse nacional, a voz autorizada a prevalecer deveria ser, então, a que correspondesse à do governo brasileiro.

O governo brasileiro é a voz plural dos ministérios. Nas reuniões do CSNU, da Orgnização Mundial de Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (do inglês *Food and Agriculture Organization of the United Nations* — FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Comissão de Energia da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) ou das comissões mistas de Ciência e Tecnologia, entre outros vários foros, as delegações brasileiras intervêm em nome do país, não dos ministérios individualmente envolvidos, como o das Relações Exteriores (MRE), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Educação (MEC), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) ou de Minas e Energia (MME).

Aos ministérios ditos técnicos, cabe, de maneira preferente, o trabalho de informar o processo de consultas e discussão internas no país, que culminará na definição das políticas públicas a serem adotadas em suas respectivas áreas de competência. Proposta nenhuma que se venha a apresentar no exterior poderá contrariar essas políticas, cuja legitimidade está assegurada pela coordenação que a Casa Civil da Presidência da República houver orquestrado.

Para o Itamaraty, no entanto, o trabalho de preparação das posições que o Brasil, nos dias de hoje, defenderá no concerto de nações começa pelas consultas diretas aos ministérios técnicos e, se for o caso, aos setores da sociedade civil interessados no assunto. É muito difícil que um tema se limite à seara de uma única agência ministerial. Pode até ocorrer que a questão diga respeito de maneira mais direta a um órgão do governo. No caso de um projeto na área de fronteira, por exemplo, várias agências governamentais terão de ser ouvidas, como as ligadas aos Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Agricultura Pecuária e Abastecimento, etc. E quem coordena as visões das várias agências de governo no plano internacional é, por tradição, o Itamaraty.

Em alguns setores da sociedade brasileira, ainda paira a dúvida quanto ao real sentido de lealdade do Itamaraty. Isso porque, creem alguns, os diplomatas se dividem entre os que defendem os interesses do Estado, do governo e do MRE.

Excluir o governo dessa polêmica é fácil. O diplomata, além de sua vocação para funcionário de Estado, pertence a um órgão do Poder Executivo, responsável pelo assessoramento do presidente da República na formulação, no desempenho, na execução e no acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais. Da mesma forma que compete aos ministérios técnicos a verificação de que o encaminhamento no exterior dos temas que lhes são afetos não contradiga as políticas públicas vigentes, cabe ao Itamaraty assegurar que as propostas daqueles ministérios se ajustem às diretrizes da política externa, ditadas pelo presidente da República, assessorado, como vimos, pelo MRE.

Não se trata, pois, de veleidade de protagonismo de parte do Itamaraty insistir em atuar no exterior sempre que a defesa e a projeção dos interesses nacionais recomendarem a voz plural do governo brasileiro. Gosto de citar definição de chancelaria de autoria de um não brasileiro, no caso um francês, que disse ser o *Quai d'Orsay*[34] "um ministério da

34 O Itamaraty francês.

soberania", ao qual corresponde "conduzir, inspirar e coordenar a ação do Estado no plano internacional, promover e defender os interesses da França no mundo, contribuir para assegurar sua segurança e assentar sua influência"[35]. O conceito que destacaria — ao lado de outros, como "um ministério da soberania" — é o de "coordenar a ação do Estado no plano internacional", função que equivaleria a assegurar que os fundamentos da política externa, aprovados pelo presidente da República, e as políticas públicas, coordenadas pela Casa Civil, estejam em perfeita harmonia, para dar solidez e legitimidade às propostas que o Brasil decidir apresentar nos âmbitos bilateral ou multilateral das relações internacionais.

"Levar a rapadura para casa"

Um diplomata não precisa ser especialista nos temas de que trata, não a ponto de disputar conhecimentos com os peritos nas matérias. Cada vez mais, os diplomatas assemelham-se a grandes gerentes das posições do Brasil. O Embaixador Roberto Azevêdo, chefe da missão junto à OMC, a exemplo de alguns de seus antecessores e, de certo, de seus previsíveis sucessores, entende de disputas comerciais, solução de controvérsias, compras governamentais, patentes e todo o complicado temário das negociações econômicas internacionais decerto mais do que a maioria dos peritos em cada um desses tópicos, tanto mais porque tem a visão de conjunto das questões centrais da Rodada de Doha. Não é caso isolado no Itamaraty. Simplificando a lista de exemplos, recordo que será difícil convocar conferência, sob a égide de organizações internacionais de relevo, sobre mudança climática, desflorestamento e questões correlatas, se o Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, não puder, por

35 FRANCE. Ministère des Affaires Etrangères. *Programme Pluriannuel de Modernisation*. Paris: 1999.

qualquer motivo, que não se diga comparecer, mas pelo menos participar de maneira ativa da preparação e da condução dos trabalhos (que o confirmem os participantes da recente Rio+20[36]).

Essa, entretanto, não é a regra. Para ocupar-se dos assuntos que se lhes atribuem, os diplomatas estudam, pesquisam, conversam, leem e ouvem durante um bom tempo. Repito, o objetivo não é tornar-se a maior autoridade do país sobre a matéria; a ideia é, antes, saber do que se trata, de poder identificar os interesses nacionais em jogo e, sobretudo, os obstáculos para sua consecução. A partir disso, começa o trabalho de arregimentação dos melhores argumentos e dos mais renomados especialistas, para construir a estratégia mais adequada de atuação. Às vezes, esse esforço envolve reuniões com os setores no exterior contrários às teses brasileiras; outras, instruções a nossas embaixadas, para que o chefe da missão ou um de seus assessores realize gestões junto à chancelaria local ou ao ministério que se vem opondo às posições que nos interessam, para tentar, se não os fazer mudar de ideia, pelo menos temperar as resistências. Todos esses movimentos apoiam-se na assessoria dos especialistas brasileiros nos temas sobre a mesa, em geral funcionários de outros ministérios ou mesmo do setor privado.

Há casos em que o Itamaraty nem precisa enviar instruções, segundo ditado conhecido nos corredores da Casa, de que não se precisa de instruções para defender os interesses nacionais. Aquele mesmo embaixador que perguntava "*who owns this guy?*" descobriu que o governador de uma província do país onde servia — província com fortes laços econômicos com o Brasil — era amigo próximo do presidente local. A informação veio a calhar porque a embaixada acabara de saber que o Executivo desse país estava por submeter ao Congresso legislação que traria prováveis prejuízos à economia brasileira. O embaixador já tinha tentado conversar com o ministro encarregado do assunto, mas nem chamada telefônica ele

36 O Rio de Janeiro sediou, em julho de 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, 20 anos depois de ter abrigado conferência também convocada pela ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

se dignara a devolver. O diplomata não hesitou. Pediu para marcar uma visita de cortesia ao tal governador — que deve ter recebido o pedido com absoluta perplexidade, porque nunca embaixador nenhum o fora ver antes — e na audiência concedida usou algumas palavras de conveniência, para introduzir o encontro, e, então, atacar:

— Governador, fico muito feliz que meu país esteja em condições de contribuir para o desenvolvimento de seu Estado, por conta da parceria existente em torno do projeto tal.

O governador escolheu sorrir, e o embaixador prosseguiu:

— Pena que vamos ter de interromper essa tão promissora cooperação.
— Como é que é? — acordou o governador. — O que o senhor disse?
— Disse, governador, que meu país não poderá seguir envolvido com um país que nos quer prejudicar.
— Mas eu não quero prejudicar ninguém, o senhor deve estar enganado.
— Eu sei que o senhor não quer nos prejudicar, mas o Ministro Fulano sequer vem ao telefone para me explicar o sentido e o alcance da legislação "x", que vai nos criar sérios problemas.
— Ah, ele não quer falar com o senhor ao telefone? Deixe comigo. Pode voltar tranquilo para sua casa e, por favor, impeça qualquer interrupção nas relações de seu país com meu Estado, combinado?

Desnecessário dizer que, ao retornar à capital, o embaixador verificaria a existência de recado de duas chamadas do Ministro Fulano. Não tardou agendaram-se reuniões de trabalho e a tal legislação prejudicial ao Brasil jamais sairia da gaveta da burocracia local.

Essa estória remete à frase atribuída a um embaixador brasileiro, para quem o objetivo de toda gestão diplomática é levar a rapadura para casa. Não há conceito exclusivo nenhum na assertiva. Fosse um diplomata italiano, apenas trocaria rapadura por pasta; um argentino, por choriço;

um russo, por vodca; e assim por diante. Todos convergiriam no objetivo comum de que uma negociação é — ou era — levar vantagem, um lado sobre o outro.

Na origem, tal sentimento talvez refletisse o mesmo clima predominante na época colonial, quando as metrópoles não concebiam menos do que tirar o maior proveito possível dos acordos "negociados" com as colônias, cujos dirigentes ou procediam das capitais europeias ou estavam de todo ligados aos interesses delas. O processo de independência dessas colônias não as ajudou muito nessa questão, pois a divisão bipolar do mundo determinaria que os termos dos acordos teriam de sujeitar-se às considerações político-estratégicas das superpotências.

Nesse ambiente, "levar a rapadura para casa" resultava um luxo com o qual os países em desenvolvimento estavam autorizados a apenas sonhar. Por décadas, se é que hoje o quadro já foi superado, as relações de troca caracterizavam-se pela exportação, por parte desses países, de matérias-primas agrícolas, minérios e produtos alimentícios — *commodities*, enfim — e pela importação de bens industrializados, geralmente para satisfazer as necessidades de consumo de uma classe média ascendente ou aprimorar o desempenho das Forças Armadas, excepcionalmente para contribuir com máquinas e equipamentos, a fim de modernizar sua capacidade produtiva.

A queda do muro de Berlim e o reordenamento do equilíbrio de forças no concerto de nações, bem como um maior envolvimento e protagonismo dos países em desenvolvimento na definição das normas e das regras do sistema internacional, tornaram inviável que o melhor resultado de uma negociação pudesse continuar a ser apenas "levar a rapadura para casa". Não era mais possível ter vencedores e vencidos: ou todos ganhavam ou todos perdiam. Seria imaginável que uma conferência com os propósitos de uma Rio+20 pudesse terminar com um balanço nos moldes de uma disputa esportiva? O mundo todo sairia perdedor.

A beleza do processo negociador dos dias atuais é alcançar o ponto de equilíbrio entre os interesses nacionais da maioria expressiva dos

Estados, de maneira que cada cessão de soberania efetivada corresponda a conquistas e avanços coletivos. O problema está em harmonizar isso com a compreensível ansiedade da opinião pública, desejosa de identificar, ao final de toda negociação, resultados concretos, visíveis e imediatos. Como esperar que 196 Estados[37], detentores de perfis políticos, econômicos e sociais tão díspares, o que antecipa estratégias de negociação muito diferentes, à luz dos respectivos interesses nacionais, possam lograr, em uma única conferência, desbastar todas as arestas e, da noite para o dia, produzir um acordo salvador do mundo?

Pode-se ilustrar a dificuldade desse projeto com o exemplo da União Europeia (UE), instância de evidente êxito negociador em favor da integração dos países do continente que partiu de um núcleo inicial de seis países[38] para edificar a organização atual com 27 membros. No entanto, essa conquista, por mais bem-sucedida que possa ser, já demandou mais de meio século de muito trabalho e ainda não se concluiu. Basta lembrar a crise do euro, cujo desfecho não parece mobilizar todos os estados-membros da mesma maneira.

37 Número de países-membros admitidos na ONU.

38 O Tratado de Paris de 1951 lançou as bases da integração, ao criar a Comissão Europeia do Carvão e do Aço. Foram signatários Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

Estreitar as relações políticas, econômico-comerciais e culturais

As funções de representar, informar e negociar são instrumentos valiosos para proteger e projetar os interesses nacionais no exterior e, ao mesmo tempo, promover o estreitamento das relações políticas, econômico-comerciais e culturais do Brasil com seus muitos parceiros no concerto de nações. Nem sempre os resultados da atividade diplomática chegam ao conhecimento público. Há casos em que não se pode divulgar o que está em discussão e menos ainda o que e como foi acertado. Lembram-se da trabalheira do embaixador brasileiro para evitar que um projeto de legislação chegasse à consideração do Parlamento local? Como contar o que se passou nos bastidores dessa gestão diplomática?

Por sorte, a maioria das negociações conduz muito mais a acordos divulgáveis do que a freios ou bloqueios da ação de governos. Basta recordar os acordos de paz, os entendimentos para controlar armas nucleares, as medidas de defesa dos direitos humanos, os programas de combate à fome e à miséria, as decisões referentes a mudanças climáticas e tantos outros compromissos assumidos na cena internacional, que redundaram em melhoria sensível da qualidade de vida de todos.

Não é culpa, porém, da diplomacia se atuações que colheram frutos relevantes para o país não tenham merecido a divulgação esperada. Na Presidência da AGNU em 1948, Oswaldo Aranha conduziu os trabalhos que resultaram na criação do Estado de Israel. Até hoje, o Estado e o povo daquele país cultuam com imenso carinho a memória do chanceler brasileiro, em cuja honra leva seu nome logradouro público, inaugurado em território israelense.

A carta constitutiva da Organização Mundial do Café em 1963 muito deve à tenacidade e à competência da delegação brasileira. Em jogo, estava a definição de normas e regras de funcionamento do comércio do café, opondo, de um lado, os exportadores mundiais do produto, entre os quais o Brasil, em meio a outros países em desenvolvimento, e, de outro, os importadores, que coincidiam ser os de economia mais desenvolvida, o que equivale dizer, os de maior peso específico na hora de negociar. Ainda assim, George Álvares Maciel, Ronaldo Costa, Souto Maior, Geraldo Holanda Cavalcanti, Lindberg Sette, Jorio Dauster, Luiz Felipe Lampreia e Gilberto Velloso, entre outros, contribuíram de maneira decisiva para fazer aprovar um texto final equilibrado, êxito nada desprezível, quando, em frente, na mesa de negociação, se agitavam, entre muitos outros, diplomatas experientes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

Outro episódio que passou quase despercebido pela opinião pública brasileira data de 1994. Os governos organizavam-se para enfrentar a dura rodada de reuniões, convocada em Marraqueche, no Marrocos, que haveria de criar a OMC, em substituição ao GATT. O prestigioso jornal britânico *Times* julgou, assim, oportuno dar especial cobertura aos preparativos e publicou, em edição especial, encarte que distinguia e homenageava os negociadores que mais tinham influído nas discussões sobre o então possível futuro novo código para as relações econômicas e comerciais do mundo. Ao lado de poucos nomes selecionados, destacava-se o do Embaixador Paulo Nogueira Batista, do Brasil.

É compreensível que o desenrolar de acordos negociados e acertados em reuniões multilaterais receba, em geral, atenção menor do que os que se encaminham no âmbito bilateral ou entre países de uma mesma região. Em conferências multilaterais, costumam predominar discussões sobre políticas públicas, como desarmamento, normas de comércio, meio ambiente etc., quando não questões de caráter mais técnico, por exemplo, direito do mar, espaço sideral, proteção de florestas etc. Já os acordos bilaterais ficam "mais próximos de casa", por assim dizer, como são os casos de acordos de fronteiras, de dispensa de vistos ou de reconhecimento de diplomas universitários.

Para os diplomatas, como servidores públicos, funcionários do Estado, participar de uma negociação que conduza a um acordo, seja ele multilateral, regional ou bilateral, é um privilégio. O começo da construção de uma imponente obra de infraestrutura, a chegada ao mercado local de um carregamento de mercadorias brasileiras, a adjudicação de um contrato poderoso a uma empreiteira nacional, a confirmação de um investimento milionário em projeto estratégico da economia, a abertura de uma reunião de coordenação com um país de importância estratégica para o Brasil e tantas outras conquistas terminam por compensar as dores de cabeça, as trombadas, as noites em claro que escreveram o preâmbulo das histórias que, em seu momento, ganharam, a olhos vistos, sua materialidade. Foram conversas complicadas, ante a resistência de lado a lado a ceder, uma verdadeira gangorra de angústias, empurrada ora por atitudes receptivas, ora por crises de nervos de fazer tremer a sala de reuniões. No entanto, de repente, o entendimento, a luz que se esparrama sobre as ações pretendidas no âmbito das negociações e das gestões urdidas de maneira paciente e hábil.

Os acordos nas áreas econômica e comercial são os mais frequentes. A esta altura do ensaio, já deve ter-se tornado patente que servir ao interesse público de forma nenhuma exclui servir também aos interesses do setor privado, desde que sejam convergentes. Defender, por exemplo, o início ou a expansão do investimento estrangeiro em um setor estratégico da economia nacional poderá gerar vantagens múltiplas, entre outras, maior oferta de empregos, ganhos de renda, treinamento complementar da mão de obra qualificada, salto de produtividade, estímulo à formação de cadeias produtivas, melhoria da competitividade, transferência de tecnologia e aumento de exportações. Será, portanto, mais do que justificado o envolvimento militante do agente diplomático.

O importante a reter a esse respeito é que a agenda dos homens de negócio no país faz parte obrigatória da agenda do diplomata. Não se pode supor que se abram tratativas para desenvolver um projeto qualquer de interesse privado para o Brasil sem o conhecimento do posto diplomático no exterior.

A Embaixada e os acordos no exterior

As embaixadas devem ser o ponto de referência e orientação dos brasileiros no exterior. Uma vez compareci — o coração na boca — a uma cerimônia na qual se anunciaria o resultado de uma licitação para a construção de uma enorme obra de infraestrutura, da qual participara uma de nossas grandes empresas. A obra seria adjudicada a uma empresa europeia. Nós, na embaixada, já temíamos aquele desfecho. A empresa vencedora teve o cuidado de associar-se a uma empresa local, cujo primeiro conselho fora contratar o melhor escritório de advocacia da cidade, conhecido por guiar seus clientes pelos meandros das licitações. Houvesse a embaixada sido consultada, teríamos dado o mesmo conselho, e a construção da obra poderia ter ficado com a empresa brasileira. É sempre conveniente recordar que a execução de um projeto de infraestrutura no exterior implica que pelo menos 35% dos recursos financeiros fiquem com a indústria brasileira e os consultores nacionais dos serviços técnicos de engenharia e gerência, razão mais do que suficiente para a participação comprometida de nossos diplomatas.

Os diplomatas, os oficiais de chancelaria, os assistentes de chancelaria e os contratados locais são pagos, não só para conhecer a economia do país onde residem, mas também para esmiuçar-lhe as oportunidades de negócios e dominar os circuitos a serem percorridos. As grandes empresas brasileiras, apoiadas por assessores muito bem treinados e experientes, tendem a só procurar as embaixadas nos momentos de crise, quando os problemas já apareceram e, por vezes, ganharam contornos dramáticos. Pode ser tarde para, que não se diga corrigir, pelo menos evitar danos. Os pequenos e médios empresários que viajam ao exterior com a cara e a coragem em geral já aprenderam a confiar nas embaixadas, e estou seguro de que muitos poderão atribuir parte do êxito obtido nos negócios fechados no exterior à mão amiga dos funcionários da missão diplomática ou da repartição consular instaladas no país.

Lembro-me de um caso em que um empresário brasileiro de porte médio se apresentou à embaixada, em busca de ajuda para vender seu produto no mercado local. Olhava-se daqui, discutia-se dali, e chegou-se à conclusão de que, diante das dimensões modestas de consumo do país, a melhor opção talvez fosse associar-se a uma empresa do mesmo ramo, trabalhar com ela a modernização e a ampliação de sua capacidade produtiva — o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderia ajudar no financiamento, se a maquinaria fosse adquirida no Brasil — e iniciar a exportação para os Estados Unidos, tirando-se proveito da redução tarifária que a lei norte-americana concedia à importação desse produto, originário desse país.

Envolver a embaixada nos negócios de uma empresa tem ainda a vantagem de uma transação ajudar à consecução de outra. Por exemplo, concluída a negociação para a realização de investimentos importantes em um setor produtivo local, o prestígio do Brasil, às vezes até mais do que o da empresa envolvida, eleva-se aos olhos das autoridades do país beneficiado, trunfo que muito poderá valer na conclusão de outros projetos. Da mesma forma, se para a finalização satisfatória de uma grande operação comercial, digamos compra pelo Brasil de equipamentos pesados, estiver embutida cláusula de transferência de tecnologia, todas as negociações paralelas, mesmo envolvendo empresas e produtos diferentes, podem, com toda a tranquilidade, exigir as mesmas condições, atitude que aumentará a pressão sobre os parceiros e, decerto, haverá de contribuir para a elevação dos padrões tecnológicos do setor produtivo nacional. Tive a seguinte conversa, determinada vez:

— Ah, mas esse assunto é daquela empresa, não tenho nada a ver com isso.

Respondi:

— Sei que as empresas são diferentes, mas o país é o mesmo e, para o Brasil, o que interessa é o que fazemos de governo a governo.

Perplexo, o empresário local ainda tentou contra-argumentar:

— Mas eu não sou governo.
— Não é — concordei —, mas como conseguirá todas as licenças para efetivar o negócio, se não for em parceria com o governo, que só lhe vai conceder o que for necessário se avaliar que o projeto é de interesse também para o país? E ainda me diz que não tem nada a ver com o governo?

A embaixada estará sempre em melhores condições para apadrinhar e acompanhar a conjugação dos interesses nacionais com os do setor privado no exterior. Para tanto, convém que seja informada dos entendimentos desde o começo, para ter condições de atuar de acordo com uma visão de conjunto das relações bilaterais. Lembro que não há limites para a criatividade de uma embaixada.

As relações comerciais com um país latino-americano registravam forte superávit em favor do Brasil, à base de dois por um, isto é, para cada produto que importávamos daquele país, exportávamos dois. O mais grave era que, a julgar pela dinâmica das duas economias, a relação não tardaria a passar para a de três por um, no médio e longo prazos. A solução encontrada pelo embaixador brasileiro é descrita no seguinte diálogo:

— Vamos ter de importar mais desse país, para poder continuar exportando no ritmo atual.

Um tecnocrata em Brasília, no entanto, indignou-se:

— Que país com o qual temos déficit comercial se preocupa conosco? — explodiu, antes de avaliar a proposta.

O mais irônico foi que, meses depois, o governo brasileiro lançou programa de nome complicado que pregava, sem tirar nem pôr, o que sugerira o embaixador, importar mais dos países do continente, para poder exportar-lhes mais.

Projetos desse tipo costumam, também, gerar imenso reconhecimento. Uma vez, certo órgão do governo decidiu organizar uma feira de alimentos no Brasil, com exclusividade para os olhos exigentes e os bolsos fundos de uma grande cadeia estrangeira de distribuição. O êxito da iniciativa foi estrondoso e, junto com a ideia de repeti-la, cogitou-se convidar todos os países latino-americanos para também expor seus produtos, lado a lado com os brasileiros, no convencimento de que não era provável que a oferta de nossa vizinhança deslocasse a do Brasil, fosse por preço, fosse por qualidade. Não saberia explicar as razões, mas a feira não voltou a acontecer, os países latino-americanos não puderam vender seus produtos agrícolas, e o Brasil não pôde tirar proveito político do gesto — mas que a ideia era fantástica, era; espero que se concretize um dia.

Os casos contados são, a meu ver, suficientes para ilustrar como a agenda do setor privado acaba por passar pela agenda do governo, no Brasil, e da embaixada, no exterior. Acontece, no entanto, que a recíproca não é verdadeira, porque a agenda, tanto do governo quanto do diplomata, vai muito além da do setor privado. Os exemplos no tocante ao governo são fáceis de listar. Basta recordar as fontes várias que influem na definição do interesse nacional — o setor privado é apenas uma delas. Como a embaixada é a voz mais autorizada do país no exterior, tampouco se necessitaria de muita imaginação para identificar situações em que o interesse público se distingue do interesse privado. Cito um único exemplo. Suponham a construção realizada por uma empresa brasileira de uma usina cuja operação se caracterize pelo potencial de provocar forte poluição na zona fronteiriça com o Brasil. Poderá contar com o apoio da embaixada, mas, antes, terão de ser dadas todas as garantias de seu funcionamento limpo e sustentável.

A imagem do país

Não é apenas na área econômico-comercial que se pode trabalhar para o estreitamento das relações entre os países. O setor cultural ofe-

rece horizonte infindável de possibilidades. A começar, poucos povos de fato se conhecem ou se estimam. Os habitantes de países fronteiriços nem sempre se amam, e o registro histórico requereria muitas páginas para relatar os conflitos havidos ou em curso; cidadãos de países desenvolvidos recorrem a caricaturas e clichês para enquadrar os países em desenvolvimento; na imprensa internacional, de acordo com a linha de que o interessante é o sensacionalismo, a cobertura dá, em geral, preferência a matérias peculiares e exóticas, com direito a manchetes de primeira página.

Entre as funções principais na área cultural de parte da embaixada, destacam-se, portanto, de um lado, fazer o país ser conhecido de forma correta e, de outro, ajudar na construção e na correção da sua imagem. A segunda tarefa é muito ingrata, às vezes por conta da atitude da própria imprensa nacional, interessada em vender notícias espetaculares sobre o país, mesmo que negativas. Um amigo recorreu à seguinte caricatura para explicar essa situação, caracterizada por preconceitos radicais. Imaginou a chegada de uma autoridade brasileira à capital de um país sul-americano, onde ele é de pronto abordado por um jornalista local, que lhe pergunta: "O que o senhor acha da política revolucionária e cheia de promessas alvissareiras para o país que o ministro da Economia lançou esta semana?" Mais tarde, uma autoridade estrangeira qualquer aterrissa em aeroporto brasileiro, e um repórter a questiona: "O senhor está de acordo com essa medida infame que o governo acaba de adotar para...?"

Trata-se, repito, apenas de uma caricatura. O que acontece, em certas épocas, é o fraquejar do sentido de cidadania. Quem não se lembra de que, logo após a chacina da Candelária, na qual nove meninos que dormiam ao relento, sob o manto sagrado do templo, foram acossados e mortos por policiais, uma rádio carioca abriu seus microfones à opinião popular e que muitos declararam algo do tipo: "É isso mesmo, mais tarde seriam todos marginais."

Poucos anos depois, como reflexo da evolução da própria sociedade brasileira, a população escolheu deplorar de maneira pública e enfática a ação delinquente de rapazes idiotizados em Brasília que atearam fogo a

um índio que dormia sobre um banco ao abrigo de uma parada de ônibus, sob a desculpa descabida de que pensaram tratar-se de um mendigo.

Todos os países têm suas páginas negras no noticiário. Um embaixador experiente resumiu o problema da imagem do Brasil no exterior de maneira curiosa. Apelou para uma comparação com o jogo de pôquer. Comentou que ganha o jogo quem tem sorte e que perde quem não a tem. Quem sabe jogar bem perde menos, mesmo quando não tem sorte, e quem não sabe jogar perde horrores, quando a sorte lhe passa ao largo. Em resumo, mesmo quem joga bem não consegue driblar a falta de sorte a ponto de ganhar. O mesmo acontece com o mais competente dos diplomatas. Se a realidade do país não contribuir, não há operador político que consiga ganhar a parada. Pode atenuar o prejuízo, mas nunca reverter o resultado e espancar a sorte.

Mais grave é quando, em razão do passivo histórico, se compromete a autoridade do país para se fazer de novo respeitar no cenário internacional. Em 1972, em Estocolmo, no curso da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, um delegado ousou lançar o conceito de desenvolvimento sustentável. Não era correto, dizia ele, que o mundo continuasse produzindo da maneira como vinha fazendo há décadas, sem se importar com o esgotamento dos recursos naturais nem com a poluição do ar, do mar e da terra. No entanto, seria injusto se, para corrigir esse estado de coisas, fossem adotadas medidas de aplicação universal, sem reconhecer que a vasta maioria dos países não tinha tido o privilégio sequer de usar seus recursos naturais e que só poluíam o meio ambiente com a pobreza e a miséria de que padeciam.

Os conceitos adiantados pelo Embaixador brasileiro Miguel Osorio de Almeida só encontraram apoio, depois de muita discussão, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio 92, 20 anos mais tarde, portanto. Pelo menos, então, conseguiu-se sofisticar o conceito, ao atribuir-lhe as vertentes econômica, ambiental e social. A inovação visava, de novo, proteger os países em desenvolvimento, na perspectiva de que os projetos teriam de cuidar

tanto de sua viabilidade econômica e ambiental quanto de seus efeitos sobre criação de empregos, distribuição de renda, combate à pobreza etc. Em relação a vários títulos, a liderança do Brasil nos debates e nos resultados da Rio 92 foi ao final reconhecida. Não em termos, porém, de creditar à sociedade brasileira autoridade para administrar seus próprios recursos naturais. Por mais bem-sucedidas que sejam as ações públicas dos governos federal, estadual e municipal no combate ao desflorestamento, por exemplo, com índices sucessivos anuais de contenção de mais de 70% das práticas predatórias, volta e meia insistem algumas vozes em alardear ameaças à sobrevida da Amazônia.

Não resisto a transcrever, a esse respeito, texto magistral de resposta do Senador Cristovam Buarque, em 2000, a um estudante norte-americano da New York University que lhe pedira opinião, como humanista e não como brasileiro, sobre a internacionalização da Amazônia. Segue a íntegra do texto:

> De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, posso imaginar a sua internacionalização, como também de tudo mais que tem importância para a humanidade.
>
> Se a Amazônia, sob uma ética humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço.
>
> Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país. Queimar a Amazônia é tão grave

quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação. Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar que esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, seja manipulado e instruído pelo gosto de um proprietário ou de um país. Não faz muito tempo, um milionário japonês decidiu enterrar com ele um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado.

Durante esse encontro, as Nações Unidas estão realizando o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos Estados Unidos. Por isso, eu acho que Nova York, como sede das Nações Unidas, deve ser internacionalizada. Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro.

Se os Estados Unidos querem internacionalizar a Amazônia pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos Estados Unidos. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maiores do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil.

Defendo a ideia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca de dívida. Comecemos usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de comer e de ir à escola. Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro.

> Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa!

Não acredito que um diplomata brasileiro pudesse ter pronunciado intervenção nesses termos em alguma reunião internacional, sem provocar séria crise diplomática com alguns países, embora pudesse terminar aplaudido ao final pela opinião pública, para quem as verdades têm de ser ditas em todas as circunstâncias. Concordo que dá vontade de fazer justo isso muitas vezes, mas é aí que recorro ao grande Carlos Drummond de Andrade, que escreveu: "Sejamos francos, todos abominamos a franqueza."

Até hoje, guardo com imenso carinho o artigo do Senador Cristovam Buarque, e reproduzi-o neste ensaio para ilustrar a perda de paciência que muitos de nós sentimos, às vezes, ao lidar com certos debates infindáveis em reuniões internacionais, debates que, para alguns, são alimentados ou mesmo financiados por interesse contrariados. Será verdade? Não sei, só lido com fatos, e os fatos não elucidaram o envolvimento da presença de interesses escusos. Além do mais, em política externa, não se deve ser paranoico, muito embora outro brasileiro ilustre, Aparício Torelly, também conhecido como Barão de Itararé, tenha refletido uma vez: "Eu não sou paranoico, mas que estão me perseguindo, estão."

Um filão: o setor cultural

Deixemos essa polêmica para trás e voltemos a considerar o que o diplomata pode — e deve — fazer no plano cultural: divulgar a produção e a criatividade artísticas do Brasil. Não cabe o argumento de que não se tem dinheiro para desenhar e executar no exterior uma política cultural à altura da cultura brasileira. Uma vez tive acesso, por mero acaso, ao montante orçamentário à disposição da agência dos Estados Unidos,

encarregada de financiar os projetos culturais apenas no Brasil. Era igual ou superior ao de muitas agências do governo brasileiro, cujo cometido era implementar políticas públicas em áreas bem mais urgentes para o desenvolvimento econômico e social do país. É provável que países como a Alemanha, França e Itália disponham também de generosos recursos para cobrir os gastos com a promoção cultural. Na América Latina, destaca-se o México, tanto pelas verbas disponíveis quanto pelo bom gosto da programação executada no exterior.

Mais inventivo ainda é quando os países, com muita competência, combinam cultura, gastronomia e turismo, mescla que, além de divulgar de maneira fantástica as excelências do país, atrai extraordinárias somas de dinheiro. Estima-se que cerca de 75 milhões de pessoas visitem todos os anos apenas Paris, atraídas pelos encantos múltiplos da cidade, ornada de monumentos, de arquitetura única e com museus célebres, bem como pelos restaurantes renomados, casas de espetáculo e lojas de grife[39]. A população da Espanha mais do que dobra a cada ano, graças às levas de turistas que, nos meses de alta estação, reduzem em escala importante as taxas de desemprego nas muitas cidades do país, as quais oferecem de tourada a flamenco, de paisagens árabes a praias sedutoras no verão e estações de esqui profissionais no inverno. Para não mencionar os países do Caribe e do Sudeste Asiático, cujas praias se estampam em publicidades frequentes nas principais emissoras de televisão europeias e norte-americanas, sem imagem nenhuma, porém, que desnude mulheres ou insinue a existência de território livre para aventuras sexuais.

Não desenvolvemos ainda o setor turístico para receber mais do que quatro ou cinco milhões de estrangeiros por ano, apesar dos ingentes esforços do governo brasileiro em todas as esferas, bem como de empresários do setor. Tampouco dispomos de um cofre de prata para financiar, de maneira regular, projetos expressivos de divulgação da cultura nacional.

39 Dos 75 milhões, consta que nove milhões vão ao Louvre, o que implica preço do ingresso, *tour* à loja de *souvenirs* do museu e, pelo menos, um *croissant* com café no restaurante. Não tenho cifras oficiais, mas penso ser razoável supor que cada visitante gaste uma média de 30 a 35 euros. Em uma palavra, cultura tambem é negócio, um bom negócio.

No entanto, contamos com o que poucos países podem contar, a criatividade e a ousadia do brasileiro.

Em novembro de 1962, o então Conselheiro Mario Dias Costa teve a coragem de bancar, em uma repartição pública, o Itamaraty, um projeto na aparência alucinado de artistas, determinados a apresentar um show com algo chamado de "bossa-nova" no prestigioso *Carnegie Hall,* situado bem no coração de Nova York. A história da música popular contemporânea estava por revolucionar-se sob a inspiração de Vinicius de Moraes, Antonio Carlos Jobim, João Gilberto e companhia, que encantaram e entusiasmaram artistas como Stan Getz, Charles Byrd, Cannonball Adderley e muitos outros, até contagiar, mais tarde, Frank Sinatra, por conta de uma nova maneira de fazer e tocar música.

Há outro exemplo nessa mesma linha. Em abril de 1970, o Palácio Itamaraty em Brasília foi inaugurado. O MRE seria o primeiro órgão de alto escalão a se transferir para a nova capital. Vivíamos todos no Rio de Janeiro, e o mero boato da mudança para o Planalto Central regelava-nos. Ao Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho foi conferida a tarefa de montar e decorar o novo Itamaraty. Muitos acreditam que Murtinho foi escolhido por ser, sem dúvida, pessoa da mais notória sofisticação artística, mas também pela torcida de muitos de que suas imensas virtudes lhe tivessem subtraído o perfil executivo que se reclamava para o difícil encargo de coordenar a mudança para Brasília, com o que o Itamaraty jamais sairia do Rio de Janeiro e lá seguiria glorioso.

Ledo engano, como se dizia à época. Murtinho surpreendeu a todos que mal o conheciam e encantou aos que já o admiravam. Conseguiu fazer do novo Itamaraty um tributo à cultura brasileira. Prédio do governo, onde o chefe de Estado brasileiro deve, pelas normas do Cerimonial Público, homenagear seus altos convidados estrangeiros, o Itamaraty é, hoje, um patrimônio artístico sem paralelo na República. É verdade que muitas peças, sobretudo móveis, prataria e santos barrocos, tapetes orientais, tenham vindo do acervo do Rio, mas a maioria foi adquirida via o talento, o engenho e a arte de Murtinho.

A começar pela autoria do projeto arquitetônico, de Oscar Niemeyer, o Palácio Itamaraty exibe quadros, esculturas, tapetes, jardins, painéis e gravuras assinados por artistas da altura de Portinari, Di Cavalcanti, A. Ianelli, Volpi, Rego Monteiro, Aldo Bonadei, Milton Dacosta, Antonio Bandeira, Tomie Ohtake, Iberê Camargo, Zaluar, Rubem Valentin, Bruno Giorgi, Mary Vieira, Ceschiatti, Brecheret, Athos Bulcão, Maria Martins, Sergio Camargo, Franz Weismann, Ione Saldanha, Emanoel Araujo, Madeleine Colaço, Roberto Burle Marx, Norberto Nicola, Fayga Ostrower, Marcelo Grassman, Livio Abramo, Edith Behring, Maria Bonomi e muitos mais.

O exemplo do Embaixador Murtinho marcou-me por décadas e, na primeira oportunidade que tive, a inauguração da sede do IRBr, pensei em prestar-lhe uma homenagem. A nova sede da academia diplomática brasileira precisava contar com obras relevantes de artistas nacionais. Não podia recorrer à Administração do Itamaraty por recursos para a aquisição de peças porque correria o risco de ser removido para algum buraco no exterior, por senil ou perdulário. Apelei, então, para o prestígio da instituição e o telefone. As conversas foram muito simples: "Alô, sou o diretor do IRBr, o prédio ficará pronto em poucos meses, e a academia diplomática brasileira tem de exibir nossa produção artística, não tem?" Essa era a abertura para todos. Quando falava com os artistas que meu amigo, hoje Embaixador Fausto Godoy, me ajudou a abordar, acrescentava: "Quanto você cobraria por um trabalho a ser exposto no IRBr?" Em seguida, perguntava: "Que empresas em geral financiam suas obras?"

No contato com as empresas, apenas indicava o montante do trabalho escolhido e transmitia o valor do esperado apoio financeiro. Ao custo para os cofres públicos de duas passagens aéreas para os trechos São Paulo-Brasília-São Paulo, um almoço para quatro pessoas e algumas tiras de vinil, o IRBr pôde receber um conjunto importante de obras, que incluem um painel de Athos Bulcão de 100 m², escultura de aço portante de sete metros de Emanoel Araujo, escultura de Tomie Othake, revestimento da torre do elevador e mandala em azulejos de Amélia Toledo, imagem em vinil projetada sobre a parede de Regina Silveira; escultura de Francisco

Brennand e quadro a óleo de Luiz Geraldo (Dolino) Nascimento. A lista é bem mais modesta do que a de Murtinho, mas o exemplo é de igual clareza: pode-se fazer muito no campo cultural, com ou sem dinheiro, basta pensar em servir ao país também no plano cultural, que é, no fundo, a imagem mais profunda de um povo.

Saltando no tempo, trato da primeira visita oficial do Presidente Lula da Silva ao Japão. Eu ainda não tinha assumido a chefia da embaixada. Por isso, sequer posso pretender faturar o êxito do projeto, todo do Embaixador Ivan Cannabrava e do chefe do Setor Cultural, o hoje Conselheiro Marco Antonio Nakata.

Nakata reparou que o cartão do metrô de Tóquio trazia sempre uma imagem estampada em um de seus lados e procurou os responsáveis da empresa para propor-lhes que, na semana da visita do presidente do Brasil, os cartões exibissem imagens brasileiras. Não só foi bem-sucedido na gestão — recordo, por oportuno, que circulam pelo metrô de Tóquio cerca de seis milhões de pessoas a cada dia —, mas também conseguiu, a mais, que todo um vagão fosse decorado com motivos do país, para transportar o Presidente Lula de uma estação à outra. Muita gente ainda lembrará que a foto publicada nos jornais brasileiros para marcar a passagem do presidente por Tóquio foi justo a dele a bordo do "trem brasileiro". Custo do projeto para o Brasil? Zero!

Dizer que é preciso dispor de dinheiro para realizar eventos na área cultural, como, de resto, em qualquer campo da atividade diplomática, é legítimo. Alegar não poder fazê-lo por falta de recursos pode ser até uma justificativa, mas soa como desculpa de burocrata. Muitas vezes, projetos interessantes nos caem ao colo nos melhores momentos, e número elevado de empresas não têm programas próprios nos países onde atuam e estariam dispostas a colaborar com a programação da embaixada, sempre que os interesses convergirem.

Em ambos os casos, é mais do que lícito pegar carona. Uma vez, quando embaixador em Lima, tomei conhecimento de que Caetano Veloso faria duas apresentações na cidade sob os auspícios de um banco não brasileiro,

mas dirigido por um compatriota. Primeiro, consegui um bom número de entradas para distribuir entre as autoridades peruanas com quem precisava fazer algum gesto de boa vontade. Depois, convenci o banco a organizar um coquetel de congraçamento, com a participação de Caetano, em área contígua à sala de espetáculo, aproveitando a presença das autoridades convidadas pelo banco e por mim para assistir ao show. Passei a ser um dos embaixadores mais populares junto a importantes setores do governo, dos meios empresariais e jornalísticos peruanos — de graça.

Em Tóquio, o desafio era maior, bem maior. Aproximava-se a celebração do centenário da imigração japonesa para o Brasil. De minha parte, interessava-me aproveitar os festejos para mostrar ao Japão que país era esse que recebeu levas de japoneses e que gerou uma população de um 1,7 milhão de pessoas de descendência nipônica. O que quer que estivesse sendo planejado para acontecer no Brasil, não era da minha conta. Meu problema era organizar os festejos no Japão (Tóquio e demais cidades abrigavam então cerca de 320 mil nipo-brasileiros) e, mais difícil, bancar essa aventura.

Criei o Grupo Brasil, integrado por representantes de empresas brasileiras sediadas no Japão, e comecei a propor-lhes projetos. Não fui muito longe com propostas que saíssem do zero, por assim dizer. Contudo, peguei belas caronas nas programações que a Petrobras, a Vale e o Banco do Brasil já tinham previsto realizar no Japão, tanto na área cultural quanto na esportiva[40].

Talvez dois outros exemplos no Japão devam ser lembrados pela repercussão que tiveram, a custos baixíssimos. Ambos foram sugestões de Nakata. O primeiro foi o convite de artistas japoneses de *shodô*, a arte da caligrafia, a transpor para o *Kanji* trechos de obras de sete a oito poetas brasileiros, entre eles Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Vinicius

40 Por exemplo, apadrinhei, entre outras, as apresentações do grupo de dança O Corpo, da Companhia de Dança Deborah Colker, do conjunto Olodum e do Taikô japonês; as participações das seleções feminina e masculina de vôlei em campeonatos mundiais disputados em Tóquio, nos quais ambas as equipes se sagraram campeãs.

de Moraes e Carlos Drummond de Andrade. O auditório da embaixada que abrigou a mostra superlotou de brasileiros e japoneses. O segundo foi a adaptação, para o caso brasileiro, de pequeno livro editado em Tóquio, com textos em inglês e em japonês, com o título de *105 palavras-chave para entender o Japão*, no qual havia palavras como *bonsai*, *geisha*, *karaokê*, *kimono*, *origami*, *samurai*, *sushi*, *sumo* etc. apresentadas por eminentes especialistas locais, selecionados a dedo para escrever textos curtos, de no máximo uma página, ao lado de ilustrações sensacionais, uma para cada palavra. Lógico, partimos para uma edição sobre o Brasil, em português e em japonês, cuja curadoria entreguei às mãos competentes do acadêmico Arnaldo Niskier. Com a ajuda de vários de seus colegas da Academia Brasileira de Letras (ABL) e de personalidades como Chico Caruso, Martinho da Vila, Renato Maurício Prado, Ruy Castro, Sérgio Cabral, Tom da Bahia, Zico, Zuenir Ventura produziu-se o *100 palavras para conhecer melhor o Brasil*[41]. Apraz-me informar que já estão disponíveis também as edições em inglês e em mandarim do livro.

Caberia uma palavra sobre um tipo de promoção cultural, em vários aspectos, diferente. Trata-se do Festival Internacional de Arte Europalia, que conta com recursos e que é patrocinado por um país para celebrar a herança cultural de outro. Desde 1969, a Bélgica tem organizado a cada dois anos o festival, para celebrar um país convidado. A duração da festa estende-se por quatro meses, de outubro a janeiro — vale dizer, no auge da estação de espetáculos na Europa —, e não se limita a Bruxelas. A Bélgica põe à disposição do país convidado todas as instalações que integram o conjunto de espaços culturais locais e, juntos, trabalham em uma programação do mais alto nível e em campos múltiplos das artes.

A 23ª edição do festival (2011-12) foi reservada ao Brasil. Sob coordenação do Ministério da Cultura[42] e apoio do Itamaraty, foram organizados

41 A preparação dos textos em português, a tradução para o japonês (por Sumio Kojima), a seleção e a edição de fotos e a publicação pelo Instituto Antares foram financiadas pelo BNDES e pelo Banco do Brasil, com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura.

42 O comissário brasileiro foi o Dr. Sergio Mamberti e o comissário adjunto, o Ministro Marcelo Dantas.

800 eventos em mais de 10 cidades belgas, com a participação de cerca de 2.200 artistas, curadores e profissionais brasileiros do mundo das artes, para levar ao público da Bélgica a energia, a qualidade e a beleza das artes plásticas, da música denominada erudita, da música de vocação popular, do teatro, do circo, do balé, do cinema, da cultura indígena, do *design*, da fotografia, da escultura e da literatura brasileiros[43].

A estimativa dos promotores belgas foi de que cerca de 970 mil pessoas frequentaram os ambientes em que se apresentaram os eventos brasileiros. A cifra impressionou os próprios organizadores, uma vez que, no caso de países mais conhecidos e alvos de maior curiosidade por parte da plateia europeia, como China e Rússia — antes do Brasil, os dois últimos países convidados —, se registrou pouca diferença em termos de comparecimento. Não esquecer que Bruxelas abriga a Comissão, o Conselho e o Parlamento da União Europeia, a sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), cerca de 290 embaixadas, mais de 1.600 escritórios de advocacia e 2.200 representações de organizações não-governamentais e assemelhados. Mais do que a capital da Bélgica, portanto, a cidade funciona, na verdade, como a encruzilhada (*carrefour*) da Europa.

O interesse suscitado pelo público em relação à Europalia-Brasil pôde também ser medido pelo volume fora do comum de matérias jornalísticas. Os textos de apresentação e de avaliação dos eventos publicados por jornalistas e críticos de arte, tanto belgas quanto europeus, destacavam o que nós mesmos, brasileiros, teríamos gostado de dizer, tivéssemos sido consultados. Logo após a descrição do espetáculo, nas inúmeras modalidades de arte citadas, os comentários em geral recomendavam-no à exigente plateia do país, não só pela qualidade artística da apresentação, mas também pela privilegiada oportunidade de poder conhecer, além de caricaturas, clichês e simplificações habituais, o país homenageado. O próprio *site* — belga — da Europalia propunha: "Venha descobrir o Brasil, sua vitalidade, seu calor, sua multiplicidade de identidades e de culturas."

43 Para ter ideia do que foi de fato apresentado na Bélgica, acesse <http://europalia.be/archives/brasil>.

Foram notáveis os esforços que autoridades belgas e brasileiras envidaram para obter do setor privado recursos para financiar a realização do Europalia-Brasil. Da parte belga, não ouvi reparos quanto aos resultados da gestão. No caso brasileiro, cerca de dois terços das faturas tiveram de ser cobertas por cofres públicos.

Prestar assistência aos brasileiros no exterior

Este capítulo foi escrito a várias mãos, a maioria das quais sem o saber. De qualquer forma, as reflexões, os comentários e as conclusões são meus. O material de base, as informações atualizadas, o roteiro, as pistas para afinar as prioridades e a visão estratégica da função de assistir aos brasileiros no exterior vieram de várias fontes. Em essência, quatro foram as pessoas que, por escrito, em entrevista gravada ou em conversas, me deram o norte do que devesse tratar neste capítulo.

A primeira foi o Embaixador Eduardo Gradilone, então Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, depois de ter chefiado o Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (DCB)[44]. Sua promoção nos cargos não foi acidental. A segunda fonte foi o Embaixador Lucio Pires de Amorim, hoje assessor especial do secretário-geral, diplomata a quem me acostumei a recorrer sempre que precisei de informações e opiniões inovadoras, entre outros muitos temas, sobre a estrutura, o funcionamento e o pessoal do Itamaraty. A terceira foi a segunda secretária Adriana Telles Ribeiro, que, embora iniciante na carreira, logrou transmitir-

44 Vali-me de dois textos do embaixador. O primeiro surgiu da Conferência sobre Comunidades Brasileiras no Exterior, realizada nos dias 17 e 18 de julho de 2008, no Rio de Janeiro. Trata-se de Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior. In: *I Conferência sobre Comunidades Brasileiras no Exterior*. Brasília: Funag, 2009. Nessa publicação, há outros 19 textos de autores com visões diferentes, como diplomatas, congressistas, acadêmicos, representantes de ONGs, a meu ver de leitura obrigatória para quem se interessar em aprofundar o estudo do tema. E torçamos para que a Funag edite, em futuro próximo, a edição da II Conferência, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 2010. O segundo texto foi a palestra, muito utilizada neste ensaio, proferida sob o título de "Políticas e ações do Brasil em matéria consular e migratória", no âmbito do Foro sobre Repatriação, Migração e Direitos Humanos (Assunção, 19 e 20 de maio de 2009).

-me o que muitos diplomatas de minha geração deveríamos saber sobre a política pública conduzida pelo Itamaraty nessa área[45].

Quando supus ter reunido fontes satisfatórias para tratar do tema da assistência de brasileiros no exterior, pus-me a escrever este capítulo e, depois, submeti-o à apreciação, entre outros, do Embaixador Alberto da Costa e Silva, na expectativa de receber contribuições que pudessem ajudar-me a melhorar o texto. Como sempre, Alberto foi gentil e direto: "Está tudo muito bem, mas porque você deixou de lado os consulados itinerantes que deram origem ao tratamento mais humano e eficiente dos brasileiros no exterior?"

Respondi-lhe com o texto a seguir, que incorpora, como não poderia deixar de ser, a experiência inovadora, mencionada pelo embaixador, em mais um exemplo de como resultaram essenciais as contribuições recebidas de meus colegas, já que minha experiência na área consular se aproximava a zero.

Logo no começo de minha carreira, em 1971, estive por dois meses no consulado-geral em Hong Kong, ainda território britânico. As distâncias geográfica e política do Brasil em relação à China comunista naquela época eram abismais e desestimulavam projetos bilaterais nas esferas econômica e comercial. Nem o Embaixador Miguel Osorio de Almeida nem, depois, o então Conselheiro Geraldo Holanda Cavalcanti tiveram opção de concentrar-se, com imenso prazer, aliás, na tarefa praticada pelos cônsules-gerais dos outros países residentes na colônia, isto é, observar a misteriosa dinâmica da política interna chinesa.

Minha curta estada em Hong Kong, sobretudo nessas circunstâncias, não me serviu, portanto, de introdução nenhuma na atividade consular. Em compensação, permitiu-me debruçar sobre as análises instigantes que Miguel Osorio e seu assessor de então, Álvaro Alencar, desenvolveram sobre os processos políticos internos que projetaram a figura de Zhou Enlai perante o Terceiro Mundo, em particular junto aos

45 Transcrevo, no Anexo, a entrevista que Adriana me concedeu em fevereiro de 2011.

países que integravam o movimento dos não alinhados, e que marcaram a trajetória de Mao Zedong na cena política chinesa, cujo clímax foi a famigerada Revolução Cultural. Pude, ainda, desfrutar do convívio pessoal com Geraldo Holanda e sua mulher, Dirce, bela pintora, de quem comprei meu primeiro a óleo, e conhecer de perto o trabalho que o cônsul-geral brasileiro realizava, ler as entrelinhas dos boletins diários da Rádio de Pequim, reproduzidos em inglês pelo consulado-geral dos Estados Unidos em Hong Kong, e extrair das conversas com colegas de posto e uns poucos jornalistas e *scholars* estrangeiros existentes na colônia o que se confirmou poucos anos depois, a projeção da China como potência e, portanto, seu papel de relevo no concerto de nações. A qualidade dessas análises terminou por impor-se à conjuntura política brasileira. No início do governo Geisel, em 1974, ainda, portanto, sob a vigência do regime militar, o Brasil decidiu reconhecer a RPC[46]. Tamanho foi o impacto da experiência em Hong Kong em minha carreira que, 11 anos depois, minha tese ao VIII Curso de Altos Estudos (CAE) do IRBr foi sobre o reconhecimento diplomático da RPC pelo Brasil.

Na hora de escrever este capítulo, não conseguiria, assim, assumir ares de autoridade na área consular, menos ainda no referente à assistência a brasileiros no exterior, função que, nos últimos tempos, se alterou de maneira expressiva. Na década de 1970, por conta do chamado Milagre Econômico, o número de brasileiros em viagem ao exterior experimentou o primeiro salto. Na década seguinte, desiludido do milagre, o brasileiro, até então fruto orgulhoso de levas sucessivas de imigrantes, tornou-se emigrante. Na virada do último século, a cifra de brasileiros residentes no exterior aproximou-se de três milhões. Assim, em espaço muito curto de tempo, o brasileiro no balcão dos consulados passou de turista a emigrante, e as questões individuais perderam o passo para as das comunidades de nacionais no exterior, tanto mais porque, ao lado da quantidade expressiva

46 A Divisão da Ásia e Oceania na SERE (DAO) era chefiada pelo então Conselheiro Carlos Antonio Bettencourt Bueno, quem, desde sua assunção no cargo, dois anos antes, trabalhava ativamente, por meio de palestras a militares, nos cursos de Alto Comando das três Forças Armadas, em favor do reconhecimento. Foi ele, aliás que conduziu o processo final do reconhecimento diplomático da RPC.

dos expatriados, a remessa de dólares desses brasileiros para seus parentes no Brasil chegou a US$ 7,5 bilhões por volta de 2008. Claro que a atividade consular teve de ajustar-se à nova realidade.

Nos meus parcos conhecimentos de Direito, lembrava-me de que a ação dos diplomatas tratava sobretudo das questões relativas ao Estado, ao passo que a dos cônsules dizia respeito ao cidadão, à empresa, ao interesse privado. O Embaixador Lucio Amorim recordou em palestra recente no IRBr que, já em 1834, o governo de Sua Majestade Imperial distinguira as funções diplomáticas e consular, por meio de dois Regimentos.

O Regimento consular dispunha:

> O primeiro e principal dever dos Consules é zelar e promover commercio e a navegação nacional; proteger em todas as occasiões as pessoas e interesses dos suditos do Imperio que residirem ou entrarem nos portos de seus respectivos consulados; sustentando os seus direitos e representando ás autoridades locaes contra quaesquer vexames, injustiças ou violências que se lhes possão suscitar no decurso de suas transacções.

No entanto, o Regimento das Legações (hoje, embaixadas) estabelecia:

> Os principaes deveres dos chefes de Legação são:
>
> 1 – Procurar manter inalterável a mais perfeita harmonia e boa intelligencia entre o Brazil e a potencia á qual se acham acreditados.
>
> 2 – Zelar constantemente a dignidade do chefe de Estado e da nação que representam.
>
> 3 – Pugnar incessantemente pelos direitos e deveres dos seus concidadãos.

Vejam bem que, na tradição do Itamaraty, embora com olhar central distinto, a proteção aos "suditos do Imperio" e "concidadãos" era preocu-

pação comum tanto aos cônsules quanto aos chefes das legações. Mais de século depois, porém, as Convenções das Nações Unidas de Viena sobre as funções diplomática e consular não só foram concluídas em momentos históricos distintos — a Convenção sobre as Relações e Imunidades Diplomáticas é de 1961, e a Convenção sobre as Relações Consulares, de 1963 —, mas também estabeleceram as diferenças das atribuições, dos deveres e dos direitos respectivos.

O Embaixador e o Cônsul-Geral

Sobre a base de diplomas internacionais dessa estatura, progrediu, de maneira discreta, como sói acontecer em ambientes diplomáticos, a impressão de que o embaixador conta mais do que o cônsul. Conspirava em favor desse velado favorecimento a relevância histórica do papel do embaixador nas relações internacionais. Os alemães até hoje o homenageiam com o termo *Botschafter*, ao pé da letra, mensageiro, em alusão direta à função primeira dos embaixadores, levar e trazer mensagens entre monarcas. Talleyrand, que sabia das coisas, dizia, no entanto, para quem quisesse ouvir: "*Après avoir ètè Ministre compétent, que de choses il faut apprendre pour être un bon Consul*"[47].

De início, imaginei ser melhor subdividir a apresentação da função de assistir a brasileiros no exterior em quatro categorias. A primeira seria dedicada à atividade consular clássica, isto é, assistência a brasileiros em dificuldades em outros países, expedição de documentos de identificação e viagem, prática de atos notariais e vários outros demandados também por estrangeiros, como a concessão de visto. A segunda seria reservada aos emigrantes brasileiros. A terceira, às comunidades brasileiras no exterior. E, a quarta, a mais recente e complicada de todas, a de funcionar

47 Em português: "Depois de ter sido ministro competente, quantas coisas se devem aprender para ser um bom cônsul" (T. do A.).

com presteza na orquestração das múltiplas providências necessárias para evacuar brasileiros de países atingidos por acidentes naturais (*tsunami*, na Tailândia; terremoto e *tsunami*, no Japão), ameaças à saúde (epidemia de gripe aviária, na China) ou crise política (Líbano, Egito e Líbia).

O expediente, como todo atalho burocrático, poderia até ajudar a organizar a apresentação, mas incidiria no velho vício de tentar simplificar o complexo, isto é, de um lado, a atualidade e os desafios da atividade consular e, de outro, a alternância de atuação entre o embaixador como cônsul, e o cônsul como embaixador. Preferi seguir outra via, sobretudo depois de minhas conversas com Adriana. Perguntei-lhe por que, ao graduar-se no IRBr, escolheu centrar os anos iniciais de sua carreira na assistência a brasileiros no exterior. Deu-me várias razões de natureza profissional, muitas das quais formuladas *en grand* nas palestras de Eduardo Gradilone, que abordarei mais à frente, mas, de repente, disse: "É porque nesse trabalho é possível salvar vidas."

Estou no Itamaraty há mais de 40 anos e, a esta altura do ensaio, já devo ter deixado patentes meu reconhecimento e minha exaltação a muitas virtudes da carreira, mas, confesso, salvar vidas nunca me ocorrera. Em seu momento, verificaremos que Adriana estava certa. O Itamaraty já pôde e haverá de continuar a poder salvar vidas. Mais importante, para mim, porém — se há algo mais importante do que salvar vidas — é ressaltar uma conclusão preliminar: a medida da eficiência do Itamaraty passa pela sintonia fina com os crescentes e mutantes reclamos da sociedade.

Não se trata apenas do raciocínio tão popular nos Estados Unidos de que o contribuinte tem direito à devolução de seu dinheiro sob a forma de prestação eficiente de serviços por parte do Estado, princípio, de resto, inquestionável. A meu ver, significado maior é a calibragem que os profissionais do serviço público têm de aperfeiçoar no tocante às demandas dos usuários. O carimbo em um passaporte, a emissão de um documento de viagem, a visita a um detento brasileiro em prisão no exterior, a interpelação de autoridade policial estrangeira por maus-tratos a emigrantes brasileiros, as gestões em favor de providências para melhorar as condições de

vida das comunidades residentes no exterior, a atuação diplomática para salvar a vida de um concidadão e várias outras ações na área de competência dos consulados são todas ações com o mesmo grau de importância, dependendo das circunstâncias de cada caso.

No entanto, a autoridade consular não tem de esperar a pressão externa para melhorar os serviços de atendimento. Muito dependerá do que puder antecipar como necessário para facilitar e elevar o nível de vida dos brasileiros no exterior. Para isso, é fundamental a definição de políticas públicas que estabeleçam prioridades e orientação aos agentes consulares, diretrizes que venham a ser também de conhecimento do contingente cada vez maior de brasileiros residentes no exterior, afinal este é o beneficiário primeiro da política de governo.

A esse respeito, avalio oportuno citar partes de artigo que o Embaixador Alberto da Costa e Silva publicou, em agosto de 1996, em *O Globo* e em outros vários jornais brasileiros, sob o título mais do que sugestivo de "Consulado a domicílio. Nos Estados Unidos, o consulado do Brasil vai ao freguês".

A iniciativa era simples, por isso revolucionária. Uma série de razões — distância entre a residência e a repartição consular, horário das jornadas de trabalho, dificuldade de encontrar alguém para ocupar-se das crianças na ausência dos pais etc. — levou dezenas de milhares de brasileiros a permanecer com passaportes vencidos, sem homologação de certidões de casamento nem registro de nascimento dos filhos, menos ainda autorização para menores viajar apenas com a mãe ou qualquer tipo de procuração, para não mencionar o rol de informações que cabe à autoridade consular prestar à cidadania, por exemplo, na esfera eleitoral.

Daí a ideia dos consulados itinerantes, ou "a domicílio", como qualificou Alberto. De maneira periódica e com apoio de fartos anúncios nas vitrines de lavanderias, salões de beleza, locadoras de vídeos, escolas maternais e restaurantes geridos ou frequentados por brasileiros, os funcionários do consulado-geral mais próximo visitavam a cidade nos dias e nos horários indicados, instalavam-se onde podiam e começavam a prestar serviços.

No início, os compatriotas reagiram com suspeição. Chegavam, assuntavam e testavam o ambiente com uma ou outra pergunta. Como escreveu Alberto:

> Nem todos tinham assunto a tratar. Algumas mulheres acompanhavam os maridos e traziam as crianças. E havia gente só observando, ao bom jeito mineiro... querendo saber como é que aquilo ia funcionar. Houve um que me disse que só agora acreditava ser mesmo verdade que o Brasil ia mandar o consulado até onde o imigrante vivia, para ouvi-lo e ajudá-lo.

A experiência vivida e relatada por Alberto ocorreu na cidadezinha de Danbury, em Connecticut, nos Estados Unidos. Muitas outras viagens sucederam-se para a regularização e a institucionalização dos consulados itinerantes, os quais, lançados no Paraguai, se estenderam a todos os países com presença expressiva de brasileiros, onde, decerto, também houve o que Alberto cita em seu artigo, a "emoção do que era, com certeza, para muitas pessoas, mais essa possibilidade de pôr a vida em ordem, uma forma de reencontro com o Brasil".

Assistência a brasileiros no exterior

Cito com muita liberdade as experiências, os conceitos e a visão estratégica de meus colegas no trato da função de assistência a brasileiros no exterior, por reconhecer-lhes mérito e competência, é verdade, mas, sobretudo, porque, no Itamaraty, aprendemos que, no itinerário das melhores ideias, se acumulam impressões digitais de muitas pessoas. A sucessão de iniciativas, reflexões, formulações e debates desenvolvidos e praticados por uns amadurece a criatividade que desemboca fértil nos grandes projetos de outros. O próprio Barão do Rio Branco bebeu da fonte de Alexandre de Gusmão o princípio do *uti possidetis,* tão bem uti-

lizado nas negociações do Tratado de Madri (1750), para, um século e meio depois, inspirar sua própria argumentação em defesa da soberania brasileira sobre territórios em áreas de fronteira. É como se as ideias, a exemplo das notas musicais, das palavras do poeta e de outras expressões artísticas, estivessem ali, à disposição dos mais sensíveis. Mario Quintana dizia que "o verdadeiro criador se limita apenas a mostrar tudo aquilo que os outros olhavam sem ver"[48]. Michelangelo alegava que suas esculturas não eram resultado de sua superioridade artística; ele apenas as liberava do excesso de pedra.

O Itamaraty não inventou muita coisa, apenas se esforçou para servir ao interesse nacional à altura das expectativas da sociedade brasileira, esculpindo, pouco a pouco, de geração em geração, "o excesso de pedra" sobre as boas ideias. Entre os muitos que influíram em ordem sucessiva na política pública de assistência a brasileiros no exterior, relacionam-se, em primeira plano, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, e, em seguida, seus respectivos ministros das Relações Exteriores, secretários-gerais e subsecretários-gerais das Comunidades Brasileiras no Exterior, e chefes do DCB, antes chamado de Departamento Consular e Jurídico (DCJ)[49].

Assim liberado para requentar as ideias alheias, sublinho, como ponto de partida, que a presença do brasileiro no exterior deixou de ser singular e se tornou plural. A partir da década de 1980, no vácuo da crise econômica em curso no país, os brasileiros decidiram tentar a sorte no exterior, concentrando-se, de maneira preferente, nos Estados Unidos (áreas de

48 QUINTANA, Mario. Porta Giratória. In: *Mario Quintana, para viver de poesia*. Seleção e organização de Márcio Vassalo. 2. ed. São Paulo: Globo, 2010.

49 Por ordem cronológica, os ministro foram o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, o professor Celso Lafer, o Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim e o Embaixador Antonio Aguiar Patriota; os secretários-gerais, os Embaixadores Sebastião do Rego Barros Netto, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Osmar Chohfi, Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Antonio Aguiar Patriota, Ruy Nunes Pinto Nogueira e Eduardo Santos; e os chefes do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (ou DCJs), os Embaixadores Affonso Emilio de Alencastro Massot, Lucio Pires de Amorim, Eduardo Ricardo Gradilone Neto (este foi o sucessor do primeiro subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, o Embaixador Oto Agripino Maia) e Sergio Danese.

serviços), no Paraguai (agricultura), no Japão (chão de fábricas) e na União Europeia (serviços e palco). À exceção do Japão, onde se exercem controles de imigração mais rígidos, a grande maioria dos brasileiros começou a vida no exterior com um visto de turista que expiraria em pouco tempo e que, claro, não os autorizava a trabalhar. Pouco a pouco, muitos conseguiram regularizar sua permanência; outros, porém, seguiram equilibrando-se entre a clandestinidade e os bicos de ocasião, à espera de dias melhores.

Em alguns países, forjou-se a perversa equivalência entre o imigrante brasileiro e o trabalhador irregular, o criminoso confesso ou, pelo menos, potencial. O mais grave é que grande parte dos que hoje discriminam contra o expatriado brasileiro, não raro o expondo a tratamento ultrajante, descende, com alguma probabilidade, dos que, fugindo de crises econômicas, regimes totalitários ou cenários de guerra, foram abrigados no Brasil, onde começaram a vida antes mesmo de se alfabetizarem e terem um ofício ou emprego definidos. Não seria, portanto, absurdo alimentar a expectativa de gestos de retribuição aos descendentes dos que tão bem souberam receber e amparar vagas múltiplas de descendentes daqueles imigrantes.

Enfim, como se diz que no contexto das relações internacionais não existem amigos, só interesses, cansamos de esperar e evoluímos para adotar atitude mais assertiva. Reconhecemos, de saída, o direito soberano dos países de decidir o ingresso de quem desejam que entre em seus territórios. Ao mesmo tempo, reclamamos o reconhecimento do direito elementar de ir e vir dos cidadãos, exercício que não se pode contrariar com outro tipo de violação dos direitos humanos, a prática da violência.

Agrava essa situação o fato de que as questões migratórias estão, em geral, à mercê do arbítrio das autoridades do país anfitrião e diante da paupérrima proteção jurídica dos imigrantes — proteção, aliás, cada vez mais necessária em razão do escancaramento da xenofobia, a reboque de expedientes públicos (criminalização da imigração irregular, nos Estados Unidos, e diretivas de retorno, no Espaço Schengen) ou velados, como os praticados pela Agência Europeia das Fronteiras Externas (Frontex), braço

executivo da política migratória da UE[50]. Que diploma internacional existe para proteger os direitos essenciais dos imigrantes? Recorde-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as disposições da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Internacional de Migrações (OIM), bem como o cometido do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), não se ocupam dos direitos humanos dos imigrantes.

Como diz o Embaixador Gradilone, a migração deve deixar de constituir a face esquecida da globalização. A circulação de pessoas no mundo deve receber pelo menos a mesma atenção que a de mercadorias e fluxos financeiros, com organismos adequados de regulação, solução de controvérsias, promoção de direitos e reparação de injustiças[51].

Tamanha fragilidade jurídica no âmbito das organizações multilaterais exigiu do governo brasileiro ação decidida, no plano bilateral, em relação aos países dos quais se recebem denúncias de maus-tratos a brasileiros. O Brasil teve de atuar com firmeza em alguns casos, do que se extrai um dos grandes traços da atividade consular moderna: ela pode ser política, logo, diplomática. No mundo de hoje, a função consular *strictu sensu* tem-se transformado em função diplomática, pois o que está em jogo, em geral, não é mais apenas o interesse de um cidadão em particular, mas, antes, o da comunidade de brasileiros, cujos nomes, endereços e telefones chamam-se Brasil, apesar dos códigos de área e prefixos serem estrangeiros.

Prioridades da assistência consular

De parte do governo brasileiro, urgiu, em primeiro lugar, estabelecer prioridades e orientações precisas aos agentes consulares. E, em segundo,

50 Ver entrevista da segunda secretária Adriana Telles Ribeiro, no Anexo.

51 Cf. GRADILONE, E. Op. cit. 2009.

compartir essas diretrizes com as comunidades de brasileiros no exterior, para que seja entendido de modo correto o que pode e o que não pode ser cobrado da autoridade consular.

As prioridades dessa política centram-se, nos dias de hoje, na concepção de comunidade de brasileiros e não de indivíduos, pessoas físicas ou jurídicas, tal como ocorria no âmbito da política consular clássica. Embora todo cidadão do Brasil possa fazer parte da comunidade brasileira no exterior, a política que se procurará esboçar estará mais voltada aos que decidiram viver fora do país por período de tempo em certa medida longo, superior ao de permanência em razão de turismo, visitas temporárias, viagens breves de negócios, missões temporárias curtas e outras que não implicam certa fixação no país anfitrião.

Como tarefa primeira, para o melhor desempenho dessa função, resulta primordial mapear a comunidade brasileira na área de jurisdição de cada consulado. A legislação norte-americana determina que o embaixador seja responsável por todos os seus compatriotas no território do país a cujo governo foi acreditado. No Brasil, como vimos, a tradição é a de que o embaixador cuide dos cidadãos apenas quando a gestão diplomática se impuser em relação à proteção de direitos, ao passo que os cônsules assistem os brasileiros que lhe demandem serviços. Essa divisão de tarefas está em processo de alteração profunda.

Passou a competir à autoridade consular (ou ao embaixador, se não houver repartição consular isolada) a assistência a todos os nacionais residentes no país, busquem ou não apoio dos funcionários de governo; esse procedimento desdobra-se em duas linhas superpostas de ação, ambas de caráter proativo.

A primeira é tentar localizar e identificar onde estão os brasileiros, fazendo o quê, vinculados a que empresas ou associações de bairro ou amizade, a que distância dos principais centros urbanos. Os norte-americanos não só procedem a esse mapeamento de maneira detalhada, mas também atribuem a alguns membros da comunidade, uma espécie de líderes locais, as funções que exercerão na eventualidade de uma emergência natural ou

política de proporções catastróficas. Referem-se a essa atividade como gerência de crises (*crisis management*) e chegam ao extremo de organizar e executar ensaios gerais (*drills*), para que cada norte-americano saiba o que fazer na "Hora H". Não chegamos no caso de realizar *drills*, mas estamos caminhando celeremente para reforçar articulações que, em muitos casos, já acontecem de maneira espontânea nas comunidades; quando não, buscamos orientá-las para se precaverem diante de situações extremas.

A aproximação entre a autoridade consular e as comunidades de brasileiros é, de muitas maneiras, beneficiosa. Lembro-me de que, no Japão, a cidade de Hamamatsu, a qual, em termos proporcionais, mais brasileiros abrigava, tinha acabado de eleger um prefeito cuja campanha se pautara em criticar e hostilizar nossos compatriotas. Segundo ele, os adultos lá residentes não se ajustavam às normas locais de conduta, e seus filhos não frequentavam de maneira regular as escolas, optando por vaguear pela cidade onde cometeriam pequenos crimes.

Combinei com o cônsul-geral em Tóquio, Embaixador Renato Prado Guimarães, que tinha jurisdição sobre aquela cidade, um encontro em meu gabinete com o novo prefeito, para um "cafezinho da paz". Ele chegou armado de uma pequena publicação em que se detalhavam, em japonês e em português, os deveres e os direitos de todos e que, claro, explicitava ser proibido atravessar a rua fora da área de pedestre, ouvir música em horários de repouso e assar churrasco, nos jardins, nos fins de semana. Convidou-me para visitar a cidade e "vender" o tal panfleto à comunidade brasileira

Depois de agradecer-lhe a visita, recordei que, a partir de 1908, o Brasil começou a receber imigrantes japoneses, fluxo que legaria ao país um contingente de descendentes que, naquele momento, totalizava 1,7 milhão de pessoas, 20% das quais residentes no Japão. Mencionei que, se os imigrantes japoneses provieram, na maioria, do campo e os brasileiros de centros urbanos, ambos identificavam-se, de alguma forma, pela origem social mais modesta em suas respectivas sociedades, menos habituadas, assim, ao cumprimento de normas cívicas, hoje tão comuns no Japão e no Brasil.

Aproveitei para esclarecer que os "meninos de rua" em Hamamatsu eram decorrência da discriminação praticada nas escolas locais, as quais, parecia evidente, não se haviam preparado para receber estudantes estrangeiros nem os apoiar no longo e penoso trabalho de introdução ao idioma japonês.

Quanto aos brasileiros empregados na cidade, não resisti e pedi-lhe a avaliação que os empregadores deles faziam, em termos de capacidade e de disciplina de trabalho — a resposta eu já conhecia, pois sabia como era a reputação de seriedade e de dedicação da mão de obra brasileira nas fábricas japonesas. Diante da confirmação esperada, perguntei-lhe, por fim, que efeito teria sobre a economia da cidade despedir todos os brasileiros, até mesmo para admitir, em seu lugar, trabalhadores coreanos e chineses — opção que também sabia seria tão desejada quanto a morte.

As respostas do prefeito resultaram menos importantes do que o começo do diálogo que o Cônsul Prado Guimarães logrou intermediar entre esse administrador municipal e as lideranças da comunidade de brasileiros na cidade. Encontros e trocas frequentes de ponto de vista não tardaram a produzir um *modus vivendi* que, para resumir, permitiu renovadas reeleições do prefeito, que contou com o apoio dos brasileiros naturalizados japoneses, com direito, inclusive, a convite para prestigiar o desfile de fevereiro de Carnaval. Em reconhecimento, o terceiro consulado-geral do Brasil no Japão, depois dos de Tóquio e Nagoia, foi instalado em Hamamatsu, apesar das pressões de políticos de Quioto e Hiroshima, para abrigá-lo.

Outra ação proativa dos consulados é a busca de acordos que assegurem a elevação do nível de vida das comunidades de brasileiros. Na entrevista concedida pela Segunda Secretaria Adriana, ela comentou que o acordo sobre carteira de habilitação na Espanha beneficiou cerca de 300 mil brasileiros. Mais relevantes, a meu juízo, são os acordos de Previdência, hoje já próximos de 10, que asseguram a possibilidade de somar as contribuições de um trabalhador em dois países distintos, para efeito de cálculo da aposentadoria e do recebimento do benefício em qualquer nação em que tiver contribuído. Só no Japão, as conversações levaram

oito anos para fechar o acordo. Com os Estados Unidos, as negociações já estão em sua etapa final.

A exemplo do que se diz no mundo jornalístico — notícia só existe quando é publicada —, todas as reformas introduzidas na função consular que tenham efeitos visíveis na qualidade de atendimento às comunidades brasileiras só serão de fato aproveitadas se os beneficiários tomarem conhecimento delas. Adriana apresenta situações dramáticas, como de violência de gênero, em que as vítimas não recorrem ao consulado por não suporem estar ali seu primeiro aliado. Outros casos revelam o temor do brasileiro em necessidade de que a autoridade consular seja cúmplice da autoridade policial local e que, em vez de ajudá-lo, possa denunciá-lo, como ocorreu em outro momento enlutado de nossa história.

A própria autoridade consular deverá, assim, começar seu trabalho junto à comunidade de brasileiros com a apresentação da lista de serviços que está comprometida em prestar-lhe, que se resumiria em: (a) conhecê-la melhor; (b) em nome do governo brasileiro, estreitar as relações com ela, por intermédio de suas lideranças e das entidades que a congregam; (c) estimular formas de autodesenvolvimento e melhoria das condições de vida; (d) valorizar sua contribuição para a economia e a vida do país de acolhida; (e) trabalhar para que a presença da comunidade seja sempre percebida de maneira positiva; e (f) zelar pela manutenção da sua identidade brasileira e de seus vínculos com o Brasil.

Convém, desde o início, esclarecer o que o consulado poderá e o que não poderá fazer em favor da comunidade brasileira. Como dito antes, é poder soberano do país anfitrião receber ou rejeitar quem quer que seja. Para tanto, uns usam o instrumento da concessão de visto; outros, o arbítrio de decisões tomadas nos postos de fronteira, com base numa avaliação bastante subjetiva sobre as intenções do viajante. No primeiro caso, o governo brasileiro nada pode fazer, isto é, não podemos conceder visto para uma pessoa ingressar em outro país que não seja o Brasil. Sequer temos condições de influir nesse processo decisório. Claro que, diante de volume de recusa de vistos que fuja ao padrão, sempre podemos pedir

esclarecimentos ao governo do país. Da mesma forma, se o arbítrio da autoridade de imigração revelar-se distorcido, como as operações Amazon comentadas por Adriana, o governo saberá intervir, mais do que interpelando os responsáveis pela discriminação, propondo caminhos de cooperação com, por exemplo, a Polícia Federal brasileira, para que, a partir de articulações profissionais prévias, sejam superados os motivos repetidos de suspeição quanto a nacionais brasileiros.

O Itamaraty aposta nas medidas de valor positivo junto à comunidade brasileira. É para muitos indiscutível que o primeiro beneficiário ou a vítima maior da imagem do Brasil é quem vive no exterior. Para melhor entender esse fenômeno, basta pensar na imagem que nós, brasileiros, construímos de um sul-africano no auge do *Apartheid*, de um nacional de um país que apoie atos terroristas contra populações civis, de um sérvio em plena campanha de limpeza étnica etc. O pior é que, depois, para expurgar os efeitos desse enlameamento da imagem e distinguir todo um povo dos excessos cometidos por uma minoria, se leva uma eternidade. Há governos de países de Primeiro Mundo cujos atos de violação dos direitos humanos, como o espancamento de um negro por policiais metropolitanos ou a morte por engano de um expatriado brasileiro em pleno metrô por agentes de polícia, são interpretados como acidentes de percurso que devem ser relevados depressa porque, afinal, são países com ficha limpa na consciência dos homens de bem. No entanto, não estou seguro de que já se tenham retirado todas as cobras das ruas do Rio de Janeiro ou substituído o lanche de cocaína de todo boliviano do imaginário caricatural de inúmeros habitantes do mesmo Primeiro Mundo.

Um belo trabalho das embaixadas e dos consulados é programar no exterior o que de melhor nossa cultura pode oferecer, para dar às comunidades de brasileiros algo de que se possam orgulhar; algo, senão concreto, pelo menos superior, criativo o suficiente para valorizar o que somos perante plateias estrangeiras tão exigentes; algo que nos vincule ao Brasil, que encurte as distâncias sentimentais e que contribua para preservar

nossa identidade no exterior. Pode parecer gabola, mas me recordo de o escritor chileno José Donoso, em entrevista a uma televisão espanhola, ter falado que, em termos de produção cultural, a Europa é importante pelo que já fez, mas que a vitalidade está na América Latina. Fez-me muito bem ouvir aquilo.

Uma palavra ainda sobre a diáspora. O emigrante brasileiro é proveniente, em grande medida, como disse, das classes sociais e educacionais mais modestas, embora não se restrinja a isso. Não dispomos de dados seguros, mas tudo indica que dos empregados de pequenos negócios aos *Chief Executive Officers* (os chamados CEOs), passando por pesquisadores renomados como Miguel Nicolelis, professor de Neurologia da Universidade de Duke e coordenador do Instituto de Neurociência de Natal, nome algumas vezes lembrado para o Nobel de Medicina, pode haver cerca de três mil doutores brasileiros residentes apenas nos Estados Unidos, fora outros milhares de mestres, formados em centros universitários de primeira linha em outros países.

O que fazem esses senhores? A que projetos de pesquisa estão ligados? Que tipo de contribuição poderiam dar ao setor produtivo brasileiro, a fim de ajudar-nos a contornar os principais gargalos que comprometem a competitividade de nossa indústria nos mercados centrais? Quem poderia se associar a quais projetos em áreas como combate ao câncer, biocombustíveis para aviação, espaço aéreo, biomedicina, nanotecnologia e tecnologia da informação? O que deveríamos fazer como governo e como sociedade? Trazê-los de volta? Para trabalhar em que projetos? Recordemos que 85% dos pesquisadores brasileiros estão empregados em laboratórios do governo (ou ligados a ele), justo a proporção inversa do que ocorre nos Estados Unidos. Por isso, não surpreende que a lista de cientistas norte-americanos laureados com o Nobel se componha, em sua maioria, de pessoas vinculadas às grandes corporações do país.

Ainda não temos respostas a todas essas perguntas. De qualquer forma, o Itamaraty, o Ministério da Educação e o MCTI estão tentando ma-

pear os doutores brasileiros nos Estados Unidos, a fim de tentar articular entre eles e os setores do governo e, sobretudo, da iniciativa privada projetos que poderiam se desenvolver em benefício da economia, da ciência e da sociedade brasileiras, sem necessariamente trazê-los de volta para o Brasil. Pelo menos, não em um primeiro momento.

Epílogo

O epílogo é aquela parte do livro em que o autor conclui o que tem a dizer. E eu ainda tenho coisas a dizer e não sei onde enfiar. Não são mais comentários introdutórios nem conclusões acabadas. Na verdade, sinto coçar aquela imensa vontade de fazer novas provocações. Pensei até em rotular esta parte do ensaio de interlúdio, pré-conclusão, capítulo sem número ou algo assim. No entanto, em tempo, dei-me conta de que, embora não queira concluir, o que tenho a dizer arredonda e não prolonga o texto. Portanto, pode até ser chamado de epílogo. Preferi adiar o uso das "conclusões" para o capítulo seguinte.

A música sempre me ajuda nas horas em que não sei como definir coisas ou sentimentos. A imagem que me vem (com o perdão da sinestesia) é a de uma sinfonia ou de um concerto que, encerrado, ainda deixa uma multidão de notas sapecas ressoando, na alma dos ouvidos. O que mais estimaria é seguir burilando este ensaio, sem ter de despedir-me das ideias que me inspiraram até aqui e das pessoas que se interessam pelas questões que exploramos juntos ao longo desta leitura.

Por exemplo, ainda não resumi minha visão sobre como tornar o IRBr melhor como instituição vocacionada à formação de excelência do diplomata. É duro entrar nessa discussão porque já deve ter gente com a seguinte pergunta na ponta da língua:

— E por que você não fez isso lá atrás, quando era diretor do IRBr?

Porque só agora enxergo questões que a experiência de chefe de missão no exterior me ajudou a entender, fora o fato de que a distância e

a ausência da pressão do dia a dia nos fazem mais perceptíveis. Hoje, diria que o IRBr deve centrar-se nos seguintes pontos:

- trabalhar, acima de tudo, o sentido de carreira, preocupação que se traduziria, na prática, em transmitir, discutir e, quando fosse o caso, propor atualização de regras e práticas profissionais, protegidas sob o manto das tradições;
- privilegiar, no curso de ingresso a prevalência do tratamento diplomático das matérias clássicas de ensino;
- evoluir para tornar-se também uma espécie de laboratório fixo e ambulante de *skills*[52]: fixo, em Brasília e na SERE; ambulante onde quer que existam centros de renome de treinamento nas determinadas "habilidades";
- assegurar a inscrição de número regular de diplomatas em cursos de longa duração em universidades estrangeiras de primeira linha, para aprimoramento da capacidade de análise do cenário político e econômico internacional;
- buscar parcerias com instituições universitárias brasileiras, públicas ou privadas, para estimular o estudo contínuo e de qualidade das realidades dos países que mais interesse despertem à política externa brasileira;
- retomar o programa de oferecer bolsa complementar às que tiverem sido concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou por instituições semelhantes para pesquisadores nas universidades brasileiras que estejam envolvidos com a elaboração de teses de interesse para a história diplomática ou a política externa do país; e
- desenvolver programas de treinamento para os funcionários que, por contra própria ou por indicação da Administração, devessem passar

52 As *skills* incluiriam, naturalmente, idiomas, redação de telegramas e relatórios, *note-taking*, *fund-raising*, técnicas de entrevista, elaboração de projetos de cooperação, gerenciamento de crises, assistência a brasileiros no exterior, práticas de Cerimonial (visitas de chefes de Estado/governo, organização e montagem de grandes eventos, posse presidencial), técnicas de negociação, administração de pessoal, administração financeira, preparação de discursos, técnicas de expressão oral e, decerto, outras habilidades a serem trabalhadas para elevar o nível do desempenho do diplomata brasileiro.

por cursos de reforço, reciclagem ou aperfeiçoamento, programa sem dúvida dissociado do CAD e CAE.

Estou igualmente convencido de que o IRBr deve treinar embaixadores. É ilusão supor que um funcionário, ao chegar ao topo da carreira, não precise mais de treinamento. Cada cargo no Itamaraty tem características próprias, em termos de desempenho. Muitos diplomatas assumem a primeira chefia de posto depois de terem passado longo tempo na SERE. Ao chegar ao exterior, depararam-se com um espelho côncavo. Em Brasília, enquanto ocupavam uma subsecretaria-geral ou direção-geral, eram, por assim dizer, o objeto do desejo do corpo diplomático acreditado no país. Agora, haverão de praticar a mesma conduta em relação a seus interlocutores na chancelaria local. Estarão eles conscientes da inversão de papéis? Estarão preparados para o desafio de deixar o papel de protagonista e assumir o de coadjuvante, sem comprometer a missão de defender e projetar os interesses nacionais?

Além disso, há um capítulo de questões administrativas de arrepiar os cabelos. Embora os montantes sejam inferiores à ampla maioria dos outros órgãos públicos, os orçamentos das embaixadas podem assustar. Como lidar com isso? Algumas funções podem e devem ser delegadas, mas outras não. E, acima de tudo, da liderança e da capacidade gerencial chefe nenhum pode abrir mão. Um dos mais proeminentes diplomatas de minha geração resistia a assumir a chefia de uma embaixada porque não sabia (e desconfiava que demoraria muito tempo para aprender) preparar uma proposta orçamentária — essa desculpa deu ele ao presidente da República, quem, no final de seu mandato, queria premiar o diplomata com posto importante, em reconhecimento à qualidade da assessoria recebida.

Quando fui removido para Lima, minha primeira chefia de missão diplomática, outros embaixadores também estavam por partir de Brasília. O então diretor-geral do Serviço Exterior, Embaixador Eduardo Prisco, organizou um curso relâmpago para todos nós sobre os principais desafios da área de Administração, pelo qual lhe somos muito gratos. As chancelarias dos países desenvolvidos treinam seus embaixadores.

O artifício a que recorreram é engenhoso. Aos de fora da carreira, fica mais fácil convencer da conveniência do treinamento; no entanto, aos que já estão na carreira, a desculpa é a de que, se todos não forem treinados, a prática passa a ser discriminatória, argumento sempre poderoso. Disfarces institucionais à parte, sugiro ser transformado em procedimento padrão e obrigatório treinar os embaixadores.

Outra discussão ainda encaminhada de modo insatisfatório no Itamaraty diz respeito ao treinamento de oficiais de chancelaria (ofchans) e assistentes de chancelarias (achans), funcionários de níveis superior e médio, respectivamente, com a função de assessorar diplomatas em tarefas substantivas da carreira, hoje no exercício, em geral, de trabalhos secretariais. Os ofchans e achans integram o Serviço Exterior tanto quanto os diplomatas. Só que não são treinados com a regularidade desejável, em detrimento de sua autoestima e da eficiência do Itamaraty. Na verdade, ambas as classes são, no presente, grandes estacionamentos de candidatos à carreira diplomática. A cada resultado de concurso de ingresso ao IRBr desfalcam-se várias unidades de pessoal de apoio do Itamaraty, mas a carreira reforça-se de excelentes funcionários que já deveriam ter sido valorizados em suas primeiras funções.

Estou convencido de que os ofchans e os achans, bem como o Itamaraty, ganhariam muito se houvesse treinamento específico, até mesmo para resultar na criação de especializações, que refletiriam critérios de base no processo de remoção para o exterior, como nos seguintes setores: (a) Cerimonial, recordando que, nos grandes eventos, como posse presidencial e megaconferências, são os alunos do IRBr os convocados para trabalhar, embora não tenham sido treinados para isso de forma específica; (b) administração de pessoal, atividade que, hoje, requer conhecimentos muito além do bom senso e do treinamento empírico dos diplomatas que costumam ocupar-se desse setor; (c) contabilidade, ressaltando a tendência crescente de incluir no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) toda a movimentação contábil das embaixadas e dos consulados, exposição à sociedade que, se, de um lado, reforça a imagem de probidade de nossos agentes diplomáticos, aumenta, de outro, a transparência da

responsabilidade da instituição no trato da coisa pública; e (d) assistência a brasileiros no exterior, tanto em sua vertente de gerenciamento de crises, incluindo o rol de providências exigidas por situações extremas, como evacuação de nacionais, quanto no atendimento de balcão, atividade clássica do setor consular, mas nem por isso menos relevante.

Na verdade, a discussão sobre treinamento implica explorar ideia mais ousada: criar uma Subsecretaria-Geral de Treinamento no Itamaraty, para reunir em um só *locus* o treinamento de diplomatas e não diplomatas. De saída, para aplacar os críticos da primeira hora, esclareço que a proposta dilui, por si, duas preocupações centrais, uma de ordem burocrática (no momento, o diretor do IRBr já ocupa cargo comissionado do tipo de subsecretaria-geral — DAS-6) e outra mais sensível às tradições da Casa (garantir que o ocupante da nova subsecretaria-geral venha a ser, de ofício, o diretor do IRBr). Essa evolução teria alcance mais do que administrativo. Primeiro, seria, por fim, possível planejar e executar, de acordo com uma perspectiva estratégica, a política de pessoal de todo o MRE. Segundo, haveria possibilidade de assegurar, assim, a atualização contínua e crescente não só das metodologias e práticas de ensino e treinamento, mas também da aquisição dos equipamentos e do material mais recomendáveis para a elevação da qualidade da prestação de serviços do Itamaraty à sociedade brasileira. E, terceiro, mas não por ordem de prioridade, seriam combatidos resquícios de segregação entre diplomatas e não diplomatas no Serviço Exterior, contribuição indispensável para trabalhar a autoestima dos ofchans e achans e, por tabela, reforçar a qualidade do desempenho dos diplomatas.

A vocação de treinamento do IRBr não se limita, na verdade, ao Itamaraty *stricto sensu*. Por motivos que sempre me escaparam, as Faculdades de Direito no Brasil, com honrosas exceções, reservam apenas um semestre ao ensino de Direito Internacional. Mesmo que a média nacional dedicasse um ano inteiro à matéria, o advogado brasileiro teria, ainda assim, de complementar seus conhecimentos sobre o tema com um curso mestrado e, talvez, outro de doutorado, o que lhe deverá ser exigido para atuar com autoridade e competência na área.

O IRBr deveria, portanto, transformar-se em *locus* privilegiado de treinamento de advogados na esfera internacional, exercício que também beneficiaria o aprimoramento dos diplomatas na área jurídica. Houve momentos em que a parceria com a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) permitiu ao IRBr organizar, em suas instalações e nas de outras instituições nacionais de prestígio, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ), seminários e jornadas sobre, por exemplo, arbitragem internacional, tema da maior importância para o Brasil, já em seu primeiro horizonte político-institucional, o Mercosul, bem como imunidade de jurisdição, levando em conta o número crescente de embaixadas estrangeiras em Brasília e brasileiras no exterior.

A relevância dessa linha de trabalho coaduna-se com as novas exigências da atuação diplomática. Ilustro recordando que, no âmbito da OMC, a solução de controvérsias implica painéis sempre que as partes não alcancem acordo prévio durante a fase de consultas. Esses *painéis* são, em resumo, tribunais *ad hoc* que julgam, segundo as normas da OMC e com base na argumentação e nos documentos elaborados por diplomatas e advogados de cada parte, a procedência da queixa apresentada. A sentença a ser propalada afetará, de maneira direta, os interesses econômico-comerciais dos países envolvidos. Ao longo dos vários *painéis* em que se julgou a disputa comercial entre as empresas aéreas Embraer e a Bombardier (houve ganho de causa, em muitos casos, para o lado brasileiro), a delegação de diplomatas do Brasil estava assistida por vários advogados, a maioria dos quais estrangeiros. Um dos preços de ser *global player* é ter de formar profissionais com competência em temas também globais.

O exame das possibilidades anteriormente indicadas, mesmo ao aproximar-se este ensaio de seu fim, leva-me a novas provocações. De alguma maneira, terá ficado patente que o diplomata brasileiro já é bom e sempre poderá melhorar. O problema está em dissociar o conceito de bom de dimensões cronológicas, como se a busca fosse a um "bom" absoluto. A dificuldade aumenta quando se pensa em "melhor" como a contração de "mais bom". Sabe-se que o treinamento haverá de aperfeiçoar o funcionamento de um profissional, isto é, o "melhor" no caso do diplomata

resultará de um exercício voltado para afiar sua capacidade de atuação e reflexão. No entanto, ao se incluir o vetor tempo, o que pode acontecer com o "melhor"?

O diplomata do século XIX que despachava documentos de autorização para embarque de mercadorias era bom; também o era o Visconde do Rio Branco, quem conduziu as primeiras negociações de fronteira do novo país, o Brasil; assim como o Visconde Cabo Frio, embora tenha resistido à introdução da máquina de escrever no Itamaraty. O que se pode dizer, então, do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia; de Oswaldo Aranha, identificado, entre outros, como artífice da criação do Estado de Israel; do Embaixador João Augusto de Araújo Castro, chanceler do Presidente João Goulart, quem, como chefe da missão junto à ONU, muito influiu com suas intervenções em plenário e em conferências no processo de descolonização da África? *Et cetera*, *et cetera*, *et cetera*.

Parece-me mais complicado encontrar argumentos sólidos e imbatíveis em favor do conceito de "melhor" absoluto, sobretudo em função da influência da dimensão temporal. Ou pareceria lícito afirmar que os Beatles foram melhores ("mais bons") que os Rolling Stones; que estes foram melhores que U2, Oasis, The Killers ou Strokes? Da mesma forma, os filmes de Frank Capra foram melhores que os do Cinema Novo de Godard e Glauber? A obra de Michelangelo foi melhor do que a pintura de Caravaggio, o pioneirismo de Turner, o impressionismo de Matisse, o ecletismo de Picasso, o modernismo de Rothko ou a vanguarda de Rosangela Rennó?

Há pouco tempo, fascinou-me ouvir, numa entrevista concedida a uma rádio carioca, a indignação de um sambista: "Afinal, se o Tom Jobim foi o maior compositor da música popular brasileira, onde fica nosso Pixinguinha?"

Há forte convergência de opiniões de que, juntamente com os gênios artísticos citados anteriormente, também foram bons Shakespeare, Cervantes, Velázquez, Bach, Mozart, Machado de Assis, Vinicius de Moraes etc. No entanto, quando a referência é a funcionários públicos, por exemplo, o que se pretende sublinhar é que o "bom" se pode tornar "melhor"

ajustando seu desempenho às necessidades e características dos novos tempos. Para tanto, é fundamental investir pesado em treinamento, no aperfeiçoamento da capacidade de atuar com eficácia e, no caso dos diplomatas, na defesa e na proteção dos interesses nacionais.

O Estado-nação, tal como emergiu de Vestfália, será capaz de sobreviver ao projeto de integração promovido pela UE ou a própria organização já estaria na base de novo movimento pendular da história entre forças centrípetas e centrífugas, agora açulado pela agudização de posturas nacionalistas e fundamentalistas? O que será o Estado nacional no futuro? Quais serão os interlocutores dos diplomatas nesse futuro, que começará quando, aliás?

O chanceler Antonio Azeredo da Silveira forjou frase que se transformou em lema dos diplomatas: "A melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se." Ao longo de décadas (ele deixou a chefia do ministério em 1979), muitos tentaram requentar, sem êxito, a expressão por meio de perífrases e acrobacias semânticas. Em novembro de 2010, entretanto, o Embaixador Gonçalo Mourão, então paraninfo de turma do IRBr, a caminho de chefiar a embaixada em Copenhagen, foi mais bem-sucedido ao dizer:

> — A diplomacia do Brasil constrói-se constantemente com tradição e inovação [...] Nossa tradição maior é inovar [...] O Itamaraty é uma instituição de tradição, mas não somos reféns do passado, pelo contrário, somos reféns do futuro [...]"

Para quem ainda não tivesse entendido, Mourão recorreu a T.S. Eliot e recitou:

> — O tempo presente e o tempo passado/ estão ambos talvez presentes no tempo futuro/ e o tempo futuro contido no tempo passado[53].

53 Livre tradução de quem citou o trecho do poema.

A vertigem dessas ideias tem sido o maior desafio do Itamaraty. A diplomacia presidencial não esvaziou a diplomacia profissional; ao contrário, forçou-a a ser mais objetiva e executiva. A ampliação desmesurada da pauta internacional não despistou os diplomatas; compeliu-os a diversificar o foco de atenção. A internacionalização dos ministérios não deslocou os diplomatas; obrigou-os a revisitar o conceito de ser útil. A crescente complexidade técnica dos temas em discussão não dispensou a presença dos diplomatas; antes, confrontou-os com nova função, a de gerenciar, com conhecimento de causa, a condução das negociações internacionais.

O futuro, que é presente e se embeba do passado, encontrará nas novas gerações de diplomatas a cor, o cheiro, o olhar do que formos capazes de legar-lhes. Como serão os futuros diplomatas, quais temas angustiarão a comunidade de nações, quem se sentará à mesa de negociações, que foros haverão de influir mais ou menos na busca de soluções aos diferendos internacionais? Mais consequente, porém, haverá de ser a atitude que os novos diplomatas desenvolverão, à sombra dos exemplos dos profissionais de hoje, para fazer frente a tudo isso.

Espero, com toda sinceridade, mas não sei com que dose de otimismo, que minha geração tenha dado sua contribuição para fulminar a mentalidade e a militância burocráticas. Não há nada mais ofensivo aos cofres públicos do que um servidor se escudar em seu cargo e disso viver pelo resto da vida, sem prestar serviço ao público. Não se trata de enfermidade que aflija apenas o Itamaraty. Temo crescer em todos os órgãos de governo, com ameaça de invasão guerreira na atividade privada, uma "Burocratobrás", com carteirinha e tudo mais, elaborada de acordo com formulários de inscrição concebidos com esmero e que incluem questões da maior relevância como o número da carteira de habilitação, as dimensões da orelha, a largura do colarinho e as medidas de sapato de cada um. Minha contribuição para tentar evitar a prosperidade dessa confraria seria sugerir ao diplomata que:

1. Não simplifique o complexo, só o confuso. Quem tenta simplificar o complexo exclui de sua consideração a pluralidade de ângulos que definem o tema, a questão ou a situação que os tornou complexos. Simplificá-los terá a vantagem de permitir que se vá mais cedo para casa, deixando atrás, porém, tudo a resolver. No entanto, isso vem a ser problema dos outros, não é mesmo? Já o confuso tem e deve ser simplificado. Aliás, o confuso bem pode ser o resultado do trabalho do burocrata que vai passar toda a jornada dedicada de corpo e alma a desatar os nós que ele mesmo deu quando as outras pessoas estavam distraídas. Esse artifício tem a vantagem adicional de que, enquanto o funcionário estiver envolvido com algo que todos avaliam como confuso, ninguém vai encomendar-lhe nenhuma outra tarefa, para não mencionar um novo problema cheio de complexidades.
2. Não espere instruções para o que dispensa instruções: adiante-se e faça. Quando o Embaixador João Augusto (Zoza) de Médicis, o Tenente-Coronel Piero Ludovico Gobato e eu soubemos que integraríamos o pequeno grupo que organizaria, junto com a Nunciatura e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a primeira visita do Papa João Paulo II ao país, para cumprir programação de duração de 12 dias e extensão de 14 cidades situadas do norte ao sul do país, preocupamo-nos para valer diante da responsabilidade, ainda mais porque não dispúnhamos de informações claras sobre as poucas viagens ao exterior de Sua Santidade até aquele momento.

   Agravavam a situação (a) o fato de que a visita de um papa não se enquadra no padrão de visitas de chefes de Estado, sendo muito mais complicada de organizar; (b) as relações entre o governo e a Igreja Católica naqueles tempos não eram, digamos, brilhantes; e (c) a única pessoa que poderia responder a nossas perguntas sobre visitas papais ao exterior era o polêmico Arcebispo Paul Marcinkus (pessoa das mais fascinantes que conheci na minha vida), que só poderia vir ao Brasil, porém, conversar conosco dentro de 20 a 30 dias, pois ainda estava envolvido com os preparativos da visita do papa a Paris, que ocorreria antes da que faria ao Brasil. No entanto, não podíamos aguardar tanto tempo.

Passamos, assim, a colecionar revistas brasileiras (a saudosa *Manchete* ainda existia) e estrangeiras para tentar intuir, a partir das poucas imagens disponíveis, o que pudéssemos sobre os complexos desafios, sobretudo nas áreas de logística e segurança. Desse exercício surgiram várias ideias úteis, nada, contudo, comparável à iniciativa de construir, com a ajuda da Volkswagen do Brasil, um veículo especial para facilitar os deslocamentos do papa pelos centros urbanos, preservando, ao mesmo tempo, a desejável exposição da figura papal e, claro, sua segurança. Nascia, assim, no Brasil, o "Papamóvel", ideia copiada em todas as viagens seguintes de Sua Santidade. A ironia é que só pudemos chegar a esse resultado porque não tínhamos instruções de como proceder para começar a organizar uma visita delicadíssima de planejar.

Um assessor meu, em uma das minhas embaixadas, reagia com a mesma estupefação, quando eu lhe encomendava alguma providência:

— Mas Brasília (a SERE) já pediu isso?"

3. Não copie, crie. É sabido que já há algum tempo ninguém é mais original. Existe sempre uma nota tirada de algum compositor famoso, um texto soprado por um gênio consagrado, um traço ou uma combinação de cores muito frequente em um pintor com obra estampada nos principais museus do mundo, e nada disso é grave. Pior é ensaiar uma vanguarda que nasça ultrapassada; dramático, pelo menos do ponto de vista profissional, é o subterfúgio de tirar as aspas e, com um eufemismo aqui, um clichê ali (na verdade a única contribuição) apresentar uma proposta de discurso, por exemplo, como se fosse a fina flor da novidade. O Embaixador José Guilherme Merquior, um brilho raro na constelação de pensadores nacionais, a começar por sua cultura enciclopédica, pilhou certa vez uma socióloga já com algum renome nos meios acadêmicos de seu estado ao identificar plágio descarado da tese que apresentava à banca de uma universidade em São Paulo. A aposta da moça era a de que ninguém teria podido ter acesso a texto discutido no âmbito de uma universidade de segunda linha nos Estados

Unidos. Esqueceu-se do Merquior, e acho que a universidade que a arguia também se esqueceu dela.

4. Não seja impreciso em suas informações. Em uma agência bancária, o correntista não pode sacar com segurança dinheiro de sua conta em um montante que "acha" ainda dispor. Tampouco um passageiro de uma companhia aérea deverá começar sua viagem apenas supondo os dados de partida, como horário de embarque e número do portão. Da mesma forma, na carreira diplomática resulta constrangedor não ser capaz de assessorar um delegado ou, pior, fazer uma intervenção pública lançando mão de informações improvisadas e, em geral, incorretas, como o total de um comércio, os principais bens de importação e de exportação ou as mais relevantes questões comerciais pendentes, por exemplo, em que dimensões e por quê.

   Quando entrei no Itamaraty, havia o Embaixador David Silveira da Motta Jr., um chefe cuja reputação de duro afastava muitos funcionários. Pedi que me ilustrassem com um exemplo do que costumava fazer. Contaram-me que, determinada tarde, ele tentara obter do chefe da Administração do Itamaraty, quem, todos sabem, detém a chave do cofre, recursos para financiar seu programa de trabalho no ano seguinte. A certa altura, ele precisou perguntar, por telefone, a seu assessor encarregado das feiras de produtos brasileiros no exterior a dotação da Feira de Poznan, na Polônia:

   — Embaixador, eu acho que..., tentou responder o assessor.
   — Fulano, ou você sabe ou não sabe e, se não sabe, deveria sabê-lo.

   Não sei o que aconteceu com a negociação de recursos, mas escolhi trabalhar com esse embaixador, decisão das mais gratificantes que tomei no início de minha carreira.

5. Não se ausente, compareça. Já vimos que quem não circula, frequenta, cultiva contatos nos setores mais expressivos da sociedade do país em que trabalha não deverá ser útil para a embaixada e, portanto, para o Brasil. Em discurso como paraninfo de uma turma da Faculdade de

Comunicação e Marketing da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, em abril de 2002 (texto que usarei mais a seguir para também ilustrar outro vício mortal do burocrata), o famoso publicitário Nizan Guanaes recomendou:

> Não use Rider, não dê férias a seus pés. Não se sente e passe a ser analista da vida alheia, espectador do mundo, comentarista do cotidiano, dessas pessoas que vivem a dizer: "Eu não disse?! Eu sabia!" Toda família tem um tio batalhador e bem de vida. E, durante o almoço de domingo, tem de aguentar aquele outro tio muito inteligente e fracassado contar tudo que ele faria, se fizesse alguma coisa. Chega de poetas não publicados, empresários de mesa de bar, pessoas que fazem coisas fantásticas toda noite de sexta, todo sábado e domingo, mas que, na segunda, não sabem perder a pose, porque não sabem recomeçar, porque não sabem trabalhar. Eu digo: trabalhem, trabalhem, trabalhem. De 8h as 12h, de 12h as 20h e mais, se for preciso. Trabalho não mata. Ocupa o tempo. Evita o ócio, que é a morada do demônio[54][...].

6. O cumprimento do horário é obrigatório na carreira, mas isso não é desculpa para agir como burocrata. Não chegue às 9h e saia às 19h. A pontualidade do diplomata não é a mesma de um operário de fábrica, porque nem sempre se está cumprindo expediente específico. Qualquer noite da semana, sábados, domingos e feriados podem ser de trabalho. Basta coincidir com a visita ou a passagem de uma alta autoridade brasileira pela cidade onde se atua; ou que se realize conferência internacional sobre tema de que se ocupe de maneira regular o diplomata na embaixada; ou que estoure uma crise política no país, que surja alguma emergência consular; ou, mais grave, que ocorra tudo ao mesmo tempo, demandando providências urgentes a fim de proteger, às vezes retirar, os brasileiros residentes ou a trabalho. O diplomata

54 O texto, o ambiente e a data deste discurso foram-me passados por circular via e-*mail*. Pode haver, portanto, alguma imprecisão factual, que se existir, terá sido acidental e, decerto, muito menor do que a relevância da mensagem em si, transmitida, aliás, sob o título bem correto de "Discurso para meditar".

trabalha nos horários previstos e nos necessários. Ser pontual na carreira é mais do que chegar na hora aos eventos, comportamento, de resto, imprescindível.

7. Refiro-me agora ao feio "pecado da omissão", como diria o padre Antonio Vieira, característica que, no mesmo texto do Nizan, merece a seguinte sentença demolidora:

> Meu [...] conselho vem diretamente da Bíblia [...] Está escrito na carta de Laodiceia: seja quente ou seja frio, não seja morno que eu te vomito[55]. É preferível o erro à omissão. O fracasso, ao tédio. O escândalo, ao vazio. Porque já vi grandes livros e filmes sobre a tristeza, a tragédia, o fracasso, mas ninguém narra o ócio, a acomodação, o não fazer, o remanso. Colabore com seu biógrafo. Faça, erre, tente, falhe, lute. Mas, por favor, não jogue fora, se acomodando, a extraordinária oportunidade de ter vivido, tendo consciência de que cada homem foi feito para fazer história, que todo homem é um milagre e traz em si uma revolução. [Isso] [...] é mais do que sexo ou dinheiro. Você foi criado para construir pirâmides e versos, descobrir continentes e mundos, e caminhar sempre, com um saco de interrogações na mão e uma caixa de possibilidades na outra [...]

Além da questão do burocrata, sobressai, ainda, no serviço público, outro perigo assustador. Ameaça todos os órgãos do governo em geral, apenas um pouco mais evidente, porém, em ministérios com carreiras definidas. É a mistura do público com o privado. Já nem falo de questões ligadas à lisura pessoal, o que, por sorte, não se inclui entre os objetivos deste ensaio, mas, sobretudo, da definição e da escolha das prioridades a serem seguidas na atividade profissional. Contrariaria a natureza humana supor que as pessoas não tenham agenda própria. Até certo ponto, é sau-

55 Em Apocalipse 3:16, diz-se: "Assim, porque é morno, e não és quente nem frio, vomitar-te-ei da minha boca."

dável, desde que reflita projetos que se reverterão em prol da coletividade. No entanto, o preocupante é quando se dá razão a um dos aforismos desaforados do Barão de Itararé, para quem "a vida pública é, muitas vezes, a continuação da privada".

Os sintomas dessa enfermidade podem ser detectados pelos dois exemplos que cito a seguir. O primeiro é de autoria plural. Muitos o praticam, crentes de que ninguém está percebendo. Trata-se daquela pessoa que se encontra com você em uma festa, em um coquetel ou em um evento grande qualquer e segue conversando com relativa atenção, sem, no entanto, desgrudar os olhos, por cima dos seus ombros, ora à direita, ora à esquerda, à cata de autoridades mais interessantes para abordar no salão. O segundo caso é mais sutil. A pessoa a quem você apresenta relato sobre um tema que, pelo menos para você, é relevante do ponto de vista profissional, e seu interlocutor só lhe dá atenção se e quando você mencionar, em alguma passagem do relato, algo que se possa transformar em oportunidade de intermediação de favores, em benefício de uma alta autoridade. Nesse momento, os olhos dela brilharão, e ela lhe reservará atenção total. Em ambos os casos, a preocupação com o interesse nacional será apenas acidental, condicionada, na raiz, a avalancar o interesse pessoal.

Acima de tudo, preocupa-me no pecado da omissão quando é considerado como uma virtude na hora da promoção. Alimenta essa miopia a aposta de que chefe algum gosta de ser contrariado, mesmo — ou sobretudo — quando está errado. Menos ainda aoreciará que um subalterno brilhe, ao subter ideias e linhas de ação. O conselho mais difundido, portanto, por esse tipo de gente é não pense e, se pensar, não confesse; tampouco opine e, se o fizer, que seja só para concordar; e não proponha coisa alguma, mais além de encampar as propostas do chefe.

Longe de mim esse cálice!

Conclusões

A conclusão à qual chego é que não há conclusão. Agora mesmo, quando me preparo para pôr ponto-final neste ensaio, ainda me inquieta uma série de perguntas e reflexões que, decerto, haverão de estender-se para além da leitura. A razão disso é que, como toda instituição com longa história de serviços prestados ao Brasil, o Itamaraty assenta-se em tradições e inspira uma mística que incentiva o sentido de missão dos diplomatas.

Em poucas palavras, os diplomatas mais experientes (minha geração incluída) teremos sabido transmitir aos mais jovens as melhores tradições do Itamaraty? Não nos limitando apenas ao lema do Barão do Rio Branco, "*Ubique patriae memor*" ("lembrando da pátria por toda parte"), recordemos Gilberto Amado que, 50 anos mais tarde, disse na Oração aos Jovens Diplomatas:

> [...] não fiqueis franceses na França, americanos nos Estados Unidos, ingleses na Inglaterra. Conservai-vos brasileiros até no modo de falar, no jeito de vestir-se e, sobretudo, no estilo de homens. Podeis ir mesmo até aonde vão os ingleses que fora da Inglaterra acentuam a sua anglofilia [...] por senso de dignidade e por essa virtude insubstituível — o amor, orgulho da pátria [...] Se o brasileiro em geral deve não ser ufanista, no diplomata não fica mal certa ênfase na afirmação da sua nacionalidade. Diplomacia bem compreendida pode ser sinônimo de ufanismo inteligente[56].

56 Discurso de paraninfo pronunciado em 28 de dezembro de 1955, na formatura de diplomados pelo IRBr. In: AMADO, *Gilberto. Centenário*. Rio de Janeiro: Ipri: José Olympio, 1987.

Teremos sido capazes de fazer desfilar pelos corredores e pelas mesas de trabalho do Itamaraty o profissionalismo e a dedicação ao trabalho em que se excederam, além dos vários diplomatas já citados ao longo deste ensaio, tantos outros que contribuíram para renovar as tradições da carreira diplomática, de que falava Azeredo da Silveira[57]?

Teremos conseguido demonstrar, de maneira inequívoca, que é possível e desejável exercer a diplomacia como funcionários de Estado, e não de governo, à margem, portanto, de filiações político-partidárias e das conjunturas do poder?

Teremos fortalecido o treinamento dos diplomatas, de modo a permitir que todos possam ter as mesmas oportunidades de progressão funcional, em igualdade de condições, inclusive com aqueles instalados à mão direita do rei?

Teremos avançado na direção de um sistema transparente de promoções que reconheça o mérito, sem desestimular os que ainda precisam ser mais bem treinados?

Da mesma forma, teremos amadurecido mecanismo de remoção com regras conhecidas, que se deverão manter por tempo suficiente, para que todos possam programar suas vidas profissional e familiar, respeitados os interesses da Administração?

Teremos incorporado o ensinamento de serviços exteriores competentes de que, no fundo, o melhor investimento é nos funcionários, em seu

57 De novo, incorrerei em risco, ao listar nomes que merecem referência especial, mas não resisto. Trata-se de, entre muitos outros, Hildebrando Accioly, Edmundo Barboza da Silva, Antonio Corrêa do Lago, Sergio Correa da Costa, Gibson Barboza, Expedito Rezende, Jorge Carvalho e Silva, Raul de Vincenzi, Carlos Calero, J. H. Pereira de Araújo, Sergio Rouanet, Rubens Ricupero, Sergio Bath, Lindenberg Sette, Amaury Bier, Frank Thompson Flores, José Botafogo Gonçalves, João Carlos Fragoso, Carlos Bueno, Álvaro da Costa Franco, Adolfo Benevides, Jorio Dauster, Ronaldo Sardenberg, Bernardo Pericás, Gilberto Velloso, Roberto Abdenur, Marco César Nauslaski, Sebastião do Rego Barros Netto, Rubens Barbosa, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ruy Nogueira, Osmar Chohfi, Carlos Garcia, Frederico Araujo, Gelson Fonseca Jr., Lucio P. Amorim, Godofredo Almeida Santos, Sergio Amaral, José Vicente de Sá Pimentel, Eduardo dos Santos, Georges Lamazière, Antonio Patriota e uma coleção de outros contemporâneos, cuja relação transbordaria fácil o espaço deste ensaio.

bem-estar pessoal e no amparo à sua família, como meio eficaz de animar-lhe a concentração necessária que permita produzir e produzir bem?

Teremos logrado transmitir a mensagem de que hierarquia não ofende pessoa nenhuma nem compromete o trabalho, mas, ao contrário, é fonte de estabilidade e segurança, e protege o menos graduado em suas ações e opiniões?

Teremos feito entender que o cumprimento recomendado da ordem de precedência não implica de forma nenhuma que um superior hierárquico se possa julgar superior a quem quer que seja no plano das relações humanas?

Teremos estabelecido que o funcionamento de uma instituição sem ordem e liderança equivale à imagem de Darhendorf para a ilusão democrática, "um banho turco das vontades populares"?

Teremos ousado frisar que a democracia no Itamaraty é um direito constitucional, mas não um pilar institucional? Estarão todos a par de que a liberdade de expressão no Itamaraty, por exemplo, vai até o momento em que se define a posição oficial do país e que, a partir daí, quem quiser dissentir da decisão tomada ou questioná-la terá todo o direito de fazê-lo, mas no Itamaraty (e somente do Itamaraty) e nas instâncias apropriadas para a discussão intramuros?

Teremos feito ver às novas gerações que as informações com que trabalhamos são, em princípio, matéria sigilosa, não passível, portanto, de transformar-se em nota ou em coluna de imprensa, sob pena de prejudicar o interesse nacional?

Teremos convencido os mais jovens de que praticamos a máxima de que lealdade, respeito ao próximo, sentido de justiça e, acima de tudo, caráter, na acepção de "vergonha na cara" mesmo, são valores que trafegam em mão dupla, de baixo para cima, tanto quanto de cima para baixo?

Teremos revelado consciência de que não só os chefes do Itamaraty têm ego, mas outras pessoas também, como os diplomatas estrangeiros, os funcionários dos outros ministérios, os jovens diplomatas e os subalternos?

Teremos dado provas de solidariedade bem mais além e antes de qualquer doença terminal vitimar quem, em momentos de questões pessoais e familiares de gravidade, revela carecer de apoio, compreensão e mão amiga?

Mais do que tudo, estaremos preparados para aceitar o "novo" que os jovens diplomatas em seu momento haverão de nos apresentar como "bom"?

Saberemos reconhecer a renovação, cantada por Silveira, ou a inovação, referida por Mourão, em um futuro que tomará forma sem nossa interveniência, como algo até melhor ("mais bom") do que o que conhecemos, exaltamos e projetamos em nossa época?

Se formos capazes de praticar para valer esse diálogo, de forma aberta e construtiva, poderemos descansar em paz. O Itamaraty estará em boas mãos, e o interesse nacional, muito bem servido.

Anexo

Entrevista com a Segunda Secretária Adriana Telles Ribeiro[58]

Adriana – Meu nome é Adriana Telles Ribeiro, sou segunda secretária, atualmente exerço o cargo de chefe de gabinete, substituta do Embaixador Eduardo Gradilone, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior[59]. Estou nessa área desde que entrei no Itamaraty. Meu estágio durante o IRBr foi na DAC, órgão no qual tive uma experiência muito "mão na massa", pois lidava diretamente com os casos. Depois, fui trabalhar no Departamento Consular a convite do Embaixador Gradilone e o acompanhei, recentemente, quando ele se tornou subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior. Todo esse período durou de três a quatro anos.

Autor – Por que você entrou nessa área e por que ainda não saiu dela?

Adriana – Tive a oportunidade de presenciar um momento muito interessante de transformações na área e de mudança sobre a importância dessa área na política externa de modo geral. Além disso, pude lidar com casos específicos que foram muito gratificantes, por exemplo, ajudar na

58 No momento, a Segunda Secretária Adriana Telles Ribeiro está lotada na missão do Brasil junto às Nações Unidas.

59 O Embaixador Gradilone já ocupa a chefia da embaixada em Wellington, Nova Zelândia, e seu substituto na Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior é o Embaixador Sergio Danese.

gestão diplomática em favor de um brasileiro que estava condenado a cumprir pena de 20 anos na cadeia, em Mianmar. Houve auxílio do embaixador em Bancoc, Tailândia, na época[60], e a gestão culminou na libertação do compatriota. Tomei, assim, um gosto por casos humanitários, casos que tinham a ver com comunidades brasileiras vulneráveis na América do Sul e em outras regiões. Tive a sorte também de ter um excelente chefe, a quem admiro e respeito, e presenciei o crescimento da área. A Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior foi criada por decreto, em dezembro de 2006, e eu entrei no começo de 2007 e participei, portanto, do início de toda a reestruturação da função consular, incluindo a criação de novas divisões, que permitem ir mais além, na direção da assistência a comunidades.

Autor – Havia antes unidades encarregadas de assistência a brasileiros no exterior?

Adriana – Sempre houve, com a diferença de que a ênfase agora é com as comunidades, não apenas com as pessoas, individualmente. Daí a preocupação em atuar de maneira proativa, à base não só de acordos com os governos nos países onde se situam aquelas comunidades, como acordos de previdência e de reconhecimento de carteiras de habilitação, mas também de políticas de preservação da língua portuguesa, em benefício, sobretudo, das crianças residentes no exterior.

Autor – O que vem a ser um acordo de previdência?

Adriana – É um acordo pelo qual os respectivos Ministérios da Previdência casam seus bancos de dados, de maneira que um brasileiro que tenha contribuído um tempo "x" no Brasil e, depois, ido trabalhar no Japão, por exemplo, onde começou também a contribuir, possa somar, quando se aposentar, o tempo trabalhado nos dois países e receber esse benefício no Brasil ou no outro país. Já estão em vigor 10 acordos desse tipo, incluindo

60 A Adriana deixou de explicitar que o embaixador em Bancoc era Edgard Telles Ribeiro, seu pai.

o com o Japão, que levou oito anos para ser finalizado. Agora, estamos otimistas quanto à possibilidade de assinatura em breve de acordo semelhante com os Estados Unidos.

Autor – Qual a importância do acordo de reconhecimento de carteiras de habilitação?

Adriana – A conclusão de acordo desse tipo com a Espanha, por exemplo, afetou direta e favoravelmente a vida de cerca de 300 mil brasileiros que lá residem.

Autor – A assistência a brasileiros no exterior é só para os documentados, para os que têm sua permanência legalizada no país?

Adriana – Não. De acordo com as Convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares, a relação da autoridade brasileira com seu nacional no exterior independe da condição de legalidade desse cidadão. Está no Manual do Serviço Consular e Jurídico do MRE que a autoridade consular não deverá discriminar, na prestação de assistência, a condição de regularidade ou de irregularidade do demandante. Isto é, o cidadão, ainda que irregular em um país, tem direito à proteção do agente consular. Essa questão é muito importante, porque muitos brasileiros não sabem disso. Temem a política local e temem que a autoridade consular possa denunciá-los.

Autor – Como ocorreu em outros momentos de nossa história.

Adriana – É verdade. E essa ignorância é grave. Há casos de mulheres que sofrem violência doméstica, vivem praticamente em regime de cárcere privado, no qual os maridos retêm o passaporte e as impedem de viajar, e essas senhoras não sabem que podem recorrer ao consulado, que certamente as ajudará a retornar ao Brasil. Daí porque é particularmente importante a campanha que estamos lançando a respeito da desmistificação do papel da autoridade brasileira no exterior, para aproximá-la mais do cidadão, na condição de seu primeiro aliado, jamais como cúmplice das autoridades locais.

Autor – O indocumentado existe porque não consegue emprego no país em que vive. Há alguma maneira de o consulado ajudá-lo a conseguir a documentação, mesmo sem lhe dar um emprego, o que não teríamos condições de fazer?

Adriana – Em alguns casos, os consulados podem explicar e fornecer informações sobre os caminhos para a obtenção de empregos, sobretudo em países em que a primeira dificuldade é o conhecimento do idioma. Nesses casos, os consulados podem ajudar o brasileiro a entender a documentação necessária para sua regularização no país. Muitas vezes, o indocumentado recorre ao consulado para que lhe consiga um visto de permanência no país. É um equívoco. Cabe somente ao país que recebe o visitante conceder ou não o visto de entrada. Isso não significa que, no plano político, o governo não atue para defender a regulamentação migratória dos brasileiros no exterior. Por exemplo, estamos agora trabalhando em acordo semelhantes com os Estados Unidos, a França e o Reino Unido.

Autor – A área consular é considerada importante no Itamaraty?

Adriana – Tradicionalmente, não, mas isso está mudando, como o revela o fato de que excelentes embaixadores ocupam hoje cargos de cônsules. Uma das razões para isso é a de que a área consular se tornou a maior interface do Itamaraty com o público brasileiro. A sociedade brasileira espera esse serviço de nós, diplomatas. Isso está na mídia, e nós costumamos reagir muito bem a ela. Se brasileiros são atacados no Suriname, ou não são admitidos na Europa, casos individuais como o do Sean Goldman, ou de um brasileiro condenado à morte na Indonésia, todas essas matérias estarão na imprensa, e temos de prestar contas.

Outra razão que aumentou a importância da área consular decorreu da informação, divulgada pela imprensa, de que, em 2008, a remessa de brasileiros residentes no exterior chegou a US$ 7,5 bilhões. Também ajudou saber que as comunidades brasileiras no exterior cresceram muito. O total já deve ter chegado a cerca de três milhões de brasileiros que optaram por morar fora do Brasil, embora nos últimos tempos muitos

estejam retornando ao país. E, em 2006, instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CPMI) no Congresso que, pela primeira vez, se dedicou a estudar a questão da migração de brasileiros e sua situação no exterior — do que resultou, inclusive, a criação da Subsecretaria-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior —, atenção que acentuou o interesse político sobre a matéria. Acima de tudo, os presidentes Fernando Henrique e Lula da Silva deram grande destaque à temática.

Todos esses elementos contribuíram para conjugar o político com o consular, com repercussão relevante para a agenda diplomática. Por exemplo, sempre que houver encontros entre autoridades de primeira linha do Brasil e da Indonésia deverá fazer parte do temário de conversações a existência de dois presos brasileiros condenados à morte naquele país. Quando temos indícios na Guiana Francesa de excessos cometidos pela *Gendarmerie* contra brasileiros irregulares, a questão haverá de constar da conversa com o Presidente Sarkozy. Em relação ao Paraguai, por exemplo, as discussões sobre as comunidades brasileiras e o tema de Itaipu, mesmo que não sejam tratados conjuntamente, na prática têm forte interação, um tema contribuindo para fazer o outro avançar.

Autor – O Itamaraty está equipado para atuar sozinho na área consular?

Adriana – Acredito que não. Agora mesmo, no contexto da crise da Líbia, tivemos de contar com muitas parcerias. O bom diplomata na área consular é aquele capaz de articular bem as parcerias com a comunidade, radialistas, pastores evangélicos, empresas brasileiras presentes no país, senhoras coordenadoras de ONGs que podem ajudar mulheres que estão presas. Se o diplomata em um consulado não mantiver essa capilaridade de contatos, na hora de uma emergência não vai saber a quem recorrer.

Autor – Há limites no atendimento a brasileiros no exterior?

Adriana – Sem dúvida. Se uma mulher se apresenta no consulado com marcas de agressão física, não cabe à repartição abrigar essa pessoa. Muitas vezes, porque brasileiro é brasileiro, alguns funcionários espontaneamente dão apoio pessoal, mas o serviço consular não pode depender da

generosidade individual. O consulado deverá ter feito seu dever de casa, para, em momentos como esse, saber a que parceiro encaminhar aquela vítima de agressão, para a ajuda cabível. Pode ser um abrigo, uma ONG etc. Um estudo muito bonito a ser realizado seria justamente sobre a parceria entre o governo e a sociedade civil no exterior. É útil igualmente conhecer as articulações e iniciativas que a própria comunidade já tomou, por exemplo, no Japão, onde voluntários lançaram o programa do Disque-Saúde, um serviço telefônico disponível 24 horas por dia, para auxiliar quem estiver doente e não souber sequer pedir um médico por não falar japonês.

Autor – As crises estão-se sucedendo no mundo. Vocês já conseguiram elaborar uma lista de providências para os casos de emergência?

Adriana – Sim, acabamos de enviar uma circular telegráfica a todos os postos no exterior; nela, transmitimos algumas orientações de base a serem seguidas em caso de catástrofes naturais ou ruptura da ordem institucional. A primeira instrução é a de mapear os brasileiros, quem está em que área do país. A segunda é identificar os potenciais parceiros. Depois, perguntas centrais: como será possível evacuar os brasileiros? O aeroporto está sempre desimpedido? Corre risco de interrupção em seu funcionamento? Um avião da FAB ou contratado por alguma empresa privada brasileira poderá aterrissar alternativamente? Onde?

Autor – Há alguma rubrica orçamentária que possa auxiliar o financiamento de operações de apoio aos brasileiros no exterior?

Adriana – Contamos com uma rubrica específica de assistência a brasileiros que prevê certa flexibilidade em casos de crise, com descritores orçamentários aprovados pelo Ministério do Planejamento no contexto do Plano Plurianual do Governo (PPA), que permitem tais gastos. Caso necessário, pode haver remanejamento de verbas dentro do próprio ministério, como fizemos quando da evacuação de brasileiros do Líbano em 2006. Além disso, há unidade no Itamaraty com recursos para fazer frente a crises humanitárias, a CGFome. O sistema tem de ser dessa forma, pois

não podemos prever que crises, de que dimensões, onde e envolvendo quantos brasileiros ocorrerão.

Autor – O Embaixador Gradilone contou-me que o secretário-geral, Embaixador Ruy Nogueira, e ele tiveram de vir ao Itamaraty no domingo para falar por Skype com nosso embaixador em Trípoli, na Líbia, pela total impossibilidade de utilizar-se qualquer outro meio de comunicação.

Adriana – É verdade. Durante toda a crise, a maneira de estabelecer contato com o Embaixador George Ney era via Skype, o que descobrimos porque ele contactou dessa forma um primo em Niterói que nos transmitiu a mensagem. Pedi, então, diretamente ao diretor do Departamento de Comunicação e Documentação (DCD) do Itamaraty que autorizasse o uso excepcional do Skype; graças à pronta ação do Embaixador Helio Ramos, logramos enfim nos comunicar com Trípoli. Esse caso lança, na verdade, interessante discussão sobre os desafios tecnológicos que o Itamaraty tem à frente, também na área de assistência consular.

Autor – A experiência que vocês acabam de viver na Líbia, além de dramática, deve ter legado ricos ensinamentos nesse difícil encargo de atuar com rapidez em operações de evacuação de brasileiros. Conte-nos um pouco como se processou tudo isso.

Adriana – Começo com destaque à atuação heroica do embaixador, um secretário e uma oficial de chancelaria que se ocuparam sozinhos de toda a crise.

A primeira preocupação deles foi mapear os brasileiros lá residentes. Por sorte, no caso da Líbia, salvo raras exceções, todos os brasileiros estavam vinculados a empresas. Portanto, essa primeira fase do trabalho foi mais fácil de concluir.

A segunda providência foi coordenar as ações com as empresas envolvidas — via Itamaraty, em Brasília, e embaixada, em Trípoli — com vistas ao estabelecimento e à execução de planos de evacuação.

As empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht e Queiroz Galvão forneceram os meios necessários para a evacuação. No caso de Trípoli, o

aeroporto ainda funcionava, o que permitiu acionar aviões e retirar, em tempo e hora, os brasileiros residentes na capital Líbia, para Roma e Lisboa. Quanto a Benghazi, a saída foi utilizar navios para transportar os brasileiros até a Grécia. A operação exigiu trabalho de várias repartições do Itamaraty no exterior, entre outros, para a contratação de meios de transporte, gestões para a obtenção de autorização de sobrevoo e pouso, documentação dos evacuados, articulação com outras embaixadas.

Vale ressaltar o sentido de solidariedade que a operação de resgate ensejou, pois também foram transportados, por via aérea e marítima, nacionais de muitos outros países, além de brasileiros.

Autor – Entendo que a tarefa de assistência a brasileiros no exterior envolva a colaboração de outros ministérios e agências de governo. Você tem exemplos a nos dar a esse respeito?

Adriana – Na área de fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, conhecida como tríplice fronteira, já se criou uma Casa do Migrante, em parceria com o Ministério do Trabalho e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, para orientar pessoas das três nacionalidades que se expunham à realidade local de crimes, tráfico de drogas e exploração de mulheres a buscar vida melhor.

Outro exemplo ocorre na fronteira com a Guiana Francesa. Já iniciamos entendimentos para estabelecer uma parceria com o governo do Amapá, especificamente com a Prefeitura do Oiapoque, para melhor esclarecer a população local sobre os riscos inerentes à garimpagem ilegal, com vistas a reduzir o número de brasileiros que se tornam vítima da repressão violenta por parte da *Gendarmerie*.

Claro que, quando se trata de acordos a serem assinados em áreas, como de previdência, por exemplo, dependemos diretamente da opinião qualificada e da participação direta dos técnicos do ministério responsável, para termos a necessária segurança profissional nos projetos que pretendemos desenvolver.

Autor – Por deformação profissional, preocupo-me sempre com treinamento, tanto dos jovens diplomatas quanto dos mais experientes. O que está sendo feito sobre isso?

Adriana – A direção do IRBr pediu para iniciar um treinamento com as duas últimas turmas, experiência que pretendo levar adiante. Primeiro, situar os diplomatas nesse cenário de migrações, tema da maior atualidade neste século, quando mais de 200 milhões de pessoas atravessam fronteiras, mais pessoas estão emigrando e maiores resistências estão sendo erigidas contra esses fluxos migratórios, por exemplo, o Espaço Schengen, com políticas cada vez mais fechadas, a atuação da Frontex, que é a agência de imigração, com sede em Varsóvia, dos países vinculados a Schengen, isto é, quase todos os membros da UE.

Autor – O brasileiro não precisa de visto para entrar no espaço Schengen, mas sim nos Estados Unidos, não é?

Adriana – Sim, mas aí é que está o problema. Mesmo havendo em tese critérios objetivos de entrada, cabendo em última instância ao país receptor a capacidade soberana de aceitar ou refutar os viajantes, pode ocorrer de a polícia de fronteira reter brasileiros sem nenhuma justificativa nem explicação, por horas ou por dias, em cubículos no aeroporto, em violação direta dos direitos humanos de nossos compatriotas. Na Espanha, a sucessão de casos de brasileiros inadmitidos no aeroporto de Barajas levou a negociações diplomáticas entre os dois governos, atentamente acompanhadas pela imprensa brasileira.

Na Irlanda e Nova Zelândia, a situação de violação de direitos humanos foi mais grave. Pela falta de espaço no aeroporto e de longa espera para a próxima conexão aérea, as autoridades daqueles dois países alojaram passageiros brasileiros em cadeias, lado a lado com criminosos comuns. Os diplomatas devem estar a par desses acontecimentos e saber que essas circunstâncias mais do que justificam gestões diplomáticas enérgicas. Devem ser igualmente informados de nossa posição sobre a matéria, isto é, que somos a favor do direito de ir e vir, da proteção dos direitos

humanos e que lamentamos a ausência no Direito Internacional de leis e convenções que regulem os direitos e os deveres dos migrantes.

Conselheira Maria Angélica Ikeda (chefe de gabinete da Subscretaria-Geral de Energia, Ciência e Tecnologia – SGEAT) – Quando servia em Londres, descobri que havia um procedimento incrivelmente discriminatório à chegada de todos os voos da TAM. Os policiais britânicos desconfiavam que "x%" dos passageiros estavam com intuito de permanecer ilegalmente no país. Então, separavam aquele grupo dos demais e o impedia de entrar. Geraram-se, assim, casos absurdos, como pesquisadores programados para participar de congressos perderem seus compromissos acadêmicos.

Adriana – Bem lembrado. Situação em alguns aspectos semelhante acontece quando a Frontex, que, como disse, é a agência europeia de coordenação migratória, promove operações de controle mais rígido de viajantes oriundos de determinadas regiões do mundo, como a Operação Amazon, em 2008, dirigida a sul-americanos, com o objetivo de conter a imigração irregular.

Voltando à questão do treinamento, o diplomata brasileiro deve estar realmente consciente desse cenário internacional muito frágil, sem regras claras que o disciplinem, mais além das Convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares, das Convenções da OIT sobre condições de trabalho, que não têm caráter vinculante, e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Teria de ser também atualizado sobre as políticas perseguidas pelo Brasil, país que está na contramaré dos que criminalizam a migração (Estados Unidos) ou introduzem a diretiva de retorno (UE), ao ter aprovado a lei da anistia (2009), que favoreceu milhares de sul-americanos que viviam em condição irregular no país.

O diplomata deveria, igualmente, conhecer a estrutura com que conta o Itamaraty para funcionar na área consular, a saber, 185 repartições consulares, incluindo os setores consulares de embaixadas, que processam em média 250 mil passaportes, realizam mais de 700 mil atos notariais, meio

milhão de vistos e os 250 consulados itinerantes organizados, tudo em escala anual. Nossos balcões consulares atendem em média, todos os dias, 17 mil pessoas.

À margem dessa dimensão quantitativa, que em si constitui desafio permanente à capacidade do Itamaraty de prestar sempre bons serviços à sociedade, sobressai o aspecto humanitário da função de assistir aos brasileiros no exterior.

Entre os casos mais visíveis, nos últimos tempos, destacam-se, em primeiro lugar, as evacuações de brasileiros de países que enfrentarem sérias crises políticas (Egito e Líbia, somente no ano de 2012). Tememos, inclusive, que, até o final de 2012, ainda possam vir a existir outros casos.

O segundo caso de assistência humanitária é o da repatriação, quando o consulado financia a viagem de brasileiros comprovadamente desvalidos de volta ao Brasil.

O terceiro é relativo ao apoio que o consulado dá aos familiares de mortos no exterior, como informações sobre enterro, cremação no local ou transporte para o Brasil. No entanto, não há recursos para pagar o traslado de corpos, cujo custo, em média, é cinco vezes maior do que o da passagem aérea comum. Considerando que morrem cerca de cinco mil brasileiros por ano no exterior, optou-se por usar os limitados recursos disponíveis para assistir aos vivos, por assim dizer.

Um quarto tipo de caso diz respeito à proteção a vítimas de exploração de tráfico de pessoas e violência de gênero. Na Europa, os incidentes têm-se multiplicado, e o Itamaraty deve pensar melhor como assistir a esses brasileiros, em conjunto com a Interpol, o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

Autor – Não contribuiria para diminuir a incidência de crimes contra as mulheres se a publicidade brasileira no exterior deixasse de insistir em imagens de mulheres seminuas?

Adriana – Sem dúvida. A DAC chegou mesmo a pedir a uma empresa que trocasse, em seu material de divulgação do Brasil no exterior, a ima-

gem de capa de mulheres de biquíni para araras da Amazônia. Há uma relação direta entre aquele tipo de publicidade e o tráfico de mulheres e o turismo sexual.

Outro capítulo de assistência de caráter humanitário a brasileiros no exterior inclui atenção especial aos presos, que já superam os quatro mil, a maioria dos quais por tráfico de drogas, sobretudo na América do Sul e na Europa. Nos Estados Unidos, há muitos presos por imigração irregular, depois da lei introduzida no governo Bush que criminaliza a imigração ilegal. É uma prisão diferente, uma espécie de antessala da deportação, embora de prisão se trate. Hoje, nos Estados Unidos, há mais brasileiros nesses centros de detenção do que em prisões tradicionais. São obrigações dos consulados manter lista atualizada da população carcerária, estar ciente das condições em que se encontram os detidos, informar-se sobre a data prevista para o julgamento, assegurar-se de que os detidos estejam sendo tratados com dignidade. É gratificante observar que o interesse manifesto pelo consulado costuma influir favoravelmente não só no moral dos detidos, mas também na atitude que lhes reservam as autoridades policiais locais.

O olhar do governo brasileiro traduz-se, na prática, pela mensagem firme de que os nossos nacionais detidos não são pessoas desamparadas, e não foram poucos os casos em que se parou de surrar, isso mesmo, surrar brasileiros em cadeias no exterior. Houve uma situação fantástica nas Filipinas. Um cidadão brasileiro foi condenado à prisão perpétua por portar 150 gramas de maconha. Ao chegar a Manila, o novo embaixador do Brasil, Alcides Prates, entendeu, com justa razão, que a punição imposta ao nacional brasileiro era inteiramente desproporcional ao crime cometido, além do fato de que nosso direito não contempla pena perpétua. Não descansou, assim, até incluir a questão na agenda política das relações bilaterais e conseguir convencer as autoridades filipinas a libertar o brasileiro, o que finalmente acabou ocorrendo.

Autor – Temos assinado muitos acordos sobre transferência de presos?

Adriana – Temos 11 acordos em vigor. A verdade é que as condições de nossas prisões são, em geral, muito precárias. Missões das Nações Unidas já visitaram as instalações carcerárias no Brasil, para investigar os abusos de direitos humanos. Portanto, no capítulo referente à transferência de presos, se o detido estiver em um país europeu, por exemplo, onde pode até jogar basquete nas horas de lazer, muito dificilmente aceitará vir cumprir sua pena no Brasil. Contudo, se proceder de países com leis mais severas, a opção por prisões brasileiras é a melhor saída. Já instruímos, por exemplo, nossa embaixada em Jacarta a iniciar negociações com as autoridades indonésias sobre um acordo de transferência de presos, para tentar trazer os dois brasileiros condenados à morte lá.

Todo o treinamento, enfim, a ser praticado com os novos diplomatas tem de insistir na dimensão da comunidade, na importância das parcerias e no sentido de missão de algumas gestões que podem proteger brasileiros contra a violência policial ou de gênero. Nesse trabalho, pode-se, sim, salvar vidas.

Temos também de acrescentar outro desafio, que é a informação. O brasileiro no exterior precisa saber os serviços que lhes estão disponíveis nos consulados ou nos setores consulares das embaixadas e quais são de competência exclusiva do país anfitrião, como a regularização do visto de permanência. Brasileiros frequentemente impedidos de entrar em países que não exigem visto, maus-tratos praticados por autoridades estrangeiras, violência de gênero, abusos sexuais e demais violações dos direitos humanos sempre encontrarão nas autoridades consulares um primeiro aliado.

Autor – Como a autoridade consular toma conhecimento dessas violações dos direitos humanos, se as próprias vítimas hesitam em recorrer a elas?

Adriana – Mais um exemplo da importância de os consulados estabelecerem o mais rapidamente possível sua rede de parceiros, para usá-los como canais de comunicação com os brasileiros no exterior, tanto para

difundir-lhes os direitos e os deveres de todo visitante ou migrante quanto para recordar-lhes da aliança que podem encontrar nos consulados, para, se não resolver, pelo menos encaminhar favoravelmente a solução de seus problemas. Outro artifício é utilizar as TVs brasileiras já em operação em muitos países, sejam as repetidoras de redes no Brasil, como Globo, Record, sejam os canais locais, como já existe em Tóquio, por exemplo. Dispõe-se, ainda, da internet. A Subsecretaria-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior já dispõe de um *site* próprio para orientar melhor os brasileiros, e há consulados que se modernizaram e estão lançando mão do Facebook, para melhor divulgar o trabalho consular. De toda maneira, o desafio da informação está presente e terá de merecer alta prioridade.

Incluí em minhas palestras no IRBr uma questão, para alguns, meio árida, mas de fundamental importância. Trata-se do Sistema Consular Integrado (SCI), que constitui verdadeira revolução no funcionamento e na cultura da área consular. É um sistema totalmente informatizado de produção de documentos de viagem, vistos e atos notariais, com uma base de dados que permite integração entre todas as repartições e delas com a Polícia Federal. De posse de passaportes biométricos, emitidos por tal sistema, o viajante brasileiro transita com muito mais facilidade. Contudo, torna possível evitar que um viajante indesejável, com farta ficha policial, entre no país. A introdução do SCI é um ponto de inflexão no setor consular, com um antes e um depois. Hoje, estamos muito mais bem instrumentados para melhor servir ao interesse nacional.

Também cabe uma palavra sobre a nova interação do MRE com as comunidades brasileiras no exterior, por intermédio das Conferências "Brasileiros no Mundo", do portal correspondente (<http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br>) e da Ata Consolidada de reivindicações de nossa diáspora. Tais documentos têm ampliado o diálogo entre o governo e as comunidades brasileiras no exterior e destas entre si.

Formato	15,5 x 23 cm
Mancha gráfica	11,5 x 17cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	BlackJack 20/24 (títulos), Gill Sans 12/15 (textos)

O desempenho do diplomata brasileiro é de alto nível, mas ainda tem de ser aperfeiçoado, em razão dos desafios que se insinuam no horizonte das relações internacionais.

Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata não se destina, porém, a analisar a conjuntura internacional. Analistas das mais diversas instituições já se debruçaram sobre as razões e as repercussões do fim da Guerra Fria, do 11 de Setembro, da crise financeira de 2008, do desastre de Fukushima, da Primavera Árabe, das turbulências do euro, do recuo estratégico dos Estados Unidos e da emergência da China.

O objetivo de André Amado é mostrar como o diplomata brasileiro tem-se preparado e deve continuar preparando-se para servir aos interesses nacionais no exterior, tanto mais quando, em países como o Brasil, política externa é tema a ser tratado em estreita coordenação com múltiplos setores de nossa sociedade.

Em estilo direto e com envolvente franqueza, Amado conduz o leitor pelas principais funções da diplomacia, ora oferecendo exemplos concretos, ora explicando os conceitos expostos, em prosa que não exclui fino humor.

O livro destina-se a um público amplo e variado, desde estudantes de relações internacionais a advogados, jornalistas e todos os que se possam interessar pela presença do Brasil no exterior, para não mencionar os milhares de candidatos e candidatas que todos os anos se apresentam aos concursos de admissão à carreira diplomática.

ISBN 857631425-8
9 788576 314257

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
www.funag.gov.br